

# Terra feita de gente

uma história de emancipação social no Ceará

Ana Naddaf - Cláudio Lima

Segunda Edição



“Terra Feita de Gente é um trabalho admirável sob todos os aspectos. Principalmente por redirecionar o foco oficialista da questão agrária e retratá-la sob o olhar dos que vivenciam o dia-a-dia da luta pela terra. Uma luta viva e constante que engendra vitórias e derrotas, mas que também constitui matéria-prima para o ofício da emoção”.

*José Pimentel,  
deputado federal (PT-CE)*

“Para o agricultor, quem com ele luta pela terra luta por sua vida, por sua dignidade, por uma razão que encha de sentido sua vida. Aqui se aprende que construir um mundo solidário e justo efetiva a vocação humana à convivência fraterna, o que traz prazer e beleza à vida humana”

*Pe. Manoel Araújo de Oliveira,  
filósofo, professor da UFC  
e conselheiro do CETRA.*

“Memória: lembrança, reminiscência, recordação. Assim está nos dicionários, para que não esqueçamos. O CETRA é parte da memória da luta pela terra no Ceará. Uma luta que não é só do CETRA, mas compartilhada com muita gente. Gente simples, corajosa, determinada, que se fez importante porque virou parte da nossa história. Gente de quem me orgulho: amigos, colegas de trabalho, irmãos de fé, companheiros de luta. Esse livro é um pouco de tudo isso. Guarda uma parte da nossa memória, da nossa história, da nossa luta, da nossa vida”.

*Juarez de Paula,  
sociólogo, gerente de desenvolvimento  
local do SEBRAE Nacional  
e sócio do CETRA,  
onde atuou como  
consultor nos períodos  
de 1985/1988 e 1991/1993.*



# Terra feita de gente

---

uma história de emancipação social no Ceará



||  
—

||  
—

—  
||

—  
||



Ana Naddaf  
Fotos de Cláudio Lima

# Terra feita de gente

---

uma história de emancipação social no Ceará

Fortaleza - 2006 - CETRA



Copyright © 2003 by Ana Naddaf e Cláudio Lima  
Impresso no Brasil - Printed in Brazil

**Coordenação editorial:** Margarida Pinheiro e Flávio Paiva

**Capa e textos:** Ana Naddaf

**Fotos:** Cláudio Lima

**Editoração eletrônica:** Larri Pereira

**Revisão:** Prof. Vianney Mesquita

**Impressão:** Expressão Gráfica

Naddaf, Ana

Terra feita de gente: uma história de emancipação social no Ceará / Ana Naddaf. – 2. ed. – Fortaleza: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA, 2006.

272 p.: il. color.

Fotos de Cláudio Lima.

1. Questão agrária, gênero, indígena, emancipação social, CETRA.

**RAIZ & ANTENA EDITORA**

Selo de publicações sociais da  
Plural Produções Culturais e Editoriais Ltda  
Av. Desembargador Moreira, 1701 / Sala 107  
60170-002 - Fortaleza-CE

**CETRA**

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador  
Telefone: (85) 3247-1660  
Correio Eletrônico: cetra1981@cetra.org.br  
Filiado à ABONG, MNDH e ASA



Agradecemos a todos os que se mostraram disponíveis para entrevistas,  
principalmente, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais  
que foram a inspiração principal para este livro.



||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

## Sumário

Apresentação à segunda edição .....	11
Pequenas reportagens no campo das desigualdades	
Prefácio de Flávio Paiva .....	13
Sujeito da própria história .....	18
Uma luta que vem de longe .....	20
O fusquinha e a primeira viagem a Aratuba .....	25
Muito além do papel de esposa do advogado .....	29
O companheiro das primeiras lutas .....	37
E foi um padre que puxou a briga .....	41
Quando Jardim decidiu não pagar “renda de meia” .....	45
Lado a lado com o marido .....	49
A história dos 30 mil cruzeiros .....	53
Agora, a luta iria realmente começar .....	54
O caçula na luta .....	59
Uma história que “rendeu por demais” .....	63
Ainda na ativa .....	69
O caso da “bodeguinha” que vendia “pungaió” .....	73
A romaria da terra .....	75
A primeira ONG do Ceará .....	77
Caminhar com os próprios pés, sem muletas .....	83
Depois do fusquinha amarelo as toyotas .....	85
Na cabeça, todos os quilômetros rodados .....	89
O Bispo da terra que era filho de fazendeiro .....	95
Os novos caminhos que a Toyota percorreu .....	98
Luta de pés juntos .....	101

O contínuo trabalho .....	107
Toda terra vendida, inclusive com as “casinhas” .....	111
Lembrar do passado só para reconhecer o presente .....	115
A história dos tataravôs na ponta da língua .....	121
O CETRA e nós .....	131
Os novos caminhos e os mesmos rumos do CETRA .....	133
De riqueza, só a certeza de nunca ter mudado .....	137
Se alguém precisar, ele ainda “tá no ponto” .....	143
Era ela quem ia à frente .....	147
Nas costas dos Tremembés.....	151
“Enfrentamo, enfrentamo, enfrentamo” .....	155
Esperando para ser dono do próprio quintal .....	161
Documento para “mandar e desmandar” na terra .....	165
A militância na assessoria ao trabalhador .....	169
A carteira carimbada e a oposição sindical.....	171
O sindicato na época das lutas .....	175
Um dos primeiros sindicatos reestruturados .....	177
A vida dentro do sindicato.....	179
Antes de tudo, trabalhador rural .....	183
Uma mulher no universo masculino dos sindicatos .....	187
Só uma parte da história está escrita.....	189
Se “papocavam” novos casos, precisava “papocar” novos advogados.....	191
Aprendendo a advogar na marra .....	195
Uma das primeiras “crias” do CETRA.....	199
Da advocacia para a política .....	203
Ainda na defesa dos trabalhadores rurais .....	207
A democratização da terra.....	209
A reforma agrária no Ceará .....	213
A organização popular .....	216
Novos rumos .....	218

Um olhar atento sobre o CETRA .....	223
Um momento, por favor. Com a palavra as mulheres .....	225
Organização de mulheres trabalhadoras .....	229
Viver em comunidade .....	235
A “caixinha” das mulheres .....	236
O marido não era “participador”, foi ela quem lutou .....	241
De agricultora a vereadora .....	245
“Enquanto a mãe saía para as lutas, .....	249
Cuidando do pomar e das outras companheiras .....	253
A mãe não viu a luta, a filha seguiu nela .....	257
Os caminhos ainda a percorrer .....	259
COOCREDI – uma alternativa para a convivência com o semi-árido	263
Visão de futuro e estratégias .....	267
Acerca da autora .....	270
Acerca do fotógrafo .....	271

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||



## Apresentação à segunda edição

A reedição do Livro TERRA FEITA DE GENTE – *uma história de emancipação social no Ceará*, ocorre num momento especial, quando o CETRA comemora seus 25 anos de existência legal. São vinte e cinco anos de história, contada pelos principais protagonistas que viveram momentos de agonia, de pressão e ameaças e que hoje experimentam suas conquistas. Esse livro apresenta a maneira como a entidade se relaciona com seus parceiros principais e com colaboradores nos processos de emancipação social, cultural, política e econômica no campo. É um livro no qual os protagonistas se expressam livremente, utilizando a liberdade de pensamento para colocar suas memórias de lutas, os avanços e também suas críticas a respeito da caminhada.

O que mais chamou a atenção dos leitores que comentaram o livro foram os depoimentos francos e a simplicidade no tratamento das questões vivenciadas pelos protagonistas dessa história. Trata-se de um texto de leitura cativante que despertou a atenção do cinema criando-se a expectativa de produção de um documentário a partir dessa publicação tornando mais viva essa história com os personagens protagonizando sua experiência de vida em movimento.

Lançado em 2003, *Terra Feita de Gente* trazia ainda uma forte esperança motivada pelo momento político que se inaugurava naquele ano. A esperança que continua presente e viva entre nós e na vida do povo camponês. O atual governo, mesmo com os percalços que enfrenta, tem investido num conjunto de políticas para a zona rural que repercutem em avanços e conquistas de agricultores e agricultoras elevando sua autoestima e a vontade de continuar na luta, tendo em vista novas formas de tratar a inserção social, como por exemplo, através do fortalecimento da organização, da produção, da comercialização, do cooperativismo de crédito rural e, em especial, a construção do conhecimento e de uma nova cultura no campo. Reconhecemos que o caminho é longo e tortuoso, que ainda é necessário avançar muito mais, se queremos construir uma sociedade justa, democrática e plural.



Tudo isso resulta de lutas e de parcerias. Na verdade são conquistas do povo trabalhador, de uma gente que não desanima e não se intimida com o preconceito manifestado por certas elites brasileiras, incomodadas com as mudanças políticas que se operam na América do Sul.

Agricultores, agricultoras e organizações de apoio celebram os resultados. Para nossa entidade, essa celebração só é possível porque houve a doação individual e coletiva de um grande número de pessoas que acreditam que *desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade*, são elementos indispensáveis à construção de um mundo igualitário.

Essa história que começou nos idos dos anos de mil novecentos e setenta continua em nossos dias com outro formato e novos paradigmas. O tom, antes afeito a lamentações é agora de altivez tanto para quem conquistou seu merecido espaço, como para quem ainda luta pela posse da terra, por crédito, água, conhecimento e tecnologias para trabalhar e viver com dignidade, liberdade e autonomia.

Com o olhar originado nesse contexto e relacionado ao novo cenário que se descortina no horizonte político, cultural, social e econômico do Brasil, festejamos os 25 anos do CETRA orgulhosos do que fizemos, do que estamos fazendo e do que pretendemos fazer no futuro.

Margarida Pinheiro.  
Coordenadora Geral do CETRA

## Pequenas reportagens no campo das desigualdades

Flávio Paiva(\*)

*“Um trabalho vulnerável, mas verdadeiramente eficaz,  
inscrito com letras de solidariedade,  
de dignidade e de esperança”  
Geneviève Branquart<sup>1</sup>*

A eleição de Lula para a Presidência da República abriu uma perspectiva de emancipação social jamais vivenciada pela gente brasileira. Colocar a esperança em prática se tornou o grande desafio do País. Neste contexto, a busca por experiências que conseguiram reconhecido destaque como alternativa ao neoliberalismo globalizado, virou uma exigência dos que acreditam no novo Brasil. O recorte da jornalista Ana Naddaf para a produção deste livro contempla a questão agrária nos 20 anos que antecedem a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto. Seu foco está fechado na luta contra a desigualdade travada por pessoas simples do campo, com o apoio do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, em um dos estados brasileiros com a mais grave situação de concentração de renda e de exclusão social que é o Ceará<sup>2</sup>.

Em *Terra feita de gente*, a autora inverte a forma tradicional dos relatos históricos, ao trabalhar como facilitadora de manifestações, permitindo assim a fluidez do sentimento que mais ficou guardado no coração de cada um dos entrevistados. São descrições nas quais as pessoas recriam as mais diversas cenas por elas vividas com base no realismo do olhar atual. É interessante essa forma de contar porque não cai nos enganos das reconstituições estáticas. Ao fazer o auto-retrato da sua participação, cada personagem está, na verdade, fazendo uma leitura atualiza-

1- *Un travail fragile mais réellement efficace, qui s'inscrit en lettres de solidarité, de dignité et d'esérance. Geneviève Branquart. Artigo Lês dix mousquetaires du Cetra (Os dez mosqueteiros do Cetra), publicado na revista Faim et Développement, do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD). Paris, 1990.*

2- *QUINDERÉ, Mário. Ceará é líder em concentração de renda no Nordeste - no País, o Estado só perde para o Acre. Diário do Nordeste, caderno Negócios, capa, Fortaleza, 14.6.2003.*

da da sua trajetória de luta, conservando as marcas do tempo, mas deliberadamente olhando para o passado a partir do presente.

O livro de Ana Naddaf carrega uma feliz despreensão narrativa que se traduz na capacidade de soltar as rédeas da arte de falar da vida, combinando conteúdo, realidade e lembranças puxadas da mais pura memória. É curioso observar neste trabalho o quanto as pessoas parecem se renovar com as lembranças do que fizeram, do que fazem e do que ainda pretendem fazer. Retomam seus feitos sem necessariamente reprisar, mas experimentando livremente o efeito espiralado da narração desimpedida.

Embora colhidos um a um, vez a vez, os testemunhos expressos neste livro são de tal modo, complementares e tão bem entrelaçados que oferecem a sensação de uma leitura como se tivessem todos sentados em uma roda contando histórias em noite de lua cheia. Histórias de um tempo em que a questão agrária não freqüentava com facilidade as rodas intelectuais e políticas e o Estatuto da Terra existia apenas como uma criação amorfa da ditadura militar. Histórias de buscas, de encantos, de fé, de longas caminhadas, de pistolagem, cadeados, arames farpados, grilagem, morte, perseguição, polícia, despejos, intimidações, conflitos e injustiças. Histórias de conquistas da terra, da independência produtiva, de renda própria, cooperação, solidariedade econômica, lares, pomares, igualdade de gênero, despertar político, coragem, covardia, garra, demarcações, assentamentos, enfim, histórias de tensões e travessias de índios e caboclos cearenses habitantes da serra, do sertão e do litoral.

Um detalhe importante no relato dessa saga por emancipação social está no fato de a história ser contada a partir da óptica dos beneficiários e não pelo olhar da entidade que os apoiou nesse tempo todo. O resultado é uma exposição sincera composta da narrativa de pessoas que têm vida própria e se dispuseram a resistir e a conquistar a rotina do combate inclusivo. Ana Naddaf cumpriu bem a sua parte, ao produzir essas pequenas reportagens em cadeia sobre grupos sociais profundamente atingidos pelo abandono do campo por parte das políticas públicas concentradoras de renda e de poder, que levou a economia rural à falência.

A determinação de administrar o Estado como quem administra uma empresa privada levou o governo do Ceará a se enquadrar na teoria da desintegração, segundo a qual o pessoal do interior é atrasado, não

tem como acompanhar o ritmo do crescimento econômico e, por isso, não apresenta razões para existir. Durante as duas décadas nas quais está localizada temporalmente a abordagem da autora, o Ceará foi governado por uma concepção restritamente industrial, baseada na lógica do binômio capital-trabalho, da lucratividade e do desempenho produtivo, sem levar em conta as complexidades da sua geografia humana. A priorização do crescimento econômico e autocrático em detrimento do desenvolvimento compartilhado e coletivizado encaixa-se na equação que elevou o Produto Interno Bruto e fez despencar os indicadores sociais cearenses.

A quem quer que se interesse pela questão agrária, pela vida no campo, pelo processo de luta pela alforria rural e por desenvolvimento local, o livro de Ana Naddaf apresenta boa contribuição para o entendimento desses conflitos pela visão dos beneficiários. É nítida a sua intenção de extrair a força poética das calejadas mãos e de dar a cada episódio o sentido de história. O trabalho de Naddaf é um exercício de dedicadas anotações germinadas num misto de envolvimento com a causa e distanciamento dos fatos. Em ambas as circunstâncias, a autora exerce o seu compromisso jornalístico da não-interferência. Seu trabalho, apesar de ser composto pelos registros de memória, dentro de uma perspectiva de reconstituição histórica, somado aos retratos de Cláudio Lima, pertence ao gênero da reportagem. É um livro-reportagem. O recurso do “diário de bordo”, onde a autora dá suas impressões sobre as pessoas entrevistadas antes de dispor ao leitor os relatos de cada gravação, a partir dos quais dá voz aos entrevistados, é uma boa forma de familiarizá-lo com cada um dos contadores da história.

O fotógrafo Cláudio Lima acompanhou Ana Naddaf em toda essa aventura e registrou mais do que os entrevistados. Ele fotografou com muita maestria a alma de uma gente, o íntimo olhar das pessoas que, ao fazerem a sua história, fizeram também a história do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA. São rostos que não podem ser confundidos e que deixam o leitor cara a cara com a verdade dos seus sentimentos expostos no texto de Ana Naddaf. Falas e figuras demonstram o quanto a ação do CETRA concorreu para tirar trabalhadores e trabalhadoras do improviso, mediante sistematização e da implementação de programas de apoio jurídico e político para a eman-

cipação comunitária pelo viés da mobilização, da organização social, da cooperação e da solidariedade.

A fotografia de Cláudio Lima realça a intensidade do olhar cheio de esperanças desses homens e mulheres que se aventuraram a enfrentar as dificuldades impostas aos que desejam ser livres, numa terra marcada pela desigualdade, pelo coronelismo político rural e urbano, pelo paternalismo, pela falta de oportunidades, pelo analfabetismo crônico e pelo controle astucioso da informação e do conhecimento. Talvez a liberdade seja o ponto mais comum identificado no estímulo dessas pessoas à mobilização. Junto a ela, está a descoberta de que o impossível é muitas vezes apenas uma questão de ponto de vista, de reunião de forças e de apoio para ser revolido.

Neste aspecto, ganha merecido destaque a ação do CETRA, como a primeira organização não governamental (ONG), cearense a atuar sistematicamente na questão agrária, tendo colecionado por mais de 20 anos uma sucessão de vitórias em relação à conquista da terra, ao direito indígena de demarcação de reservas, à questão de gênero, à formação política e à prática da economia solidária. Tudo com desdobramentos efetivos de inclusão e multiplicadores da luta cultural e social no cotidiano dos cidadãos e das cidadãs habitantes do litoral e do interior cearense.

Toda a coluna vertebral do livro conta com a descrição do esforço desprendido pelo casal Pinheiro e Margarida, os dois pilares do CETRA, cuja ação à frente da entidade nunca fez perder o caráter distintivo pessoal da equipe da entidade e, principalmente, dos beneficiários da sua ação. Por isso o livro de Ana Naddaf é feito de histórias diferentes que contam uma só história. Nota-se, relato após relato, o quanto as individualidades saíram fortalecidas no processo de construção do coletivo. Isto é uma revelação especial dessa obra. As ações e os conceitos aplicados pelo CETRA no seu trabalho de assessoria aos trabalhadores foram muito importantes para a credibilidade de outras organizações semelhantes que surgiram depois do seu desbravamento, no sentido da fundação de uma mudança sistêmica dos motivos do trabalho, da produção e da participação política popular.

No momento em que o Brasil inicia uma nova, mas não menos áspera, caminhada rumo ao desenvolvimento inspirado na felicidade, Ana Naddaff coloca ao leitor essa fonte de pequenas reportagens, com

modelos vivos, como leve chamamento de atenção para as causas populares. Oferece a pesquisadores, parlamentares e gestores públicos um verdadeiro álbum de expressões, olhares e crenças das pessoas mais simples e também mais afeitas a acreditar que a vida vale a pena porque lutam diariamente, na contracorrente da desigualdade, pelo direito a uma existência digna. São pequenos tesouros de reluzente franqueza popular em matriz original. *Terra feita de gente* oferece uma leitura elucidativa em agradável estilo jornalístico.

*(\*) Flávio Paiva, 44 anos, é jornalista, articulista do caderno Vida & Arte (jornal O Povo), conselheiro do CETRA e autor, dentre outros, dos livros Mobilização Social no Ceará – 16 anos de tentativas e 1 promessa de diálogo (Edições Demócrito Rocha), Flor de Maravilha (Plural de Cultura) e Como Braços de Equilibristas (Edições UFC).*

## Sujeitos da própria história

Este livro sintetiza uma história contada por quem fez parte dela. Uma história que tem como liga a questão da terra e a atuação do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, no apoio a essa luta no Ceará, com narração a partir dos seus autênticos protagonistas. Sem “roteiristas” para interferir, somos apenas um fio condutor da voz daqueles que a praticaram.

E, como em um encontro que reúne toda a família, cada um vai contando o que lembra, o que mais ficou presente em sua memória nesta caminhada. Nem sempre as datas estão corretas, nem sempre os fatos são exatamente como a mente insiste em dizer que são, nem sempre estamos certos de tudo o que já se passou, mas as histórias chegam. Pouco a pouco. Uma a uma. Algumas em detalhes. Outras às pressas, como a querer esconder que o pior já foi; ou à procura do melhor que virá.

Parece que um depoimento complementa o outro. Uma frase que não se acabou em um relato é finalizada em outro. Uma discussão puxada em uma conversa dá margem a uma resposta ou a uma nova discussão em um colóquio mais adiante. São personagens que fizeram uma história só. São tantas histórias contadas a formar uma só. E estão todas ali. Gravadas em um pequeno gravador, durante dias e dias na estrada. Tendo *Luciano Moura* a dirigir por quilômetros e quilômetros e *Margarida Pinheiro* a co-pilotar pelos caminhos.

E de quem são estas vozes que se transformaram em palavras impressas? Elas parecem ter sido materializadas através das fotos de *Cláudio Lima*, também a reproduzir esta idéia de um grande álbum de família. Como uma espécie de retratista – ou seria um lambe-lambe na intimidade da voz do homem humilde do sertão? - ele foca cada um dos personagens. Como protagonistas.

O convite, que fazemos a você, é para que vá folheando este livro, página a página, como se estivesse a adentrar a casa de cada um destes

personagens. Como uma visita querida. A água está no forno, o coador de pano já recebeu o pó do café. A mesa, as xícaras. Saboreie os dois. O café e as palavras. Palavras estas que nunca foram minhas, nem as de toda equipe do CETRA. São vozes deles mesmos.

Porque sempre foi assim. Como disse o padre *Zé Maria*, um dos personagens que encontramos por estes caminhos, a linha de trabalho sempre foi esta, a de que cada um destes trabalhadores fosse o sujeito de sua própria história. E de que eles, realmente, “pudessem caminhar com os seus próprios pés e não com muletas”.

Não visitamos todas as comunidades atendidas pelo CETRA, mas fizemos uma seleção das que tiveram maior relevância na história da organização. Sendo assim, também não ouvimos todos os que participaram da “luta”, mas conseguimos depoimentos que refletem o espírito conjunto. Além do testemunho dos próprios trabalhadores, o livro ainda é dividido por momentos históricos da Instituição e breves relatos das viagens feitas, uma espécie de diário de bordo.

Do mais, só tenho a agradecer pela oportunidade de poder ouvir esses “sujeitos”, compreender suas ações e transformá-las em frases, agora, completas.

*Ana Naddaf*

## Uma luta que vem de longe

Durante muitos anos, Caldeirão fora assunto proibido na região do Cariri. Não se conta esta história também em muitos livros didáticos da rede oficial de ensino do Ceará. Mas, tocar no assunto Caldeirão se faz necessário para se entender a luta pela terra no Estado.

O ano não é preciso. Provavelmente, por volta de 1928. O local, um sítio de propriedade do Padre Cícero. Na região de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, no município do Crato, a 516 km de Fortaleza, Ceará. O beato José Lourenço e seus seguidores, que se acreditava chegar a quase duas mil pessoas, instalam-se em tal fazenda e começam a trabalhar. Cavam o solo, plantam algodão. Mais milho, feijão, mandioca. E ainda cana e árvores frutíferas. Constroem engenhos. Assim como Canudos, o Caldeirão começa a ser marcado pelo catolicismo popular – beato José Lourenço era fiel seguidor de Padre Cícero – e a produção coletiva. O que começou a chamar a atenção e incomodar tanto a Igreja Católica como as oligarquias da região.

Caldeirão seria, então, chamado de “antro de fanáticos e comunistas”. No entanto, uma comunidade pacífica e igualitária que colocaria em prática uma espécie de reforma agrária popular, fundamentada na fé. Sendo considerada, posteriormente, por estudiosos, como uma das primeiras gestões socialistas do Brasil.

Tornando-se uma ameaça, em 1936, a comunidade começa a ser atacada por tropas da polícia militar. Casas são incendiadas, tiros de metralhadoras e fuzis matam muita gente. Boa parte dos moradores transfere-se para outro sítio, onde são novamente atacadas. Desta vez, reagem contra os agressores. Por isto, em 1937, as tropas conseguem finalmente destruir, por completo, o Caldeirão com o auxílio de um bombardeio que usou até aviões de guerra. Foi considerado o maior massacre da história do Ceará. Acredita-se que com mais de 700 mortos. Por este motivo, Caldeirão talvez não seja um assunto de fácil

compreensão entre os moradores daquela região e seja um episódio esquecido pela história oficial.

No entanto, Caldeirão é um símbolo da luta pela terra no Ceará. Quatro décadas depois dessa chacina, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais cearenses passaram a contar com o apoio do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – Cetra, para juntos, enfrentarem as travas e os medos da ditadura militar, em uma notável história de emancipação social.

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*Fui ter com Pinheiro. Alguns o chamavam de doutor Pinheiro, mas o conheci assim, apenas como Pinheiro. Miúdo, de óculos a oscilar pelo nariz. Cabelos brancos, fios desgrenhados. Mãos pequenas, mas fortes. O primeiro aperto de mão leva-me ao encontro de seu peito. Abraço também apertado. Íntimo, já lhe chama pelo primeiro nome. Às vezes, esquece. Volta a perguntar, sem cerimônia. Primeiro contato. Senta. A cadeira, provavelmente, é uma das mesmas que fizeram parte do mobiliário do seu escritório de advocacia, naquele mesmo 7º. andar, do prédio Sul América, esquina da travessa Pará com a rua Floriano Peixoto. Bem defronte à Praça do Ferreira, centro de Fortaleza. Dia quente. Temperatura entre os 35°. Seu discurso é a história viva do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, mais conhecido como CETRA. A primeira organização não governamental (ONG) do Ceará. Seu Pinheiro toma um copo d'água. Ajeita-se na cadeira. Seria a primeira de muitas entrevistas que se seguiriam para contar a história do CETRA. Seu depoimento, porém, é um dos poucos que não aparece entre aspas. Motivo de inúmeras conversas que se seguiram após este primeiro encontro, e que foram costuradas com outros depoimentos. E mais alguns números ou informações mais precisas, que Pinheiro vez ou outra, não se lembrava com tanta exatidão. Seu discurso, no entanto, é o fio condutor para toda a história. História esta que teve a terra como cenário e gente em primeiro plano. Gente, como Pinheiro.*



*Antônio Pinheiro de Freitas, por Válber Benevides (1989).*

## O fusquinha e a primeira viagem a Aratuba

Uma carta de despedida. O então contador Antônio Pinheiro de Freitas despedia-se da profissão e prometia o ingresso em outra atividade – a advocacia. Pelas suas contas, foram em torno de 30 os clientes que receberam tal mensagem. Entre eles, o padre Moacir Cordeiro de Leite, vigário de Aratuba (município da região do maciço de Baturité, a 134 km de Fortaleza), para o qual fazia a escrita do hospital da paróquia. Este destinatário, em particular, tornar-se-ia seu primeiro cliente. Nova carta foi enviada.

Era Semana Santa. 1977. O convite, que partia do padre Moacir, não era apenas para gozar, no ar serrano, os dias do feriado instituído pela Igreja. O convite do vigário de Aratuba ao recente advogado tinha como principal intuito discutir os problemas que começavam a surgir nas reuniões das Comunidades Eclesiais de Base. As chamadas CEBs, núcleos de oração e reflexão, que envolviam trabalhadores rurais da região e de outras localidades até o Sertão Central, como Quixeramobim.

Na estrada, um fusquinha. Ao volante estava Pinheiro, que levava sua esposa, a assistente social Margarida, os filhos Andréa, Marcelo e Felipe. O mais novo não tinha mais do que três anos e a mais velha estava chegando aos 10. Na bagagem, resquícios do trabalho na Juventude Operária Católica (JOC) e a vontade de trabalhar com uma linha jurídica voltada à questão agrária. Apesar do casal ser “do campo” - Pinheiro nascera em Pacatuba e Margarida, em Caridade - pouco eles tinham de experiência com o que encontrariam no seu destino. O primeiro contato com os trabalhadores rurais serviria de confirmação de que eles precisariam se adaptar.

Da primeira visita, fixou-se um dia para novos encontros: o terceiro fim-de-semana do mês. Neste sábado, o fusquinha de Pinheiro pegava o mesmo rumo. Domingo era dia de reunião com lideranças comuni-

tárias de vários municípios da região. Dos primeiros contatos, surgiu o tema que seria predominante em todas as visitas – a renda da terra. A realidade, em todo o interior do Nordeste, era a cobrança da “renda” na base da “meia”. O trabalhador era obrigado a entregar 50% de sua produção ao proprietário, pelo direito de usar a terra. Era um acordo comum na região pagar 50% do algodão e 30% do milho e do feijão. O restante do que era produzido também entraria na fatia da “renda de meia”, como chamavam os agricultores.

Questões agrárias não eram temas recorrentes na Faculdade de Direito, daquela época, mas Pinheiro sabia da existência do Estatuto da Terra – um projeto de lei, que tinha com o intuito discutir políticas de reforma agrária. A lei de número 4504, que recebera aprovação no Congresso Nacional, foi sancionada, em 30 de novembro de 1964, pelo então Presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco. E, segundo tal legislação do regime militar, os contratos de parceria ou de arrendamento obrigavam o trabalhador a pagar apenas 10% de sua produção como “renda da terra”, no caso de não receber nenhum tipo de investimento do proprietário.

Não era o que conheciam os trabalhadores, muito menos o que executavam os proprietários de terra. Por este motivo, um dos primeiros trabalhos desenvolvido por Pinheiro, Margarida e o advogado Antônio Eduardo Freire - companheiro de Pinheiro desde os tempos de Faculdade e sócio no escritório de advocacia- foi o de desenvolver uma espécie de cartilha bem figurativa para explicar, de maneira mais simples, a importância de aprender a lei.

*Margarida também me aguardava no 7º andar, do prédio Sul América. Já havia lhe encontrado naquele mesmo lugar, meses antes, para discutirmos um caderno que seria publicado no jornal O Povo sobre a situação das mulheres trabalhadoras rurais no Estado do Ceará. No primeiro contato, uma mão amiga, que, além de mostrar os caminhos por onde deveríamos percorrer para encontrar tais mulheres, cedeu ao projeto, por alguns dias, a Toyota da instituição. Dizia ela que seria o único meio de transporte possível para encontrarmos algumas destas trabalhadoras que moravam em locais de acesso difícil.*

Não estava errada. Ela já andara, por muitas vezes, nestas estradas e sabia muito bem o que encontraríamos. Este segundo contato, no entanto, era para discutir novo projeto: o do livro de 20 anos de atuação do CETRA. Em uma espécie de entrevista e lembranças de sua memória afetiva, Margarida conta a sua experiência como assistente social, mulher de advogado e, mais do que tudo, colaboradora da série de lutas pelos direitos dos trabalhadores e o que seria o renascimento do movimento sindical rural no Ceará.



*Margarida Pinheiro*

## Muito além do papel de esposa do advogado

“Eu e Pinheiro nos conhecemos na Juventude Operária Católica, a JOC. Nos conhecemos através da JOC e casamos na JOC. (Risos) Eu entrei na JOC, tinha uns 16 anos, em 58. Era tudo direitinho, tinha até distintivo. Eu era comerciária, lembro que ele também trabalhava no comércio, por isso a gente trabalhava com os jovens do comércio. Não tinha nada a ver com o campo. Passamos muito tempo trabalhando com os jovens. Aí veio o ano de 64, o golpe militar. Tudo começava a se desmantelar, muitas pessoas foram presas. Mas continuávamos. Dois anos depois do golpe, nos casamos. A JOC, no entanto, se desfez.

No início dos anos 70, como a gente ainda não tinha perdido o vínculo com a Igreja, passamos para a Pastoral Operária. Tudo ainda era muito pequeno. No início, começamos a trabalhar com os ferroviários, comerciários. Eu era assistente social. Trabalhava no INAMPS, seis horas. Mas aí, em 1977, veio o convite do padre Moacir. Ele convidou a gente para passar uma Semana Santa lá. Lembro que meu filho mais novo era um bebê, não tinha nem três anos ainda. Mas, é claro que não era para passar uns dias na paróquia, ele havia convidado o advogado e não o Pinheiro. O convite para discutir questões que surgiam em torno dos problemas da terra, dos trabalhadores. Como ele era muito envolvido com o processo das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, ele tinha reunião com os trabalhadores da região, que ia até o Sertão Central, Quixadá, Quixeramobim.

Era algo bem voluntário. A gente saía daqui em um fusquinha com as três crianças, porque elas eram pequenas e eu não tinha com quem deixar. Quando precisava viajar mais dias, compensava meu horário no INAMPS para conseguir os dias de folga.

Eu acompanhava os passos dele (o Pinheiro) e do Eduardo Freire. Como tinha facilidade de redação, fazia relatórios de reunião, elaborava relatórios. Também ajudava nas discussões, porque a discussão era mui-

to voltada aos direitos humanos, dos trabalhadores, da terra. Isto também incluía os direitos sociais, políticos. Era um trabalho de suporte ao que seria desenvolvido no campo jurídico. Eu era a única pessoa que não era advogada. E, naquela época, era também a única mulher porque todos os advogados eram homens.

Assim como acontecia de ser apenas eu de mulher nas reuniões, observava, naquela época, que as mulheres não participavam. E eu não tinha nenhuma discussão ainda sobre a questão da mulher. Isso só veio muito depois. No início, não houve nenhuma preocupação com o trabalho das mulheres e nem eu estava sensibilizada para isso. Eu não tinha a menor noção de como engajar estas mulheres. Algumas até participavam das reuniões na paróquia, mas, dentro das comunidades, quem falava eram os homens. Até mesmo no roçado. As mulheres, tanto nas reuniões como no trabalho dentro do campo, tinham um papel de apoio, de fazer a comida, cuidar do cafezinho.

Só quando a gente começou a discutir a questão do movimento sindical, com envolvimento com o novo sindicalismo, quando participamos da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), foi que a gente começou a sentar com os sindicalistas, com o pessoal da FETRAECE. Comigo, alguns vinham falar sobre as dificuldades que estavam tendo com suas mulheres. Por eles viverem no mundo, sempre fora de casa, elas, por sua vez, ficavam inseguras, achando que eles estavam era tendo casos amorosos fora do casamento ou apenas ficavam se queixando por eles nunca estarem em casa. Foram algumas destas conversas que fizeram com que eu me preocupasse com a questão das mulheres.

E a minha maior preocupação era saber de que maneira iria chamar estas mulheres, de que forma elas poderiam ser mais participativas. Foi aí que me inscrevi para uma entidade de uma diocese no interior da Paraíba, que tinha um trabalho com as mulheres rurais. Eu me lembro que escrevi uma carta perguntando como trabalhar com as mulheres. E uma das organizadoras, chamada Inês, uma paulista casada com um ex-padre italiano, riu de mim. Mas era verdade, eu nunca tinha lido a respeito. Foi daí que recebemos o convite para uma reunião, em João Pessoa, com grupos de mulheres trabalhadoras rurais da Paraíba, que eram articulados pela Igreja, e grupos de Pernambuco, que eram articulados pelo movimento sindical. Levamos algumas trabalhadoras, como a Nazaré e a Vera, para este encontro.

Vale lembrar que, nesta época, Maria Luiza Fontenele elegia-se prefeita. Era 1986. E o jornal *Folha de S. Paulo* saiu com uma matéria sobre o Ceará que começava dizendo assim ‘No Ceará, a mulher só tem direito de dizer três coisas: “pra dentro menino, xô galinha e sim, sinhô”. Mas, a gente estava mudando isso.

Foi nesta mesma época que chegou a Lúcia. Então, eu também não era mais a única mulher a trabalhar dentro do CETRA. E a gente começou a articular o trabalho com mulheres, até chegar ao 1º. Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1987. Neste encontro, o objetivo era discutir o papel da mulher trabalhadora na zona rural. Não eram só agricultoras, mas também professoras, catequistas, agentes de saúde...

Uma das minhas surpresas era que o próprio sindicato não aceitava as mulheres. Era até meio proibido. O engajamento político era só para os homens. Era raro encontrar mulheres nas lideranças sindicais. Então a discussão nossa era também da participação das mulheres nas associações, a questão da participação política e social. Porque a única participação social que a grande maioria tinha era participar do que era promovido pela Igreja.

Antes de fazer o segundo encontro estadual, a gente percebeu que não adiantaria nada grandes encontros se a gente não tivesse um trabalho de base. Foi daí que começamos a trabalhar nas dioceses. A primeira delas foi em Itapipoca. Lá já existia um movimento chamado “Dia do Senhor”, que era só para as lideranças rurais masculinas. E, por conta deste encontro, começou a ser feito, por uma freira norte-americana que andava por lá nesta época, um encontro com as esposas destes líderes. Muitas delas nunca tinham saído de suas casas. Então, era uma grande aventura para estas mulheres. E foi através deste encontro que a gente começou o nosso trabalho de discussão do papel feminino e, principalmente, a questão da saúde da mulher.

Foi um processo longo. Primeiro, só com as casadas, que já se reuniam por conta dos maridos. A gente foi aos poucos introduzindo outras mulheres, mães solteiras, viúvas... E foi aí que a gente começou a levar outras discussões como a questão da sexualidade, a questão da participação da mulher nos sindicatos, a importância de participar de partidos políticos. Trabalhávamos em grupos de Itarema, Trairi, Amontada, Itapajé e Itapipoca. Teve um ano que a gente chegou a ter 43 grupos para acom-

panhar. Todos os assentamentos que a gente trabalhou, a gente tentou manter grupos de mulheres.

A primeira vez que a gente fez um 8 de Março para reunir estas mulheres foi em 1994, quando colocamos mais de 500 mulheres nas ruas de Itapipoca. E chamou atenção porque eram mulheres de toda aquela região. Por conta desta participação das mulheres cearenses, foi se articulando com outros estados a criação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural no Nordeste. Eu fiquei na assessoria do movimento durante dez anos. E deste trabalho saíram algumas lideranças daqui.

A questão de gênero nunca deixou de ser discutida. Porque era sempre preciso mostrar que a mulher precisava levantar a cabeça e ao mesmo tempo olhar para dentro de si. Um bom exemplo desta eterna discussão era uma atividade que a gente pedia para elas fazerem o desenho do corpo, realçando a parte que era mais importante no corpo delas. E elas, quase sempre, botavam o coração. Poucas vezes, botavam cabeça. Botavam ainda pés para trabalhar, caminhar, ou as mãos para pegar na enxada, cuidar da casa. Mas, aos poucos, percebiam-se mais do que aquilo. Claro que havia mulheres como a Nazaré, do Assentamento Maceió, que fala bem alto, faz poesia cantada e já viajou até para a China (para a Conferência Internacional de Mulheres, em Pequim). E outras mais. Mas a maioria tinha e ainda tem a dificuldade de se ausentar de casa para participar de uma reunião. Porque elas ainda não tinham autonomia.

Por falar em autonomia, o nosso próximo passo não era mais voltado para autonomia diante do marido, mas também a autonomia financeira. A buscar projetos que gerassem renda para elas. Embora a maioria já trabalhasse no campo, o dinheiro da família era concentrado na figura do marido. E, para tudo que elas fossem fazer era preciso pedir a eles, que, na sua vez, só davam se concordassem com o destino do dinheiro. Tinha marido que ajudava e até aparecia, por exemplo, no dia da passeata das mulheres. Com flor no cabelo e tudo. Mas, a maior parte era muito resistente.

Hoje, eu sou diretora-executiva e continuo fazendo articulação com algumas redes de gênero tanto nacional como internacional. Gosto de olhar para trás e ver a história de todos estes trabalhadores rurais, principalmente das mulheres que estiveram na luta. Gosto também de ver que meus filhos, aqueles que iam meio que obrigados no banco de trás

do fusquinha, agora, de uma forma ou de outra, seguirem os nosso passos. A minha filha mais velha, a Andréa, além de ser jornalista e professora universitária, tem um trabalho voltado para a Pastoral da Criança. O Marcelo, que é administrador de empresas, está focado na questão do cooperativismo, trabalha aqui com a gente. E o Felipe, que está no Centro de Defesa dos Direitos da Vida Herbert de Souza, tem trabalhado com crédito solidário na periferia. De um jeito ou de outro, se não no nosso, estão engajados em algum projeto social”.

*Margarida Maria de Sousa Pinheiro, 64 anos, assistente social aposentada, sócia-fundadora do CETRA e, hoje, diretora-executiva da Instituição.*

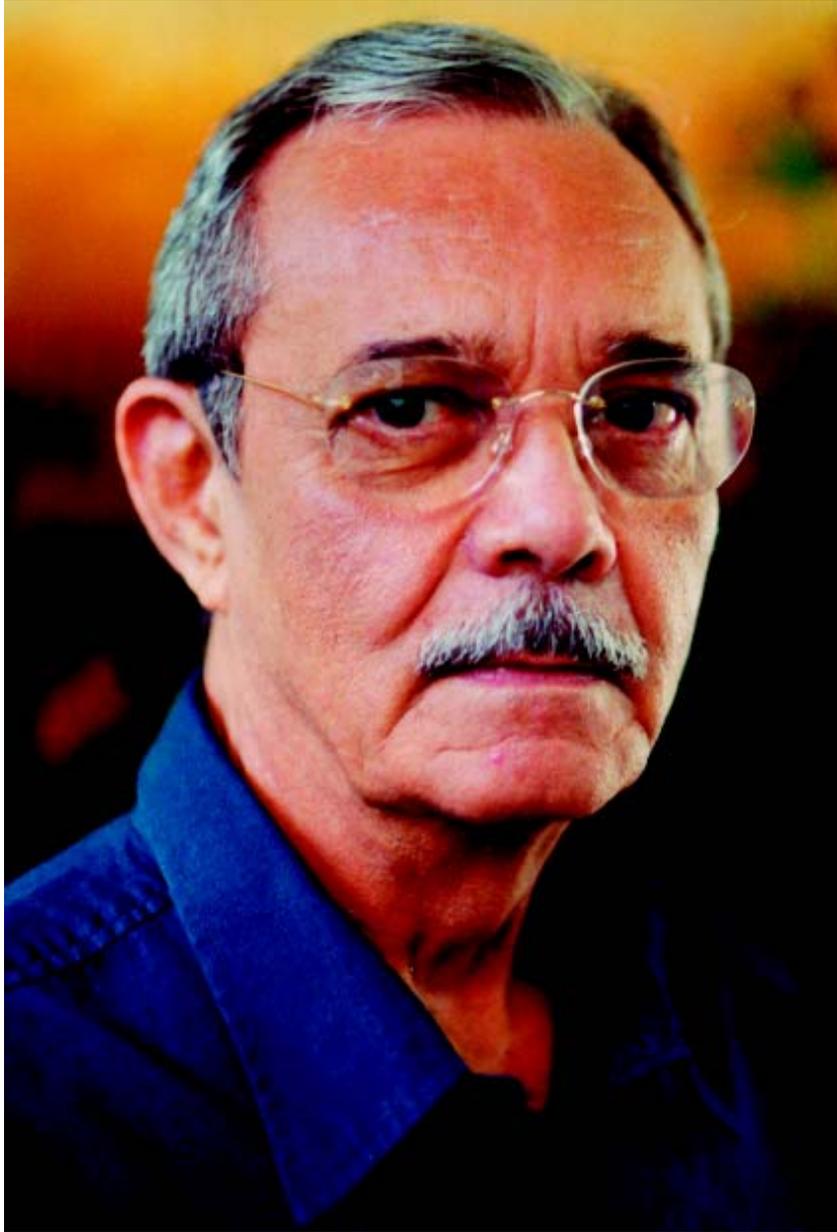
||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

O encontro estava marcado para a antiga sala onde funcionara o CETRA. No mesmo andar em que montaram o escritório de advocacia. Esperávamos no corredor, sem nos conhecermos. Ninguém chegara, no entanto, para abrir a porta do antigo escritório. Resolvi perguntar: “o senhor é o advogado Eduardo Freire?” Respondeu que sim com um gesto simples de cabeça. Concordamos que Margarida e Pinheiro não costumam atrasar para os compromissos e já estávamos preocupados com a demora. “Terá acontecido alguma coisa?”, perguntara ele. Na espera, começamos a falar sobre a entrevista. Ele, preocupado com o que iria perguntar, insistia em ser tímido. Nunca gostou de falar com a imprensa. Nem nos momentos críticos da luta pela terra. No corredor mesmo, deu-se a entrevista. O gravador apoiado no birô do recepcionista, ouvindo a agitação da praça do Ferreira e tendo o ascensorista do prédio como observador freqüente.



*Eduardo Freire*

## O companheiro das primeiras lutas

“Eu e o Pinheiro somos da mesma turma. A de 1972. Na verdade, a gente estudava juntos desde a época do vestibular para entrar na Faculdade de Direito. E, na Faculdade, já havia o interesse de termos um escritório em conjunto. O Pinheiro trabalhava com o Valmir Magalhães e aí montou o escritório ali na rua Guilherme Rocha. Depois, nos mudamos para o prédio Sul América. O Pinheiro já trazia esta experiência da pastoral operária e me convidou para desenvolvermos um trabalho ligado ao trabalhador rural. Começamos em Aratuba, com o padre Moacir. Eu me lembro de tanta coisa desta época e, ao mesmo tempo, nada.

Eu me lembro das reuniões, que passávamos o dia todo com os trabalhadores rurais e era de onde saíam as ações. Nós fomos os primeiros advogados a aplicar o Estatuto da Terra no Ceará. Existia, mas não era obedecido. Nem na Faculdade existia esta questão da reforma agrária.

Era 1977, estávamos em plena ditadura. E não tinha nenhum advogado que quisesse trabalhar no campo. Primeiro, porque não se ganhava dinheiro. Quem é que iria pagar advogado para defender trabalhador no interior, se quem domina são os proprietários? As dificuldades eram muitas. A gente ia no nosso carro, de ônibus. Muitas vezes, tirei do meu bolso o dinheiro para despesas em cartórios. Mas, sempre gostei de advogar, era por prazer de ver o trabalhador vencer e de ter a sua terra, porque dinheiro não tinha na questão.

A outra razão é de que havia um mito muito grande, entre os advogados, que era a história de pistolagem. Já havia casos. O convite do padre Moacir dava segurança porque tínhamos o apoio da Igreja. Não era um advogado que estava se aventurando no campo. Haveria uma certa cobertura, no ponto de vista institucional. Então, nós nos respaldávamos nisso. Até por questão de sobrevivência porque nós éramos muito perseguidos. Não, diretamente. Mas, os trabalhadores eram muito ameaçados. Então, automaticamente, quem os defendia, também. E mais. Acha-

va-se que nós é que estávamos atrás daquele movimento, porque os patrões não acreditavam na capacidade dos trabalhadores de reivindicar seus direitos. Eu me lembro que a gente viajava muito e, nesta época, eu já era casado com a Marli. O Pinheiro era casado com a Margarida, que também era engajada no processo, mas a minha não. A Marli vivia preocupada e sabia que era perigoso. Mas, a gente ia.

Desta época, o que mais me marcou foram as audiências, que eram muito acirradas. E a novidade de um advogado ir contra o patrão, o coronel do sertão. Era perigoso, inclusive, mas tivemos muitas vitórias em nossas ações. Muitas ganhávamos da primeira à última instância. Muitas fazendas do Ceará foram desapropriadas em virtude da nossa intervenção. Tive muitas oportunidades de advogar por outras linhas, mas nunca me interessou.

Nós fundamos o CETRA em 1981. Digo nós porque eu, o Pinheiro e a Margarida somos os fundadores vivos. Criamos um estatuto, discutimos os nomes, acho que foi bem mais de um mês para surgir o nome. Sempre trabalhamos em conjunto, inclusive assessorando os sindicatos. Ficávamos trabalhando até de madrugada em defesas mais complexas. Não existia sábado, domingo. Depois, começaram a chegar novos advogados.

Continuei no CETRA por um bom tempo. Depois que eu me desliguei, eu parei de advogar. Eu era auditor fiscal, no Ministério do Trabalho, e tinha um impedimento, e tive que parar de advogar. Mas, eu sou muito fiel às minhas amizades. Apesar da distância, ainda sou muito companheiro do Pinheiro. Ele, às vezes, me consultava. Parei de advogar, mas eu guardei muitas recordações.

Tinha até vontade de voltar, mas o meu temperamento nunca foi de voltar às coisas na vida. O que foi, foi. Não sei se isso é positivo, não. Eu não sou um homem de voltar, mas faria tudo de novo. Só que queria fazer com a experiência que eu tenho, para fazer ainda melhor. Nunca me arrependi de nada, porque ter passado por este trabalho foi a grande experiência na minha vida.”

*Antônio Eduardo Freire, 67 anos, auditor fiscal,  
primeiro advogado a atuar junto com o Pinheiro.*

*Encontramos Padre Moacir de pés na chinela, em seu sobrado, agora, de cor amarela, defronte a praça principal, que acabara de perder seus pés de Andaçu. Era manhã de sábado. Veio ao nosso encontro, assim como recebia, anos atrás, Margarida, Pinheiro e Eduardo. O passo manso da alpercata coincide com a fala arrastada do vigário da Paróquia de Aratuba. Nas paredes da casa, recortes de jornais lembram a época da luta pela terra. Na ante-sala, alguns trabalhadores rurais esperam pelos seus cinco minutos de prosa com o Pároco. Uma criança chora e o Padre passa a mão em sua cabeça. Pede que aguardemos, afinal os trabalhadores chegaram primeiro. Atende um a um. Chega a nossa vez. Em uma saleta que lembra um pequeno escritório, uma foto de Moacir quando ainda fazia parte do exército e outra de Che Guevara. A pequena mesa serve de apoio para os braços e os pés na chinela ficam a balançar sob ela.*



Pe. Moacir

## E foi um padre quem puxou a briga

“Eu vim para Aratuba, em 1970, ajudar o Padre Zé Maria. Depois, ele foi. E eu fiquei. A nossa luta começou porque os trabalhadores começaram a ser acuados pelos patrões. Então, começamos com reuniões para discutir. O Pinheiro, nesta época, trabalhava como contador nosso. E ele estava fazendo Direito. E, quando ele foi terminando, a gente foi começando a conversar. Quando foi necessitando de ter uma assessoria jurídica, ele foi encostando, encostando na nossa causa... Até que ele começou a ser chamado e foi aceitando.

A nossa primeira luta foi com o genro do prefeito de Itapiúna, na fazenda Jardim, o Bolívar. Depois foi a fazenda Boqueirão. Depois, a gente entrou com uma ajuda lá na Califórnia, que era do deputado Antônio Câmara. Só gente grande. E lá em Monte Castelo, era um ex-secretário de saúde do governo militar, o Dr. Dorival (o médico José Dorival Nunes Cavalcante). A gente foi esbarrando, esbarrando... chegando até lá.

Mas, vamos começar do começo. Eu me lembro que um dia nós assistimos uma palestra na Faculdade de Direito e ouvimos que “para toda ação jurídica, tem que ter uma ação política”. O que eu e o Pinheiro entendemos neste dia ainda hoje vale. De que não podíamos encaminhar uma ação jurídica sozinhos. A ação política por seu lado também não pode caminhar só. Têm que caminhar as duas.

A gente discutia muito para caminhar. Veio ameaça de morte, problema com polícia federal, polícia em cima das comunidades e da gente, o problema se agravando e foi a realidade que foi forçando a gente a, cada vez mais, se aprofundar nesta questão. E o Pinheiro começou a se dedicar profundamente a isso. Realmente, era o único advogado que vinha, ouvia e ia com a gente. Ele não era só o homem da lei. Tinha ainda a Margarida, que era assistente social, já puxava para um lado. Depois ele mesmo, puxava para este lado mais social.

Eu me lembro da história de Palmácia, que retrata bem como puxamos esta briga toda. Lá em Palmácia, o patrão expulsou seis famílias. Três encontraram lugar, três famílias não tinham para onde ir. Eu chamei as três famílias mais pobres, coloquei na casa paroquial. Eu calculei o que precisava e pedi ajuda. Dom Aloísio Lorscheider, então arcebispo de Fortaleza, veio com o Pinheiro. Veio em um fusquinha amarelo. O pessoal já conhecia pela cor. E eu fui com o Pinheiro na delegacia e não tinha mandado de despejo, nem nada. Dom Aloísio, eu, Zé Maria, Pinheiro, colocamos todos na Toyota e no fusquinha e levamos todos para o sítio do Bolívar. O próprio dono do caminhão, que recebeu o dinheiro para despejá-los, se arrependeu e se ofereceu para levá-los de volta. Soubemos que tinha pistoleiro nas veredas... Mas, conseguimos convencer o dono que o pessoal tinha que ficar por lá.

Com as comunidades, entramos na ação jurídica e na ação educativa. Mas a gente não tinha só a linha das leis. Fomos entrando em tudo quanto é tipo de problema. Tinha uma dificuldade muito grande de como o advogado tinha que se comportar como advogado ou como militante. Neste tempo não existia isso. Naquela época, era comum que o advogado dos trabalhadores fosse o mesmo dos patrões.

Como o Pinheiro vinha de uma militância da JOC, isto foi se dando. Não é o missionário que leva o evangelho, é o evangelho que leva o missionário. Naquele tempo foi assim. Não fomos nós que fomos levando as lutas, nós é que fomos levados pela luta. A refletir e dar um apoio porque o pessoal subia ladeiras, tinha gente que vinha de mais de 17 léguas, são cento e tantos quilômetros de Monte Castelo até Aratuba, esse povo vinha a pé para se encontrar com a gente. E o pessoal não queria saber se era a diocese daqui ou de lá, eles não tinham noção de paróquia, nem de nada. A gente é que ficava dentro do problema. Mas, eu pensava: se eles vem, o que eu que posso fazer? A gente estava dentro de uma luta que ninguém sabia a dimensão. Não era um rio feito, era um riacho que estava só começando.

Mas, vamos falar de Monte Castelo. Vou contar e depois você ouve os moradores. A gente descobriu que o pessoal estava pagando meia de algodão, quando era só 10%. Eles colocaram isto para o patrão, que retrucou que sabia que eles estavam certo, mas só no ano seguinte iria acertar. E eles fizeram uma leitura da Bíblia que dizia que quando se descobre que algo está errado, deve-se mudar logo e não se

pode deixar para amanhã. E eles traduziram isso da Bíblia e disseram para o patrão que não podia deixar para amanhã. E que não iam esperar mais um ano. E o patrão resolveu expulsá-los da terra. E eles não tinham para onde correr.

Eu me ofereci para ir lá, fazer uma visita. Falei para Chicó que quando tivesse reunião eu queria ir. Ele me disse só se fosse para celebrar uma missa. Eu disse que ia. Eles já estavam provocando uma reunião. Eu disse que ia, era só eles marcarem o melhor horário, o melhor lugar. Peguei a bíblia e fui. Uma reunião só para ler a bíblia. Eles queriam catequese.

Lembro-me de que Dom Aloísio tinha um livrinho de preparação para um encontro latino-americano, em Puebla, no México. E tinha um questionário perguntando sobre a história do povo, sobre as condições e os fundamentos bíblicos. Levei o tal livrinho. O filho do patrão, que estudava Direito, acabou vendo o tal papel e disse: 'Papai, isso tem comunismo no meio'. E foi de onde tudo começou.

Aí veio Chico me bater na paróquia de Choró, com mais três pessoas, e disse que o patrão veio e tomou tudo. E eu disse que só tinha uma solução. Se eles me chamassem de novo, eu ia. Se eles achavam que eu não devia mais ir, eu não ia. E eu louco que eles me chamassem (risos), mas botei nas mãos deles. Notei também que eles estavam angustiados. Eles me disseram assim: 'Nós pensamos assim, de ler a bíblia, continuar ler a bíblia'. E eu disse: 'Então, continuem'. O vigário de lá era Padre Vicente, de Choró. Ele veio falar comigo para eu não ir mais para Monte Castelo. Falaram até para Dom Aloísio para eu não ir mais lá. Eu passei mais de um ano sem ir.

Teve uma vez que Dom Fragoso teve que celebrar do lado de fora, porque tinha cadeados nos portões. Os patrões invadiam os roçados, até que estavam chegando nos quintais. E foi aí que eles resolveram fazer parar porque achavam que depois dos quintais, eram as casas. Fizemos encontros com o Pinheiro. Os encontros eram na casa paroquial, no mesmo lugar onde ela é ainda. Tinha um salão, que tinha sido uma pequena maternidade, a gente fazia o encontro lá. Mas, onde chamavam a gente, a gente ia. Fomos por um tempo eu e o Zé Maria andando a pé. Eu conhecia todas as casas, todas as famílias.

A partir daí, foi caminhando para as audiências. Teve uma, eu me lembro, que foram 17 caminhões cheios de gente. Povo indo na cami-

nhada até Quixeramobim. E quando o Boqueirão e Santa Cecília venceram, era um prenúncio e esperam o Monte Castelo para comemorarem juntos. Fizemos uma caminhada de mil pessoas, fomos até Canindé a pé para comemorar. Eu me lembro do Agostinho Gósson, que acompanhou tudo isso. Quando saiu a vitória lá, o jornal (Meio Dia) fechou. Parece que nasceu só para isso. A gente olhando tudo isso, parece que tinha mesmo dedo de Deus nisso.

Isto deu tanta repercussão, que começaram a bater na minha porta de tudo quanto era comunidade. De Jaguaruana, de Califórnia, de Canindé. Até o padre de Quixadá disse para uma turma assim: 'Vão lá atrás do padre de Aratuba, ele que gosta destas coisas, eu não gosto, não' (risos). E o pessoal vinha e já que vinha, eu mandava entrar."

*Padre Moacir Cordeiro Leite, 66 anos. Destes, 36 anos como pároco.  
É vigário de Aratuba desde 1976.*

## Quando Jardim decidiu não pagar “renda de meia”

Foi a partir da cartilha que os trabalhadores descobriram a possibilidade, com garantias legais, de reduzir o pagamento da “renda da terra” de 50% para 10%. Uma conquista que seria significativa para mudanças na qualidade de vida daquelas famílias camponesas. Uma vez que alteraria o padrão de renda que, até então, elas eram submetidas. Começaria assim um período de lutas que não só combateriam a chamada “renda de meia”, mas que tratariam de outras questões já previstas no conjunto já existente de medidas que visavam a promover modificações no regime de uso e posse da terra.

Alguns meses de trabalho e os agricultores já se animavam em se organizarem para “buscarem seus direitos”. A linha de trabalho adotada por Pinheiro, Margarida e Eduardo previa que eles não deveriam fazer pelos outros, mas a ensinarem como fazer. Segundo Pinheiro, esta tática fora aprendida na JOC. A metodologia era simples: nunca estar à frente, mas ao lado. Sob esta óptica, o direito não pertencia aos advogados, mas aos trabalhadores. Nada seria feito sem a prévia consulta com os agricultores. E assim foi feito.

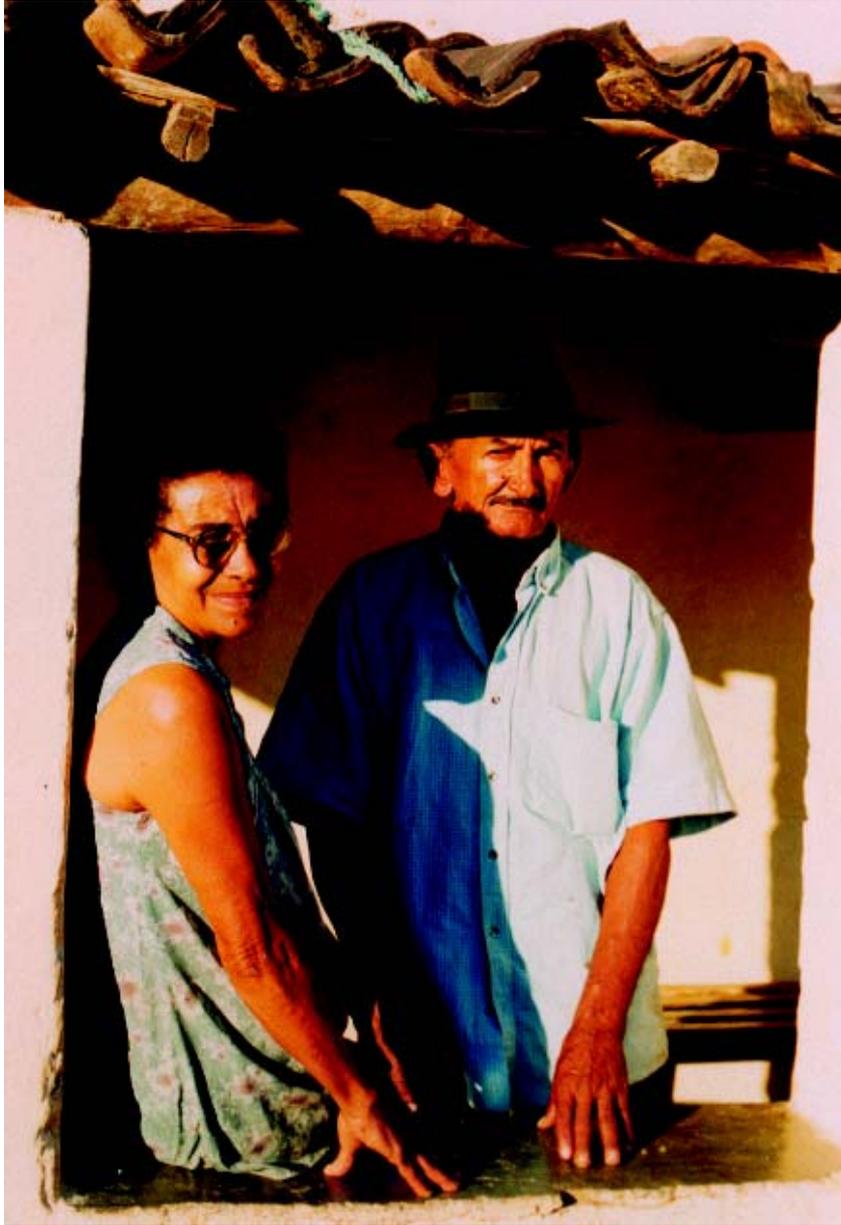
Não muito distante de onde aconteciam as reuniões, na fazenda Jardim (que ficava no Município de Aratuba, a 134 km de Fortaleza), como de costume, o proprietário veio buscar a renda. Teve como resposta de um grupo, de não mais de 10 famílias de moradores, que eles entregariam a renda, só que não mais como faziam mensalmente. Eles estavam decididos a pagar a renda nos termos da lei, com base nos 10% da produção. O proprietário não havia entendido nada. Eles disseram que tinha estudado a lei e, a partir daquele momento, teria que ser assim.

O primeiro conflito. O patrão, não satisfeito com a justificativa, entrou com uma ação de busca e apreensão da produção. Do algodão ao feijão. A esta reação do proprietário, Antônio Pinheiro e Eduardo Freire entraram com uma “ação de consignação em pagamento”. O juiz autori-

zou que os bens ficariam depositados à disposição do proprietário, ainda que este se recusasse a recebê-los. Isto impedia que o proprietário alegasse falta de pagamento de renda, para justificar uma possível “ação de despejo”. O proprietário teve que acatar a decisão judicial.

Descontente com a queda de sua margem de ganhos, o proprietário da Fazenda Jardim, em 1985, decidiu desfazer-se das terras. Os trabalhadores, através de seus advogados, solicitaram ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a desapropriação em favor das famílias ali residentes. Mediante acordo entre as partes, o INCRA atendeu a solicitação e indenizou o proprietário.

*Zeneide chega no alpendre. Demora para reconhecer dona Margarida. Cumprimenta e convida para sentar. Apresenta-se, meu nome mesmo é Maria Teresa do Nascimento, mas eu não gosto muito, gosto mesmo é de Zeneide, como todo mundo me conhece. Ajeitam-se, do lado dela, dois de seus 14 netos. A prosa é entremeada por mãos na cabeça, tentativas de resgatar a memória. As mãos, em outras vezes, aperta a barra do vestido púido, memória afetiva. Lembranças de outrora.*



*Zeneide e Jacinto*

## Lado a lado com o marido

“Veio a história da renda. A gente pagava 50% e a lei, aquela do Estatuto, dizia que era só 10. Por isso, o patrão não queria receber a renda. Por quatro anos, a gente guardemos tudo em um armazém. Fomos para audiência e acabemos até por ganhar todinha a renda de novo. E acabemos por vender. Foi tanto do dinheiro neste tempo (risos). E pronto. Depois disso comecei a ver que não ia dar mais certo esta história da terra.

Vou contar alguns pedaços da história para você entender. Teve uma vez que 14 pessoas foram intimadas na Polícia Federal. A gente fazia reunião de noite, de dia. Procuramos o padre Moacir para ajudar a gente fazer um plano melhor. Neste tempo a gente não tinha dinheiro para pagar passagem, nada. Tudo zero. Era uma noite de São João. Resolvemos dançar um pedacinho e depois viajar de pé mesmo. Dançamos um pedacinho, pegamos as bolsas e fomos viajar até Itapiúna de pé. Nós juntávamos as mulheres para dar força. Os homens foram. O bispo era Dom Miguel, que falou com a polícia. E tudo foi resolvido. Nem precisou do Pinheiro. E continuamos a luta. Quando acontecia algo assim, em vez de desanimar, a gente via que dava para resolver e ficava mais animado ainda. De que a luta tava indo. E assim continuemos.

Tem outra boa. Uma vez o Pinheiro veio passar um dia aqui mais nós. E eu fui deixar a bolsa dele em cima da cama. Nesta época eu só tinha o Júnior. Era pequenino, só engatinhava. Ele subiu na cama e virou a bolsa. E parece que o anel caiu de lá de dentro. Quando foi de noite, que eles foram embora, o Jacinto achou um anel na cama e disse: ‘ôrra, diabo, que eu achei um anel mais medonho’. Ele tava enganchado nos fiapos da colcha da cama. E só podia ser do Pinheiro. Pedi o anel e disse que ia deixar no dia seguinte em Aratuba. Quando cheguei no Padre Moacir, ele disse: ‘rapaz, ele chegou aqui e deu falta do anel. Disse que tinha sido bom demais a reunião, mas que tinha perdido o anel’. O

Padre achou graça e foi ligar para ele para dizer que agora sim a reunião tinha sido boa (risos).

Na luta, eram apenas umas seis famílias, tinha mais, mas muitas ficaram fora. No fim, só ficaram umas três famílias na luta. Mas, todo mundo ganharam a terra sem luta mesmo. Depois que terminou a história da renda, o Bolívar viu que não tinha mais saída para ele, pediu para o Moacir ver como comprar a terra pela Arquidiocese. Encaminhou para o Padre Giovanni, que era presidente do INCRA neste tempo. Teve reunião e ele viu que não dava mais para dobrar a gente e aí compraram. Isso tá mais com 15 anos. Completou 20 e tantos anos que a gente tava na luta. Depois disso, a gente começou a lutar para organizar o povo. Não sabiam o que era trabalhar junto. Só pensava no individual. A gente tinha experiência de trabalho comunitário e outros não tinham. A gente sofria muito para eles compreenderem. E só pensavam em fazer em separado. Era muita desavença. Lá se vem projeto e nada. A fazenda estava toda aberta, sem cerca. Cada qual fazia o seu cercado para plantar. Aí a gente foi fazer projeto e isto deu mais dor de cabeça. Cada qual foi para um lado.

Com todas estas revoltas, teve projeto que deu certo. Como o gado comunitário. Criação de carneiro. Os roçados deram produção, de horta, de milho, de feijão. Cresceu muita casa. Tem lugar que parece até uma vila. Mas, vieram as secas. Ficamos devendo dinheiro ao banco. De qualquer maneira, a Associação ainda dá resultado. A Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Jardim. Eu já fui presidente da Associação. Fui no começo, quando a terra foi desapropriada. Formamos a Associação sem recurso de nada. Passei dois anos, fizemos o que foi possível, nesta época ainda não tinha projeto. Fiquei na diretoria por um tempo. Eu me desanimei muito, tanto tempo de luta. Não via o resultado.

Hoje, são 24 famílias. As casas foram erguidas faz pouco tempo, acho que na base de 1999, dentro dos projetos. Hoje, tem grupo escolar só uma escolinha de alfabetização, o resto vai estudar longe. tem posto de saúde. Tem energia elétrica. Água ainda só em carro pipa. Olho d'água só para ajudar um pouco. Tem dia que falta, mas chega no outro dia e assim vai... As três famílias que ficaram até o fim da luta foram Jacinto, o Meruoca e o Raimundo Martins. Teve gente que participou da luta e ficou sem terra. O Meruoca, só o filho conseguiu terra.

Eu sei que fui muito forte nesta caminhada. Eu nunca deixei Jacinto ir só. Era nas audiências, nas questões de pequenos proprietários, na delegacia regional. Eu andei lado a lado com ele. De noite, de dia. Se eu ficasse, não servia, não...”

*Maria Teresa do Nascimento (a Zeneide), 63 anos,  
4 filhos, 14 netos e (na época da entrevista) mais um chegando...  
Durante 25 anos, foi professora na comunidade de Jardim. Ganha meio salário  
como bedel na escola da comunidade. Ainda não se aposentou.*

*No dia em que chegamos na fazenda Jardim, Jacinto estava exatamente na fila dos Correios, em Aratuba, à espera do dinheiro por conta da perda da safra. Ao todo, ele iria receber R\$ 60,00. Demorava e a gente precisava ainda ir para Quixadá. Anoitecia. Mas, o carro quebrou. “Deu prego”, como o povo costuma dizer. Foi tanta espera pelo conserto, que deu tempo de Jacinto chegar e contar a sua versão da história.*

## A história dos 30 mil cruzeiros

“O dotô Pinheiro chegou aqui e conversava muito com nós. Vivia dizendo que não gostava de trabalhar com gente mole. Porque não tem gente que por qualquer coisa se quebra logo, né? Mas, ele acreditou muito na gente. Porque a gente tinha muita coragem. Eu era delegado sindical, nesta época.

Um dia, o meu patrão pegou a gente de surpresa. Uma audiência com muita gente. E o nosso patrão tinha mais raiva de mim que de todo mundo. Ele achava que eu tinha começado, tudo aquilo ali. Um dia, em uma audiência, ele chegou para mim e disse: ‘Jacinto, abra a boca e diga quanto é a sua indenização’. E eu não demorei muito para responder: ‘me dê 30 mil’ e ele respondeu ‘tá feito’. Naquela época, era 30 mil cruzeiros e era muito dinheiro. Na hora de assinar, ele se negou. Aí, eu me levantei e disse ‘seu Bolívar disse que era 15 ou 30’, todo mundo ‘30’ e aí o juiz disse ‘está encerrada a audiência’.

Era para ele ter me pagado, porque pagando eu, os outros ele pagava. Quando foi no outro dia, ele chegou com a capanga cheia de dinheiro e disse que tinha vindo me pagar e eu disse ‘só que hoje eu não recebo porque para mim era um desrespeito receber um dinheiro sem a presença do meu advogado. Mesmo que se você me desse 100 mil, eu não recebia’. Ele ficou com tanta raiva!

Nunca quisemos uma coisa só pra nós. É possível conciliação entre patrão e trabalhador. Ele dizia que o negócio de vocês é um e dos outros é dos outros. Mas, a gente nunca quis só pra gente. Eles nunca reconheceram, hoje pode até ter alguma diferença. Isso não importa. Valeu a pena. Não foi só a nossa coragem que sustentou esta luta. Se fosse só nós, eu não acredito que a gente teria ido até o fim.”

*Jacinto Braga do Nascimento, 74 anos, agricultor da comunidade de Jardim.*

*Hoje, está aposentado.*

*“Mas trabalho até mais do que quem está realmente na luta”.*

## Agora, a luta iria realmente começar

Simultaneamente ao conflito que se iniciara em Jardim, explodiria outro não muito distante dali: na fazenda conhecida como Monte Castelo, de propriedade do médico José Dorival Nunes Cavalcante, e que pertencia ao Município de Quixadá (região do Sertão Central, a 160 km de Fortaleza).

Motivados pela mesma reflexão sobre o Estatuto da Terra, os moradores da Fazenda Monte Castelo, no momento em que foram apanhar a safra do ano de 1978, resolveram fazer um novo acordo com o proprietário: não mais pagar a renda de meia do algodão, do milho e do feijão. A proposta dos moradores era entregar apenas 30% da produção. O novo acordo ainda contrariava o artigo 96 da lei Nº 4504, que estabelecia critérios legais para a partilha da produção. Segundo o artigo, ao patrão caberia 30% caso ele concorresse com a terra preparada e conjunto básico de benfeitorias como casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, calas ou currais. Não era a realidade de Monte Castelo.

O proprietário não aceitou a nova proposta e reagiu entrando com uma ação requerendo que a safra de algodão daquele ano fosse totalmente apreendida até que o caso tivesse pronunciamento legal; no entanto, segundo os agricultores, o proprietário não se contentou apenas com a ação judicial, passando a pedir colaboração da polícia. Pinheiro também se lembra de um episódio que retrata bem a decisão do proprietário.

Apavorados com a reação do patrão, Pinheiro resolveu marcar uma reunião com os pequenos agricultores. Naquele dia, Pinheiro chegou na fazenda perto da hora do almoço. Foi direto para a casa de Chicó, um dos moradores. Quando estavam almoçando, o proprietário mandou um recado para os trabalhadores: a polícia estava na fazenda para recolher toda a produção de algodão.

“Aí, eu me apavorei porque era a primeira vez que eu tinha entrado em uma propriedade assim com polícia lá dentro e mais o que poderia

ter. Peguei o meu carro e desabei para Quixadá. Fui direto para o sindicato. Cheguei lá e disse que tinha vindo de Monte Castelo e a polícia estava lá obrigando os trabalhadores a entregar o algodão e a lei não permite isto. O presidente do sindicato, que era o Barreira (Francisco Barreira de Queiroz), disse assim para mim: 'Doutor, mas o problema é o seguinte...' E me mostrou um papel, onde o proprietário denunciava os trabalhadores de subversão. Quer dizer, o próprio sindicato tomou a posição do proprietário. Então, não podia fazer nada. Dali mesmo, eu telefonei para o delegado da polícia de Quixadá, me identifiquei e relatei o que estava acontecendo em Monte Castelo e que eu iria denunciar que aquilo era ilegal. E eu tinha trazido comigo um filho de Chicó porque eu não conhecia direito o caminho e, depois, ele também iria levar o retorno da conversa que ia ter com o sindicato e com o delegado. O recado que o filho de Chicó levou contava que o delegado não tinha autorizado ninguém a tomar o algodão de ninguém. E que estaria telefonando para o pessoal voltar. E, na verdade, quando eu estava indo de novo para a fazenda, a polícia voltava para a cidade. E, realmente, neste dia não tomou o algodão; mas, as ameaças continuaram", relembra o advogado.

Como a intenção era enfraquecer o grupo, o advogado do proprietário fez uma ação para cada um dos moradores. "Mas ele 'cochilou' e nós, antes da entrega da produção, entramos com um pedido para depositar em juízo. Entramos com todo mundo e aí já eram 42 famílias. Nesta época, já tinha todo um trabalho de compreensão, a gente sentava com eles, discutia. E foi muito complicado porque o advogado do patrão era o melhor advogado da cidade de Quixadá. Era um juiz aposentado e que tinha um conhecimento jurídico muito grande. E eu, profundamente desconhecido na região, rodando num fusquinha. Eu cheguei lá em Quixadá totalmente pequeno. Literalmente, porque eu era baixinho, num fusquinha... (risos). E todo mundo comentava na cidade: 'Ih! Esse advogadinho não dá nem pra começar'. E pra surpresa nossa, nós ganhamos a questão", lembra-se Pinheiro. Esta decisão fez com que a questão da renda de 10% virasse jurisprudência em todo o Ceará, a partir de 1981.

Até a decisão da Justiça, foram anos recheados de episódios de intimidação e violência contra os trabalhadores. Era comum que o gerente da fazenda provocasse a destruição de roças e cercas ou de outros benefi-

cios de propriedade dos moradores. O objetivo era a expulsão dos trabalhadores. A resistência vinha da solidariedade da Igreja e do debate que foi instaurado na sociedade mediante a ação de denúncias dos advogados e das organizações de apoio aos trabalhadores. Inconformado com a decisão do juiz, que deu ganho de causa aos trabalhadores, o proprietário instruiu o gerente da fazenda a voltar a cometer atos de violência. Os conflitos se acirraram. Um deles resultou na morte do gerente por conta de uma troca de tiros.

Em razão do conflito social, os advogados dos trabalhadores solicitaram ao INCRA a desapropriação da totalidade da propriedade, desapropriação esta que foi executada em 1982, beneficiando um conjunto de 82 famílias residentes. Seria o primeiro conflito de terra resultante da luta em torno da “questão da renda”. E seria também a primeira desapropriação resultante deste processo. De acordo com Pinheiro, era também uma vitória na área do Direito Agrário em favor dos trabalhadores.

Para os que acompanharam todo o processo, uma vitória na formação de uma consciência de cidadania, o que resultaria em novas experiências de luta com outras comunidades. “Eu me lembro de uma conversa que eu tive com o Valmir, um dos moradores do Monte Castelo, que mostra bem esta questão da conquista da cidadania. Ele disse assim para mim: ‘Pinheiro, eu aprendi uma coisa nessa nossa luta. Aprendi que eu sou homem. Aqui, era o seguinte: o homem era o patrão. Todo mundo dizia o homem chegou, o homem saiu. Ou se não era o delegado: o homem tá aí, o homem mandou. E nós o que era? Então, eu descobri que eu era homem também’. Isto tem a ver com o medo que eles tinham do patrão, do delegado, do juiz. Eles passaram do medo para o respeito. Igualaram-se”, completa Pinheiro.

*A saída de Jardim, que fora tumultuada por conta da quebra do carro, não deixou que seguíssemos viagem no mesmo dia. A dormida fora em uma pousada em Quixadá. Galinha assada como janta e muriçoca servindo-se do “sangue novo” na cidade. Dia seguinte, com o café ainda amargando a língua, colocamos o pé na estrada. Margarida, no comando do mapa, sentia gosto de nostalgia na brisa fresca. Iria rever a comunidade de Monte Castelo que há anos não visitava.*

*Dia cedo e avistávamos a porteira. A recepção teve gosto de ressaca. Eles esperavam a gente na noite anterior. Tinham feito galinha à cabidela, carneiro assado. Comprado garrafa de vinho. Limpado o alpendre. Com música prestes a tocar. Jantaram sem festa, não entendendo o motivo do atraso. “Uma pena, Tota. A intenção era dormir na fazenda, jantar e conversar miolo de pote, deixando para cedinho as entrevistas”, comenta Margarida. “Bem que eu sabia que vocês não dariam o bolo, algo devia ter acontecido. Esperamos até tarde, menino dormindo, resolvemos jantar”, rebate Tota, o primeiro a ser entrevistado na fazenda Monte Castelo. Ele vai fazer uma espécie de resumo do que se lembra do conflito.*



*Tota e Dona Selma*

## O caçula na luta

“Eu acho que era um dos mais moços. Nem família eu tinha ainda. Naquela época da luta, eu era solteiro. Hoje, são 7 filhos, um do meu tamanho. Eu me lembro que a gente começou a se entrosar com o Padre Moacir. Ele começou a visitar umas fazendas por aqui em Choró. E toda vida a gente gostou de ir à missa. E vimos a conhecer o Estatuto da Terra, a lei 4.504. De posse deste conhecimento, vimos que a gente estava fazendo tudo errado do que a lei dizia, que a gente era altamente explorado. E, junto com o Moacir, começamos a recorrer ao sindicato e vimos que a coisa podia ser por ali. E não daquele jeito que a gente vivia.

Chamamos o patrão para um acordo, dizendo que não ia dar mais algodão de meia. Que era 50% da nossa renda. Ele achou por bem que não estava certo, de que isso ainda não existia no Brasil. E a gente dizia que não tava correto, que a lei dizia que era só 10%. E ele retrucou que não aceitava e resolveu pôr na Justiça. Quando a gente menos esperava, no primeiro ano de negociação, ele mandou tomar o algodão que a gente tinha. Isso foi em 1978. Não lucrou nem ele, nem nós. E o algodão acabou tomado pela Justiça.

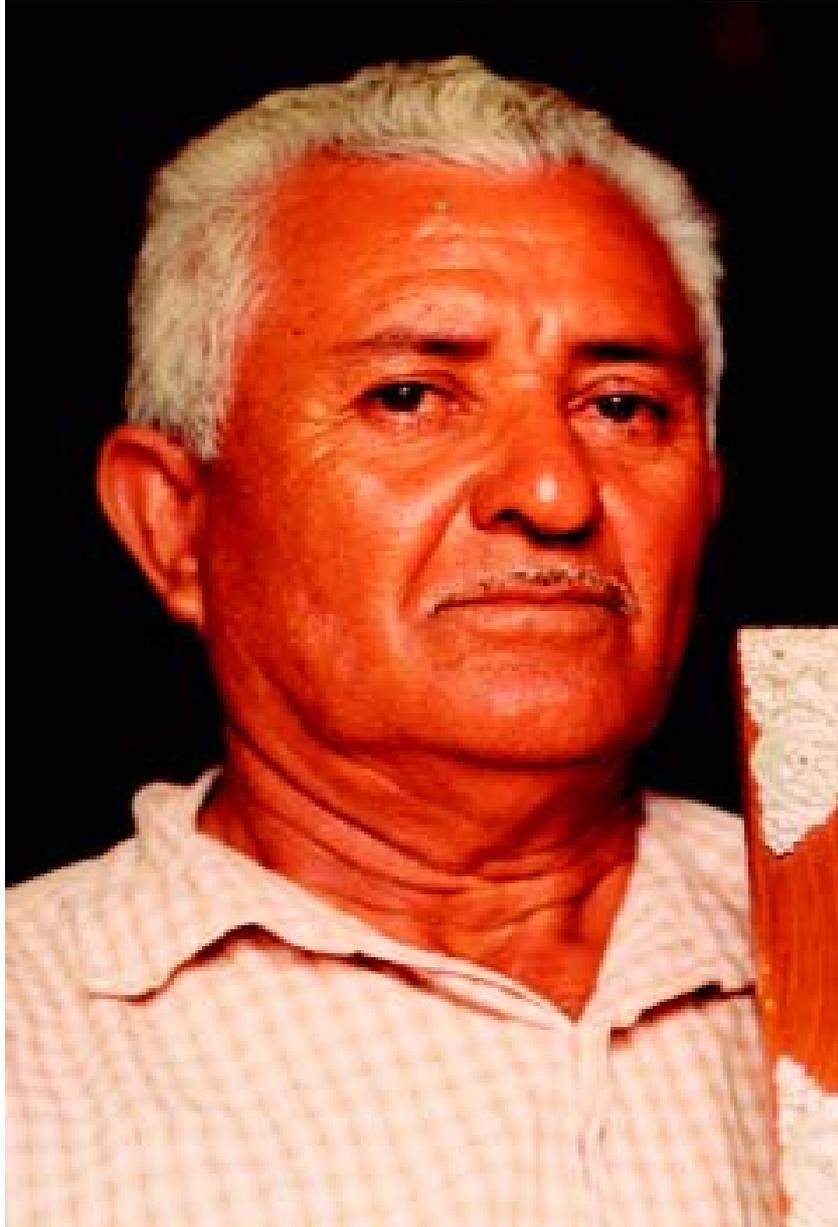
Aí, quando ele botou na Justiça, surgiu o nome do Pinheiro. A gente não conhecia direito, mas foi o padre Moacir que indicou e a gente foi procurar ele. Naquela época, quem andava muito nesta história era o Antonio Chicó, porque ele fazia parte dos conselhos lá da Paróquia de Aratuba. Era pra lá e pra cá; bom, conseguimos o advogado. Até que um dia a gente se encontrou. Houve um entrosamento, fechamos o acordo e partimos para a luta.

Três anos depois, o juiz que tava com a causa na mão, não teve coragem de julgar. Pediu para ser afastado. E tanto no fim que veio outro que teve coragem de julgar. A primeira causa foi o algodão que tava preso. Teve que pagar pra nós. Depois, veio o julgamento da propriedade. Dez anos depois que veio a imissão de posse pra gente. Se não fosse

o exemplo do Monte Castelo, existiria ainda algodão de meia, sem ter mais plantação de algodão. Pena que não tem muita gente na luta. Porque se tivesse muito mais, a gente já tinha mudado muita coisa neste País. Ainda somos a minoria na luta.”

*Francisco Ribeiro de Andrade (o Tota), 55 anos, agricultor.  
Hoje, é presidente da Associação dos Moradores de Monte Castelo.*

*Tota muda de camisa e junta os meninos para a foto. Beija dona Selma (a esposa Raimunda da Silva) e ajeita-se no carro. O encontro agora é com Chicó. No início da luta, era o delegado sindical da Fazenda Monte Castelo e fazia parte da direção do Sindicato em Quixadá. No caminho, Tota relembra que Chicó tentou ser vereador. “O slogan dele era, deixa vê se me lembro, era acho que ‘O homem do sertão’. Mas, ele não se elegeu não. Foi parado de surpresa. Por questão de saúde”, comenta. Tota aponta a casa de Chicó. É quase meio-dia, sol a pino. Uma água, por favor, antes de a prosa começar. Chicó se ajeita na cadeira e me convida para sentar no sofá. É ele quem vai me contar, com detalhes, o começo da luta.*



*Chicó*

## Uma história que "rendeu por demais"

“Antes, era uma luta dos trabalhadores e o patrão. Só depois foi chegar a um ponto que foi pra Justiça. Entonces, a gente decidiu caminhar na luta. A luta aqui começou por conta da meia renda. Decidimos um encontro com ele, num pequeno grupo escolar que tinha aqui. Eu tinha um contato com o patrão, o José Dorival Nunes Cavalcante, que morava em Fortaleza, e convidei para discutir com ele a nossa questão em termo de renda. Ele não veio. Da segunda vez que a gente convidou, ele veio. E aí aconteceu que ele não aceitou a proposta que a gente tinha feito depois de ter estudado o estatuto. E chegou até ser muito duro na posição dele e que não abria mão. E disse que só a partir do ano seguinte é que podia até mudar alguma coisa. Ainda a gente chegou a colocar 30% e ele não aceitou e disse que ia botar na Justiça e que lá é que seria decidido. Ele foi embora e a gente ainda ficou mais um pedaço conversando com o presidente do sindicato de Quixadá, que era o Barreira.

Fomos aguardar por mais uns dias e, como de fato, veio a procura da Justiça. Nós era aqui uma turma grande de moradores. Eles davam por conta umas 100 famílias. Mas, devido o pesar da luta, o pessoal se distanciou. Muita gente começou a ir embora. Na luta, quem pegou o grosso da luta, quando a Justiça chamou a gente, só assinaram mesmo 27 famílias.

Eu fazia parte da igreja, não só no sindicato. Nesta parte da igreja, eu estava no Conselho Pastoral de Aratuba, na Diocese de Fortaleza, e lá eu vinha tomar conhecimento com o dotô Pinheiro, apresentado pelo padre Moacir. Aí nós marcamos uma vinda dele aqui na fazenda. E marcamos uma data. E, no dia marcado, ele veio.

Eu morava lá no pezinho da Serra, por isso que a luta foi para mim no meio do mato mesmo. Entonces, quando ele chegou, eu estava esperando, e quando a minha esposa botou o almoço, encostou o carro. No caminho, ele tinha passado pela carruagem do proprietário. O gerente

veio me chamar, que era o Manoel Timóteo, mais o filho do patrão pedindo para ir falar com o proprietário. Eu entrei e o Pinheiro perguntou se eu ia e eu disse que sim.

Quando chegamos lá na casa, eles tinham preparado essa salada pra gente. Tinha polícia. Deram busca de arma e mandaram eu falar com o tenente no escritório dele. Eu entrei, de um lado os patrões; de outro, os policiais. Com metralhadora e tudo. Eles queriam saber que material eu tinha, o que eu estava fazendo, quem era pessoa que estava lá em casa. Como eu não disse, eles foram até a minha casa. Eu lembro que tinha um bocado de papéis da paróquia e no meio tinha um retrato do João Figueiredo, quando eles viram, disseram “taí um grande homem”. Uma das coisas que eles me perguntaram era porque a gente se reunia tanto e eu disse que era para celebrar. Eles me aconselharam a celebrar na igreja. E eu retruquei que igreja para mim era em qualquer lugar, quando a gente se reunia era igreja. Não encontraram nada e foram embora.

E o Pinheiro, no tempo que eu estava sendo instigado lá na casa do patrão, tinha ido embora. Foi direto para o sindicato para perguntar sobre a nossa situação e se apresentou como o nosso advogado. Naquele mesmo dia, ele mandou uma carta para gente. Recebemos de tardezinha para noite. Nos reunimos à noite para ler e nela estava dizendo como seria o encaminhamento da nossa luta, com todas as informações. Daí por diante começou a luta de verdade.

A primeira audiência foi feita para todo mundo. E o primeiro a ser chamado fui eu. A proposta do patrão, eu decidi não aceitar. O juiz ainda tentou argumentar para que eu não me arrependesse e eu disse que confiava no meu advogado. Ninguém aceitou a proposta do patrão. Foi encerrada a audiência. E aí eles tentaram vencer a gente pelo cansaço. Fizeram de cada um de nós uma audiência individual. Eles achavam que muitas cabeças eram uma coisa e uma só era outra. Que um ia falar diferente, um podia desistir. Então, foram 27 audiências. Um processo danado. Cada audiência, era exigido um total de testemunhas. Eu ia pra tudo quanto era canto. A gente estava começando o afastamento das pessoas. Mas, quem estava deixando de ir era o patrão.

Nós sofremos muito. Foi presa safra nossa, foi tomado algodão nosso de caminhão. Teve queima de madeira, arranca de plantação, de cerca. Teve até tiroteio. E eu ficava naquele leva e traz. Comunicava o Pinheiro

o que tinha acontecido. Voltava e comunicava o povo daqui das resoluções que iam ser tomadas. É claro que pelo nosso lado a gente tinha que tomar cuidado. Eu fui muito ameaçado de pistolagem por aí fora. Andou alguém por aí no meu rastro. Mas foi o lado da igreja que não me deixou entrar nesta de luta armada. Eles dizem 'que tem protege é Deus' e foi ele mesmo que me protegeu por todas essas bocas por aí, por todas as tocaias que me fizeram. Esta história rendeu por demais, mas acabamos ganhando na Justiça a questão da renda.

O Pinheiro perguntou se a gente já tinha ganhado e tinha ido até ali, se a gente queria parar por ali mesmo ou queria continuar. Nós combinamos de que deveria ir para a questão da terra. Mas, tinha muita gente em cima do muro. O juiz decidiu a causa da questão da terra. A desapropriação foi o INCRA que entrou para fazer a negociação com o proprietário. E veio o Antônio Peixoto, que era o coordenador do INCRA no Ceará. Veio dizer que a gente tinha a causa ganha e vieram fazer a demarcação das terras. E foi decidido que cada qual pagaria a sua terra, nada de coletivo.

Eu estava aqui pensando... num sabe que nunca foi concretizada uma festa para comemorar a luta? A terra passou a ser nossa, a gente começou a trabalhar por conta própria, sem ser empregado de ninguém. Compromisso só com o Estado, através do INCRA. Qualquer tipo de opressão desapareceu. E esta luta serviu não só para cá, como para o Ceará e para outros lugares. Onde é que a gente caminhava, a história era a mesma. Eu tive a oportunidade de ter me encontrado com o Brasil todinho. Foi aí que criou-se a CUT. Eu vi de perto isso.

Nossa luta ficou tão conhecida que se estendeu por toda o Sertão Central. Tudo quanto é sindicato nesta região contratou o Pinheiro. E de congresso em congresso, já passei nossa experiência para muitos. Acho até que, se aquela a luta tivesse sido sustentada pelo movimento sindical, muita coisa tinha mudado. Vale meu Deus, a gente tinha dado jeito em um bocado de coisa lá fora.”

*Antônio Clemente da Silva (o Chicó), 66 anos*

*Na época, era delegado sindical na Fazenda Monte Castelo e fazia parte da direção do Sindicato em Quixadá. Na época da entrevista, estava de licença médica. “É até chegar a minha idade de aposentar. Não aceitei ser aposentado por invalidez.”*

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

O almoço foi por ali mesmo, na casa de Chicó. Assim como fez Pinheiro, em sua primeira visita à fazenda Monte Castelo, há mais de 20 anos. Dona Cezinha, a Maria Souza Silva, esposa de Chicó, 68 anos, prepara a mesa. Ajeita a galinha na panela. Cheiro de coentro. Arroz farto e feijão generoso. Enquanto colocamos a comida, Cezinha fica a postos na ponta da mesa. “Vai comer, não, Cezinha?”, pergunta Margarida. “Vou não, dona Margarida. Como depois mais os meninos”, responde botando mais um tantinho de macarrão no prato de Chicó. Ela aproveita para contar um pouco sobre os filhos. Ao todo, foram sete. “Menina, bota mais comida aí nesse seu prato”, quase ordena para mim. Agradeço. Estamos já preparados para tomar novo rumo. A próxima parada é na casa de Antônio Moreira. Pouco enxergando, mãos sobre as pernas, agora finas por conta de problemas de circulação e da diabetes, Antônio puxa conversa. Faz questão de contar o que se lembra. Algumas de suas netas se acorram ao seu redor. Puxa Chaguinha para o seu lado, a esposa Francisca Hipólito Agostinho Mendes, de 68 anos, ele mesmo dá o rumo da prosa.



*Antônio Moreira*

## Ainda na ativa

“Eu me lembro um bocado de coisa; passamos por muita dificuldade e sofrimento. E eu era um dos que andavam muito com os companheiros. Tem um bocado de nós que era da luta, que hoje veve em um sistema diferente, das coisas coletivas, do trabalho dentro de uma comunidade, de uma celebração em comunidade. Eu cobro ainda umas coisas que a gente tinha naquela época de costume.

Sabe do que mais me lembro? De uma caminhada que sai mais com Antônio Chicó para Fortaleza para um encontro com o doutor Pinheiro. Sobre o movimento que não andava muito bem aqui e que andavam perseguindo a gente. Para sair da fazenda, passamos por umas brocas acolá e era umas quatro horas da tarde e não podia passar na estrada porque tinha polícia. Enquanto eu for vivo tem coisa que não me sai do pensamento.

E não me arrependo de nada, não. Me arrependo das coisas que a gente passa pela vida, pelo tempo. Da luta, nada foi em vão. Tem gente que diz que a nossa luta não valeu a pena, mas valeu. Antes, a gente era escravo de patrão e, hoje, não é mais. Somos escravos do poder, do pecado, da humanidade, mas de patrão não somos mais. Se foi para o bem da nossa comunidade, não foi em vão, não. E, depois, fizemos bem para várias outras comunidades, porque a gente sabe que a nossa luta foi uma das primeiras a lutar pelo Estatuto da Terra, pela lei da reforma agrária. Foram 27 famílias que lutaram por diversas famílias. Só que, infelizmente, a história da reforma agrária que a gente lutava naquela época nem se parece com esta que a gente está vivendo hoje. Mas, fazer o que, né? Embora eu não tenha mais saúde, ainda luto pela história da minha comunidade. E tenho dito que será assim, enquanto eu for vivo.”

*Antonio Moreira Mendes, 80 anos,  
aposentado, da fazenda Monte Castelo.*

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*No meio da prosa com Antônio Moreira, chega Zé Cirilo. Acompanha atento o depoimento de Antônio. Pergunto se ele se lembra de algo. Primeiro insiste em dizer que não. “Tenho nada para dizer, não”. Fica, no entanto, empolgado com a possibilidade de “bater um retrato”, quando vê Antônio posando para as lentes de Cláudio Lima. Cirilo, então, concorda com a conversa. “Já sei. Me alembrei do caso da bodega. Pode ligar isso aí que você tem na mão (o gravador)”.*



*Zé Cirilo*

## O caso da “bodeguinha” que vendia “pungaio”

“Eu me lembro bem de um dia que me chamaram para ser testemunha de uma bodeguinha que a gente tinha. A nossa primeira bodeguinha. Foi para justiça e eu fui ser testemunha. O doutor Pinheiro estava perto de mim e o juiz me fez uma série de perguntas. O que a gente queria era diminuir a história da bodeguinha que era muito pequena em relação a tantos outros grandes casos que a gente tinha que discutir lá na Justiça. E eles insistindo em dar muita importância para este caso. Aí o juiz perguntou como era essa bodeguinha. E eu disse que era um pungaio, de coisa aqui e para acolá. Ele me olhou e perguntou: ‘o que é pungaio?’. E eu lá, não sabia como explicar. O doutor Pinheiro teve que interferir para dizer que pungaio é bocado de coisa pouca (risos).

Mas, esse foi um caso. Nossa luta foi muito melindrosa. O Padre Moacir veio outro dia aqui e disse que nós tava sofrendo muito, mas a gente tava reunido para abrir uma porta, uma fechadura que fazia tempo que estava trancada, mas que, quando a gente abrisse essa porta, todo mundo ia passar por ela. E foi verdade. Aqui, no Monte Castelo, e eu sei que em muitos outros lugares. Na Bahia, no Pernambuco, onde que é que tinha trabalhador do campo. Só que, hoje, as pessoas não estão vendendo mais esta porta. E isto acaba por desanimar a gente.

Eu lutei, sofri, mas muito mais vezes eu tenho dito, não sei se peço por isso, mas eu tenho dito: eu achava que a terra tinha que ter sido desapropriada para as 27 famílias que lutaram. Estas dão valor. Mas, alguém dizia, naquele tempo, que tinha que ser para todo mundo. São mais de 100 famílias. Acho que a gente criou muita cobra para comer a gente, tem gente falando mais alto que nós. Então, eu acho que não valeu a luta para mim. Por ter mudado o sistema, da opressão que a gente tinha com o patrão, de ser massacrado pela polícia, eu acho que valeu. De ter virado dono das “caxotas” de algo-

vão que a gente produziu no roçado, isso valeu. Antes, a gente ficava sem chinela, sem roupa. E isto mudou. Mas, do resto, acho que não. O que a gente vive, hoje, não.”

*José Pereira da Silva (o Zé Cirilo), 63 anos, agricultor,  
da fazenda Monte Castelo.*

## A romaria da terra

Entre o curso dirigido a lideranças comunitárias de vários municípios sobre o tema “renda da terra” e os primeiros trabalhos de assessoria jurídica junto aos trabalhadores rurais de Jardim e Monte Castelo, um ato público seria o símbolo do período de lutas que se seguiria. Também seria uma espécie de estopim para o renascimento do movimento sindical rural no Ceará e para a confirmação de que uma instituição precisaria ser fundada para atender aos novos pedidos de acompanhamento comunitário e assessoria jurídica.

O ano era 1979. Dom Aloísio Lorscheider chegaria de Roma. Uma de suas visitas, como era de seu costume acompanhar de perto todas as dioceses, seria em Quixeramobim. Padre Moacir vai recepcioná-lo no aeroporto porque desconfiava que outros párocos estariam de comum acordo para avisá-lo de que na paróquia de Aratuba estavam sendo feitas reuniões para colocar os trabalhadores contra os patrões. Em época de regime militar isto era visto como subversão.

Assim que o avistou, no portão de desembarque, pouco lhe dirigiu a palavra. Apenas entregou-lhe um papelzinho dizendo que estava sendo uma manifestação pacífica em Quixeramobim, no dia seguinte. Dom Aloísio atendeu ao pedido do vigário e pegou a estrada. Assim como ele, também o fizeram Dom Edmilson da Cruz, Dom Rufino, Dom Antônio Fragoso e Dom Paulo Ponte.

Os cinco bispos se encontraram com mais de cinco mil trabalhadores. O motivo: um protesto pelas ruas da cidade por conta dos 15 anos do não-cumprimento do Estatuto da Terra. “Um dos temas discutidos durante o regime militar foi a questão da reforma agrária. Um grupo, através do Ministro do Planejamento, ficou incumbido de elaborar um projeto de lei sobre o tema. O então Estatuto da Terra foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado como lei, pelo então presidente Castello Branco. Não era uma coisa muito avançada, mas era a

primeira proposta articulada vinda de um governo. Ainda mais de um governo do regime militar. Mas, ninguém respeitava a lei. O que a gente fez com Jardim e Monte Castelo e o que a gente fazia, ali, naquele protesto, era apenas exigir o cumprimento da lei”, lembra Pinheiro.

Fora uma tarde de caminhada. Padre Moacir tenta cantarolar algumas das canções que eram entoadas durante o caminho. Lembra-se apenas de pequenos trechos. E completa: “Nunca mais conseguimos reunir tanta gente e tanto bispo. Aquela caminhada foi considerada a primeira romaria da terra. E pode acreditar. O CETRA nasceu aí. A partir deste ponto que unia fé e luta”.

## A primeira ONG do Ceará

Era início dos anos 1980. Momento em que a sociedade civil reconstruía-se. Época em que surgiam as chamadas organizações não governamentais (ONGs) para ocupar um papel relevante no apoio e assessoria a movimentos sociais, seja de negros, mulheres, homossexuais, ecologistas. Pode-se fazer mais um recorte aqui. Surgiam também as organizações de bairro, na luta por moradia, saneamento, transporte. E ressurgia o movimento estudantil, tendo como marco a reconstrução da União Nacional dos Estudantes, que fora fechada pelo regime militar.

Eram estas organizações que serviam de interlocutores e promoviam a articulação destes movimentos. O intuito era, no decorrer do tempo, especializarem-se em prestar serviços técnicos e ensejar opções de desenvolvimento mais adequadas às necessidades das maiorias sociais.

Em meio a estes acontecimentos, os pedidos de assessoria vindos dos mais distantes sindicatos de trabalhadores rurais faziam com que a pequena equipe formada por Antônio Pinheiro, Eduardo Freire e Margarida Pinheiro tomasse a decisão de se desligar da Paróquia de Aratuba e pensar na possibilidade da formação de uma instituição dedicada à assistência jurídica dirigida à área rural.

Nesta época, existia uma relação do grupo com o Centro de Associação Comunitária, com sede no Rio de Janeiro, que tinha sido fundado por um grupo de ex-exilados políticos que tinham voltado para o Brasil. Foram pedidas a esse Centro orientações para organizar a entidade. A discussão também se estendeu a antigos companheiros de JOC, com militantes da Pastoral Operária, sindicalistas e agentes pastorais.

“De 1978 até 1981, a gente vinha respaldado pela Igreja. Não éramos uma instituição formada, não éramos nada. Éramos apenas dois advogados e uma assistente social. O primeiro passo para mostrar que a gente existia foi exigir que os sindicatos passassem a assinar a minha carteira profissional. Porque com a carteira assinada pelos sindicatos eu

poderia tomá-los como respaldo em uma ação. Mas, começamos a ver que precisávamos de mais respaldo, um nome. Na formação desta instituição, tivemos ajuda de um casal, a cearense Erondi e o catarinense Ferreira, que, infelizmente, já morreram. Nos conhecemos na JOC e eles foram exilados. Estavam voltando da Europa e formaram um grupo de assessoria comunitária. Foram eles que nos incentivaram na criação de uma instituição e foram os responsáveis pela nossa relação com entidades de cooperação internacional. Eles mesmos fizeram as cartas de recomendação”, relembra Pinheiro.

Em 30 de dezembro de 1981, era fundando o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, o CETRA. No primeiro momento, os principais objetivos da instituição eram prestar assistência jurídica aos trabalhadores; desenvolver trabalhos de educação popular; realizar estudos e pesquisas relacionadas ao “mundo do trabalho”; promover cursos, seminários e treinamentos, visando à formação dos trabalhadores, além de editar cartilhas e outros subsídios para este processo. Formatava-se, portanto, a primeira ONG do Ceará.

Educados pelo método “ver-julgar-agir”, criado pela Juventude Operária, o CETRA orienta-se por esta linha de trabalho. A concepção principal desta prática era que o direito era dos trabalhadores, nunca da instituição. Todo acordo era, previamente, discutido. A intenção principal era de que os trabalhadores precisavam entender que a luta era deles

“Tínhamos a seguinte prática: quando um trabalhador aparecia com alguma questão, seja da cerca ao despejo, a gente perguntava se tinha acontecido só com ele. Na maioria das vezes, ele dizia que não. Então, a gente pedia para ele reunir outros moradores na mesma situação. Daí, a gente não ia mais para a fazenda, que era muito perigoso. Então, íamos para o sindicato, para a paróquia. E nos sentávamos para conversar. Não atendíamos casos individuais. Mandávamos todos entrar. E cada um contava o seu problema e eles viam que o problema de um era o problema de outro. Era generalizado. Então, eles se uniam para resolver. Nosso papel era de organização e de defendê-los judicialmente”, comenta Pinheiro.

No ano seguinte à fundação, o CETRA conseguiu aprovar, graças às cartas de recomendações de Erondi e Ferreira, alguns projetos de cooperação internacional para dar suporte material às atividades desenvolvidas junto aos sindicatos de trabalhadores rurais. Entre as agências in-

ternacionais estavam o *Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement* (CCFD), da França, e *Trócaire*, da Irlanda.

No primeiro momento, a equipe de trabalho permaneceu a mesma. O escritório dos advogados Antônio Pinheiro e Eduardo Freire, localizado no 7º. andar do prédio Sul América, na travessa Pará, esquina com a Rua Floriano Peixoto - bem em frente à praça do Ferreira - tornaria-se a sede do CETRA. Permanecendo assim até início de 2002.

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*Padre Zé Maria me espera na recepção do CETRA, na sede ainda situada no 7. andar do edifício Sul América. A entrevista estava marcada para as 9 horas. O relógio que fica na Coluna da Hora, ícone maior do Centro de Fortaleza, na Praça do Ferreira, não podia me garantir se eu estava no horário. O relógio ainda não recebera manutenção e estava parado. Zé Maria, no entanto, repara que eu não havia chegado atrasada. Confirma a hora no próprio relógio e comenta que o seu sempre fora adiantado. “Pelo menos uns 15 minutos. O pior é que eu sei que está adiantado, mas sempre acho que vou chegar atrasado se não correr”, comenta humorado. Alguns copos de água depois (Zé Maria confessa que anda bebendo muita água, ultimamente), o pároco senta e conta sobre como acompanhou os primeiros passos do CETRA, enfocando, sobretudo, como funcionava o método de trabalho aplicado pela instituição.*



*Pe. Zé Maria*

## Caminhar com os próprios pés, sem muletas

“Primeiro, gostaria de dizer que é uma alegria ter sido solicitado para prestar esta pequena entrevista sobre o CETRA. Meu nome é José Maria Cavalcante, hoje, padre da Arquidiocese de Fortaleza, ordenado em 15 de agosto de 1964. Em 1967, fui nomeado vigário da comunidade de Aratuba, na serra de Baturité. Naquele tempo, era muito difícil de trabalhar, tudo era proibido, tudo era suspeito, mas assim mesmo enfrentávamos tudo isso e íamos ter com as comunidades. Não era muito comum um padre deixar a sede da paróquia e ir aos lugares que compreendem a paróquia.

Visitávamos as famílias, fazíamos pequenas reuniões sobre a vida do povo e eles queriam saber o que Deus estava querendo disso. Mas, não tinha muita clareza de como encaminhar o trabalho. Realmente, a clareza foi se dando na caminhada e, sobretudo, nos anos 1970, quando o Padre Moacir começou a nos visitar em Aratuba. Ele tinha uma grande experiência com a juventude, mas o golpe estava muito acirrado.

Acho que a maior conquista de Aratuba foi sair de um tradicionalismo de que um padre ficava preso somente à sede. Nós descentralizamos. E isto o Padre Moacir nos ajudou muito. Porque não era fácil dar o primeiro passo. Encontramos dificuldades com as próprias freiras, que não aceitavam que a gente saísse durante dois, três dias, em visita pelas comunidades. Era uma revolução. A formação educacional dentro de um sistema militar. A gente era muitas vezes acompanhado pela polícia. Quantas vezes, a gente celebrava e tinham policiais com gravador ou anotando tudo. A gente até dizia: ‘o senhor quer colocar aqui em cima do altar, fica melhor para gravar’. A gente saía a pé, não tínhamos carro. E não fazíamos nada por dinheiro, acabamos com as taxas, o dízimo. Outra conquista foi a evangelização relacionando-a com o econômico e com o político. A gente não entendia como evangelizar sem que fosse refletida a realidade tanto econômica como política. E a

maior de todas é que o povo assumisse a política do seu lugar. O povo era muito dependente, no fruto da terra, do que eles produziam, do proprietário ou dos atravessadores. E o trabalho que fazíamos era para que eles tomassem consciência do preço do produto, de como comprar semente. Trouxemos eles para Fortaleza para conhecer o mercado São Sebastião, o quanto se vendia um quilo de tomate por aqui. E para eles verem o quanto eles eram explorados. E tomar conhecimento do valor do seu trabalho. Houve muita teimosia da nossa parte e muita coragem. E foi uma conquista este trabalho diante de todas as dificuldades.

Então, nós fomos aos poucos nos ajustando na metodologia, na compreensão do trabalho. E foi quando Moacir começou a trazer as pessoas para nos ajudar, como o Pinheiro, que era recentemente formado como advogado. Bom, vocês já devem ter escutado muita gente falar dos conflitos de Jardim, que era uma comunidade no pé da Serra, em que o proprietário não aceitava remunerar o trabalho. Depois de Monte Castelo. Pois, não vou me estender nestas histórias.

O que eu quero dizer é que todo este trabalho foi, exatamente, um meio do Pinheiro e da Margarida se inspirarem para a criação de uma organização. O CETRA nasceu desta experiência. Sentiu-se a necessidade de administrar esta organização durante a caminhada, devido a importância de uma assessoria junto aos trabalhadores.

Vale ressaltar a nossa linha de trabalho, a nossa pedagogia. A gente tinha como preocupação principal que o trabalhador fosse sujeito da própria história. De que eles, realmente, pudessem caminhar com os seus próprios pés e não com muletas. Eu acho que esta foi inspiração do que seria depois ser chamado de CETRA.

A preocupação principal é que estes trabalhadores comessem não só a ler, mas enxergar, conhecer as leis. Esta foi a grande preocupação nossa e que seguiu pelo CETRA. Ajudamos eles a caminhar para que eles mesmo assumissem a luta. Nós apenas prestamos uma assessoria, uma ajuda, cada um em sua especialidade. E eu, como sacerdote, como todos eram cristãos, me preocupava em ajudar em uma linha do Evangelho, como Cristo ensina: 'eu vim para que todos tenham vida'. E vida é mudança. E de que a terra é de todos."

*José Maria Cavalcante Costa (o Padre Zé Maria), 68 anos  
Hoje, pároco da Arquidiocese de Fortaleza*

## Depois do fusquinha amarelo, as toyotas

O primeiro carro que enfrentara a estrada fora um fusca, que era de propriedade do próprio Antônio Pinheiro. O fusquinha de cor amarela andou por todo o sertão até meados de 1983. Époça em que dom Paulo Ponte, então bispo da Diocese de Itapipoca (município localizado a 124 km de Fortaleza), convidou o CETRA para prestar assessoria à Pastoral da Terra em toda a Diocese, o que significa trabalhar para uma dezena de municípios.

A pergunta mais freqüente era: “será que o fusquinha irá resistir mais estradas?” E mais com o aumento de municípios para visitar, era necessário deslocar outras pessoas para estas comunidades. O CETRA, apesar de já contar com algumas agências de cooperação internacional, ainda não tinha credibilidade suficiente para solicitar um carro, quanto mais um possível veículo utilitário - o que facilitaria a ida às comunidades mais distantes. Dom Aloísio Lorscheider e dom Paulo Ponte intermediaram pedidos do CETRA às agências.

O carro, uma Toyota com tração nas quatro rodas, veio em nome da Diocese. Foram quatro anos de utilização plena do veículo, que conheceu os novos municípios que o CETRA passara a atender. Em 1987, Pinheiro, em uma viagem a convite da instituição *Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement* (CCFD), da França, para um trabalho de conscientização e demonstração do nosso trabalho, resolveu levar na bagagem a proposta de conseguir um novo carro, mais novo e mais potente.

“Eu fui na empresa que tinha financiando o nosso primeiro carro. A empresa ficava na Alemanha. E contei a história deste carro, que estava nas mãos da Diocese e que precisávamos um novo, mais potente e tudo. Disse que queríamos renovar o financiamento, mas que queria o projeto no nome da instituição. Eles pediram um novo projeto e concordaram. Vendemos o carro antigo e mandamos a diferença. Em 1988, chegou

a segunda Toyota. Mas, nada teria acontecido se o dom Paulo, um bispo que tomara partido na luta, tivesse tido tamanha confiança na organização a ponto de pedir um carro em seu nome e mais ofertar novo trabalho e novas comunidades para este carro novo seguir”, comentou o advogado.

*Tanto falamos em caminhos e novos rumos que não poderíamos deixar de conversar com aquele que mais conhece as estradas percorridas pelo CETRA. Literalmente. Tomemos o assento de sua Toyota e puxamos conversa com o piloto. O motorista Luciano Moura foi quem nos direcionou pelas vias ora terrulentas, ora cobertas por areia fina branca, outrora barrenta. Ou ainda cobertas de palha do coco, permitindo assim passagem segura. Vez ou outra, caminho difícil. Novo percurso. Volta e meia. Mudança de rota. Mas, Luciano sempre estava a prumar nosso destino. Sua “bússola” interior guiou os nossos caminhos e o seu próprio percurso. Percurso este decorado na cabeça, marcado no papel. Quilômetro a quilômetro. Nestes quase 20 anos a dirigir o carro do CETRA.*



*Luciano Moura*

## Na cabeça, todos os quilômetros rodados

“Eu trabalhava no interior de agricultor e, depois, trabalhei com palha de carnaúba, nas máquinas. E vivia mexendo com motores de carro. Trabalhei do 70 até o 80 com negócio de palha. No 77, eu tirei a minha carteira. E já comecei indo para a cidade, dirigindo. Depois trabalhei com um Mercedes lá em uma fazenda chamada Ipueira da Vaca, que era da diocese de Aratuba. Depois, fui trabalhar mais o padre Moacir. Eu sou de um lugar vizinho a Aratuba, sou de Itapiúna, mas trabalhava lá na paróquia.

Conheci o Cetra através da Paróquia de Aratuba. Eles tinham um trabalho de base. O doutor Pinheiro era advogado lá. Com o correr do tempo, eles precisaram de um motorista e pediram para eu arranjar. Mas eu vi que o ordenado era melhor e eu disse que quem vai é eu. E o Pinheiro ficou meio assim porque achava que o padre ia achar ruim. Mas eu estava atrás era das minhas melhoras, então eu vim para cá. Isso foi no dia 2 de maio de 1984. E começou esta maratona de estrada. Isso porque eles prestavam assessoria jurídica para vários sindicatos, por todo o Ceará. E a correria era para ir para todos estes cantos. Levava um advogado para lá, deixava outro para cá. Esta era a história da gente. Hoje, o CETRA mudou um pouco o trabalho deles, mas a gente continua indo para tudo quanto é canto, no mesmo ritmo de estrada.

Nunca tive medo de enfrentar estes caminhos que o CETRA carecia de percorrer, eu sempre fui uma pessoa que acredita em Deus. O pessoal que eu trabalhei sempre teve coragem, eles sabiam onde entrar. Nunca vi marmota. A gente só ouvia história de perseguição, mas quando ouvia não dava muito valor. Só teve uma vez que eu estava na estrada mais o doutor Pinheiro, daqui indo para a Caucaia, e um carro passou pela gente, rapidamente, mandando a gente parar, o carro foi estacionando e o cara saindo de dentro do carro. Eu só baixei o pé no acelerador

e para trás ele ficou, nós fomos embora. E nem a gente ficou sabendo o que era. Nem quisemos saber. Nunca tive um problema. Só conversa.

No tempo passado, era bom. A gente ia para tudo quanto era canto, para estas reuniões de comunidade de base. E tinha aqueles encontros, era tanta da gente de tudo quanto era canto. Hoje, vai para o assentamento e volta para a cidade, às vezes no mesmo dia, dorme na cidade. Naquele tempo, a gente dormia no meio do caminho, no interior mesmo, nas casas de conhecidos. Era um tempo bem melhor. Hoje, a gente sai na estrada com medo do que deixou em casa e não do que vem pela frente. Antes, a luta era só no interior. Hoje, é na estrada, na cidade.

E tive muita sorte, nunca bati em ninguém e nunca bateram em mim. Só besteirinhas. Já passei por coisa apertada, mas nunca teve problema não. Só fina, sair de banda, arreganha o mato por ali, mas nunca aconteceu nada pela gente. Eu sempre rezei por São Francisco, que é da região da gente. E é ele quem me protege por estas estradas de meu Deus.

O que eu gosto mesmo é de chegar nas comunidades. Eu tenho dificuldade de decorar nomes, mas sei chegar até as pessoas. E todo mundo me conhece. Me dou muito bem com o povo do interior. Eu fico muito feliz quando estou no interior. Eles vivem pedindo ajuda. O pessoal lá do Maceió estava com dificuldade para comprar um caminhão. Eu fui pesquisar o tipo, o preço e fui eu quem vi fazer o negócio. Trouxe o dinheiro, paguei e levei o caminhão. Arranjei até motorista para eles.

Sabe que tem gente que não conhece o seu próprio interior? E eu conheço. Conheço muitos caminhos, muitos atalhos. De todo o jeito, eu conheço. Este Ceará, eu conheço pinicado. Sei até se é um dia bom para pegar a estrada. É coisa do interior. E tudo com a velha Toyota. Esta é a terceira Toyota e a gente só troca quando ele estiver muito acabado, muito rodado mesmo. A Toyota de agora é de 91. A gente pegou ela em 1997, já veio usado, mas é um carro muito bom e ainda vai agüentar muito. Este foi uma doação e eu fui buscar em Recife. E olha que ele roda todo dia. Em estradas ruins. O tempo que a gente está pegando estrada melhor é este tempo de agora. E, olha que ainda não tá bom. Mas, de antes, era estrada de barro, sem nada.

Sabe que eu tenho noção dos quilômetros que eu já rodei? Eu tenho anotado por cada carro, desde o trabalho com o padre Moacir. E

tenho tudo guardado na minha cabeça também. Vou lhe dizer dos três carros do CETRA: o primeiro carro, nós rodemos ele 408 mil km; no segundo, rodemos uma faixa de 800 mil km e, este aqui, já estamos com mais de 200 mil km. Faça as contas. E se pudesse rodava tudo de novo.

Só a Antônia Maria (a esposa) teve que se acostumar com esta minha vida, com estes meus quilômetros todo. Isto pela nossa necessidade de vida, do nosso trabalho. Ela teve que se acostumar com isto. Teve mês da gente não tirar nem um dia de folga. Viagem todo dia, todo dia. E eu gosto disso. Quando passo dois dias em casa, já sinto falta da estrada. Fico inquieto. Que eu me lembre, tem sido muito bom. Não me vejo fazendo outra coisa. Agora, não. Não sei depois. Mas, se precisasse pegar de novo todas estas estradas, pega tudo de novo.”

*Joaquim Luciano de Moura, 53 anos, motorista.*

*Há quase 20 anos no CETRA.*

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*Dom Paulo Ponte passava uns dias em Fortaleza. Viera de São Luís, no Maranhão, onde mora há 17 anos, para comemorar seus 30 anos como pároco. O local escolhido para a comemoração era Itapipoca, onde permaneceu por mais de 12 anos antes de ser nomeado bispo e ir para o Maranhão. A festa também poderia ser por conta dos 70 anos de idade, que dom Paulo completaria ainda naquele mês. “Na verdade, 10 anos de velho. Ninguém diz que tem mais do que 60 anos”, comenta dando uma suave risada, apertando o grande crucifixo sobre o peito. A conversa com o bispo, que durou boa parte de uma tarde, foi feita com a presença de Antônio Pinheiro. A entrevista começa, exatamente, com Pinheiro lembrando dom Paulo, na época bispo da Terra, que tudo começaram com a indicação para a compra de uma Toyota para o CETRA que, a partir de então, trabalharia com uma dezena de municípios pertencentes à Diocese de Itapipoca.*



*Dom Paulo Ponte*

## O Bispo da terra que era filho de fazendeiro

“Eu me lembro bem deste caso da Toyota. Foi bem na época que me nomearam como bispo da Pastoral da Terra. O que eu achei gozado sendo eu filho de fazendeiro. Mas, meu pai Frederico (Ferreira da Ponte) tinha um grande senso de justiça, ele tinha centenas de lavradores na sua terra. Ele não cobrava renda. Toda renda de comida ele recusava. Tudo o que os lavradores produziam para consumir ficava para eles. Ele cobrava uma parte da renda para poder com aquilo ali manter o cercado. Algo que era para beneficiar os próprios lavradores, pois sem a cerca o gado vinha e comia.

Eu fui formado nesta visão. Meu pai dizia ‘o nosso lavrador não passa fome’. E eu pensava que todo fazendeiro agia deste jeito. A minha imagem era esta. Ele nunca teve problema com trabalhador. Os grandes amigos dele eram os trabalhadores da terra. A fazenda era no Município de Itapajé. E tinha outra em Aracati-Açu, que era longe, e era onde a gente passava férias.

Só quando eu vou para Itapipoca, eu começo a perceber os problemas da terra, o problema da renda. Coisa terrível. Acontecia que os donos de terra cediam a terra, mas o trabalhador precisava pagar a renda. Quando o proveito era fraco, a produção pequena, mesmo assim eles tinham que dar a renda prometida. Ou em outros casos, os donos mandavam o seu gado dentro das terras dos lavradores antes deles colherem a produção. Eu fui me sensibilizando com esta problemática. Até então, eu achava que no Ceará não tinha disso, não. Foi lá que eu comecei a descobrir do que aparecia nos jornais, a questão da renda.

No Maranhão, onde estou há 17 anos, vi que o problema era mais grave. Mas, voltemos ao Ceará. Bom, eu tinha dificuldade de manter a Diocese. O Osires Pontes, que é primo de papai, tinha uma fazenda em Irauçuba, que faz parte da Diocese de Itapipoca, e me visitava sempre. Um dia, eu comentei das dificuldades e perguntei se ele sabia como eu

poderia fazer para manter a diocese. E ele disse: ‘vou arranjar uns nomes’. E citou o nome de alguns empresários, como o Tasso Jereissati. E, todo mês, quando eu vinha para Fortaleza, eu visitava três ou quatro empresários. Um deles era o Tasso, que pedia para eu ir em um escritório que ficava perto da Santa Casa, acho que era o escritório das empresas agropecuárias dele. Todo mês, eu ia.

Nesta época, estava na moda fazer plantio de coqueiro nas praias do Ceará. Eu mesmo entrei nesta, tinha uma terra pertencente à paróquia, em Trairi, e lá fui eu fazer um projeto. E nós iniciamos o plantio. A gente chegou a fazer a primeira colheita. Depois, tomava muito tempo, passamos adiante. O Tasso Jereissati tinha um projeto de plantio de coco lá em Maceió. Foram forçar o pessoal a vender suas terras. E tinha uns jesuítas que trabalhavam lá, os padres Felipe Carsi e André Fayos, que organizaram aquela região em Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs), para conscientizar as pessoas. Foram eles que me avisaram que o grupo Jereissati estava forçando a expulsão.

Um dia, vou eu lá receber a ajuda do mês no escritório de Tasso e veio uma pessoa falar comigo bem assim: ‘Está surgindo este problema nas terras de Maceió, se o senhor pudesse nos ajudar a resolver este problema...’. Eu fui mal-educado, não respondi, abaixei a cabeça e nunca mais voltei. A partir dali, eu cortei aquela ajuda. Desapareci.

E comecei a me importar com a situação dos trabalhadores rurais daquela região. Foi quando convidei o Pinheiro como advogado. Apesar de ter ouvido falar do método dele de trabalhar, ainda não tinha visto de perto.

Numa das reuniões, eu fiquei de fora ouvindo um pouco. Escondido mesmo (risos). Ele estavam discutindo uma carta que eles fizeram com uma proposta, dizendo que eles não aceitavam a proposta, que era o terceiro ano de seca. Diziam para o Tasso Jereissati que ninguém tinha deixado a terra porque eram eles os verdadeiros donos da terra. Porque, se não fossem, já tinham deixado de lado. Achei isto interessantíssimo, essa história do Pinheiro não se fazer no lugar dos trabalhadores. Ele discutia os problemas, assessorava e eles mesmos faziam a suas propostas. Achava lindo o método: ajudar o povo a reivindicar os seus direitos.

Infelizmente, acompanhei o trabalho apenas por um tempo. Neste período que estava tendo o processo das terras do Maceió, eu fui transferido. Aí eu soube que, finalmente, o Tasso cedeu as propostas. Fazia

nem um ano que eu estava no Maranhão, meu irmão me telefona e dizendo que ouvira Tasso comentar sobre o caso do Maceió e assegurava que nunca tinha tratado mal os moradores, mas que, infelizmente, a pessoa que poderia dar as informações exatas sobre isto está em São Luís. Depois de um tempo, quando estava em Teresina, veio um jornalista e me perguntou se eu confirmava isto e eu disse que, realmente, Tasso nunca deixou maltratar os trabalhadores. Se vinha um trator abrir uma estrada e a turma também vinha, a ordem do Tasso era voltar. Me contaram que só houve uma violência, não contra uma pessoa, mas contra propriedade. Bom, mas como eu disse, eu não passei o tempo do conflito lá.

Uns quatro anos depois, eu já estava em São Luís, a turma de Maceió me convida para visitá-los. Eu conhecia Maceió ainda com uma capelinha de taipa, bem pequena. No dia da visita, me deparei com uma capela de tijolo, grande. Cheia de gente. Fiz uma celebração bonita. Uma coisa que me chamou a atenção é que todos os trabalhos que eles fizeram teve um resultado até inesperado: a firma do Tasso aceitou comprar a produção deles. Eles faziam o que o Tasso ia fazer: produzir coco. Eles se tornaram dono da terra se sustentando do fruto do próprio trabalho. Eu não sei depois da organização, porque, depois desta visita, fiquei afastado por muito tempo. Eu tenho vontade de voltar lá.

Queria contar um episódio. Em uma destas visitas que eu fazia nas dioceses enquanto era o coordenador da Comissão Pastoral da Terra, aqui no Ceará, um jovem pediu a palavra pensando que ia me agradar e disse: 'Ele em vez de estar pensando no céu, está com os pés na terra para defender os lavradores'. E eu disse: 'Pera lá. Alguém fez louvores a mim porque em vez de eu estar pensando no céu, eu estou com os pés na terra. Eu quero dizer que é exatamente o contrário, é porque eu penso muito no céu, que eu ando na terra. É porque eu estou caminhando para o céu'. Meu pai sempre dizia para os filhos: 'Pensem no céu porque, nesta vida, nós estamos passando uma chuva aqui.' Só espero que seja uma chuva do Maranhão e não do Ceará, porque a de lá dura mais tempo (risos)".

*Dom Paulo Eduardo de Andrade Ponte, 73 anos de vida.  
Hoje, é bispo em São Luís, no Maranhão.*

## Os novos caminhos que a Toyota percorreu

Entre os anos de 1978 e 1985 foi o período dos grandes conflitos de terra, aqui no Ceará. O enorme crescimento da demanda de solicitações exige, inclusive, do CETRA a primeira ampliação da equipe técnica, o que vai ocorrer em 1983. Nesta época, além dos sindicatos rurais dos municípios como os de Aratuba, Quixadá, Palmácia, Capistrano, Uruburetama, Pentecoste e Itapipoca, o CETRA começava a prestar assessoria jurídica a sindicatos urbanos, em Fortaleza, como o dos metalúrgicos, dos alfaiates, dos panificadores, além de associações como os de jornalheiros.

Segundo o relatório levantado pelo CETRA, só em 1983, na região de Uruburetama e Itapajé, eram 257 famílias lutando pela posse da terra. No Sertão Central, mais precisamente no Município de Quixadá, um total de 191 famílias estava envolvido em conflitos nas fazendas Feijão, Califórnia, Guanabara, Cacimba Velha e outras. Na região do maciço de Baturité, que incluía os municípios de Palmácia e Capistrano, mais de 30 famílias estavam em processos de posse da terra. Na área metropolitana de Fortaleza, mais de 500 famílias lutavam pela regularização da posse da terra nas favelas do Lagamar, Fumaça e Jangurussu. No Município de Caridade (a 95 km de Fortaleza), no entanto, o CETRA conseguiu que o INCRA adquirisse 4 mil hectares de terra para assentar 43 famílias.

Porém, as forças estavam concentradas na assessoria à Comissão de Apoio à Pastoral da Terra (CAPT) da Diocese de Itapipoca, o que incluía o acompanhamento de inúmeros conflitos em uma região que abrangia cerca de 10 municípios. Eram quase 400 famílias envolvidas em conflitos em localidades como Escalvado, Ipu-Mazagão, Maritacaca, Taboca, Rajadas, Garapa e Flecheiras. As áreas de maior tensão social se verificavam no litoral de Itapipoca, Trairi e Acaraú. Segundo um levantamento do CETRA, na época, os conflitos envolviam 844 famílias nesta região, como na comunidade de Maceió.

*Genéro estava na cidade para uma reunião na sede da Diocese de Itapipoca. Boné na mão para o cumprimento. Diz estar desajeitado pelo convite de ser “dialogado” pelo que passou no conflito pela terra. “Mas eu vou ter que ser dialogado (entrevistado) mesmo? E como é que é esse negócio mesmo? É só ir falando o que você perguntar?” Disse que sim. Sentou-se ao meu lado, olho fixo no gravador e não deu um dedo de folga na prosa. As perguntas ficavam pela metade. Genésio diz ter uma memória “generosa”. “Às vezes, me alembro de todos os detalhes. Até dos que não tem portância”.*

*Antes das despedidas, Genésio fez questão de apresentar sua esposa, a agricultora Maria Braga Soares. E só assim se despediu.*



*Genésio (Genero)*

## Luta de pés juntos

“A luta é muito longa, mas eu vou contar. A gente começou fazer aquele trabalho de conquistar o povo, porque a gente entendeu que precisava de mais coisas para o bem-estar de uma classe trabalhadora, que era nós naquele momento. Quando a gente se reuniu, a primeira coisa que a gente pôs em prática foi a celebração, a evangelização. Isso era 1983.

Aí, quando começamos a entender isso, achamos que devia nós também criar uma delegacia sindical, exatamente dos trabalhadores rurais naquela própria localidade. Ali seria a maior força através do sindicato criado aqui em Itapipoca, em Assunção. Naquele tempo começou com trinta pessoas. Neste tempo, no Escalvado, era 73 famílias.

Então veio chegando um momento, quando criamos esta delegacia, que nós entendemos que éramos moradores de terra. Foi quando o patrão João Idário Teixeira achou por bem de rebaixar a nossa forma de organização dizendo ele que aquela delegacia era para privatizar os direitos dele. E era nada disso. Ele convidou seus parceiros, patrão igual a ele, para jogar o gado na nossa área para destruir um sítio que a gente tinha. E foi aí que começamos a entrar na luta. Demo parte aqui no sindicato, fomos conversar.

Nós viemos até o sindicato para falar do nosso problema e eles disseram para gente que o que ia resolver nosso problema se a gente se organizasse. Se a gente soubesse o que era um por todos e todos por um, a coisa ia andar. E a gente disse “então, vamos começar a lutar”. E lutamos, lutamos. Eles colocavam o gado, a gente botava o gado fora. Caiu uma vaca e aí nós fomos prejudicado porque segundo eles a gente tinha era empurrado a vaca. Aí veio polícia e quase foi gente presa. Não chegou a ir preso, mas foi bem pertinho.

As nossas reuniões, quando iniciou, eram embaixo de umas árvores de cajueiro. Aí, a gente se organizou um pouco e criamos um salãozinho

comunitário. Foi o tempo que a gente tinha aqui a CPT. Aí nos trouxemos o caso para a Pastoral da Terra. E aí a gente começou a ter apoio porque a gente não tinha dinheiro, não tinha parte financeira para lutar neste rumo e nem tinha advogado que é a mesma coisa que não ter dinheiro. A gente não tinha nada. E foi nesta época que apareceu o dr. Pinheiro junto à Diocese e à Pastoral da Terra.

Aí sim, fomos em busca dos nossos direitos. Aí fomos até o INCRA para pedir a desapropriação daquela área. Isso deu muitos problemas. Só não foi mais problema por conta da Pastoral da Terra que pagava advogado. E com isso tivemos um grande respaldo para a nossa luta.

Nós começamos a adquirir o conhecimento da luta foi em 1983. Mas ter a certeza de que a terra ia ser desapropriada foi lá para 88, 89. Aí clareou a visão de que com certeza ia ter retorno toda nossa luta. Que poderia lutar que ia ter algum resultado. No começo, a gente só pedia indenização. Mas, quando a gente enxergou que tinha oportunidade muito melhor que era a terra, do que a indenização dos bens destruídos, aí a gente mudou todo o processo.

O conflito foi em parte de muito trabalho. Nós criamos um mutirão para trabalhar em grupo. Tinha grupo com 13, depois com 26, depois outro com 46 e, depois, com 70 homens, sem contar as mulheres que acompanharam. Dava para mais de 100 pessoas. E com este trabalho a gente viu que, quando um era chamado, era para chamar todos. Eu, por exemplo, que era chamado mais pelos outros, porque eu era o delegado sindical, aí vinha todo mundo. Vinha logo 70, 150 trabalhadores. Vinha todo mundo para cá, Itapipoca. Então com este trabalho foi o momento que tivemos um bom respaldo da luta.

Quando também veio a possibilidade da posse da terra, que se chama a desapropriação mesmo, aí nós tivemos conflito de lado a lado. Foi criado um conflito com Antônio Albuquerque Barroso. Ainda hoje ele existe. Ele era um confinante da imobiliária dona da terra. Foi criado outro conflito também com o Messias Pontes, um cidadão daqui. Um outro conflito com um tal de Nonato Pinto e um outro conflito também pelo lado do nascer do sol, que foi com o Barroso, que é da mesma família do Antônio Barroso.

Nunca foi presa uma pessoa. Nós viemos muitas vezes à Justiça, mas ninguém nunca foi preso. Nunca morreu ninguém e nunca que nós matemos alguém. Andou havendo umas pedradas, umas coisas por lá,

mas coisa que não deu crime para ninguém. Mesmo com tudo isso, nossa caso demorou. Só conseguimos em 1994.

Depois do Pinheiro, veio o CETRA que veio depois da luta. Foi o tempo que a gente começou a ser beneficiado através dos conhecimentos. Recebemos projetos para criação de banheiros, negócio de parte sanitária, fazer cacimbão, veio do CETRA mais um povo acho que da Bélgica e não sei mais quem por lá. Tivemos também oportunidade de criar um projeto com as mulheres para trabalhar com horta. Um projetinho para os jovens. Um projeto para fazer reservatório de água. Acho que a gente juntou bem uns 25 mil cruzeiros. Ou era reais? Não lembro. Teve outras ajudas com cursos, reuniões para a gente se organizar. Teve também um ano de carência, tempo de muita fome e povo desempregado, mas a gente recebeu cestas.

Foi a organização que fez a gente chegar nesse rumo. E ainda o CETRA vem fazer reunião com o povo. Teve um plano de gestão, curso para cooperativismo, para trabalhar com horticultura, trabalhar com pecuária. Isso é que eu tô resumindo, se a gente for contar a história toda bem contadinha, precisa de um tempão. Mas, antes de eu me despedir, quero apresentar minha esposa. É porque tudo que nós criamos foi uma luta de pés juntos. Eu mais ela.”

*Genésio Manoel Soares (seu Genero), 61 anos,  
agricultor, da fazenda Escalvado.*

||  
—

||  
—

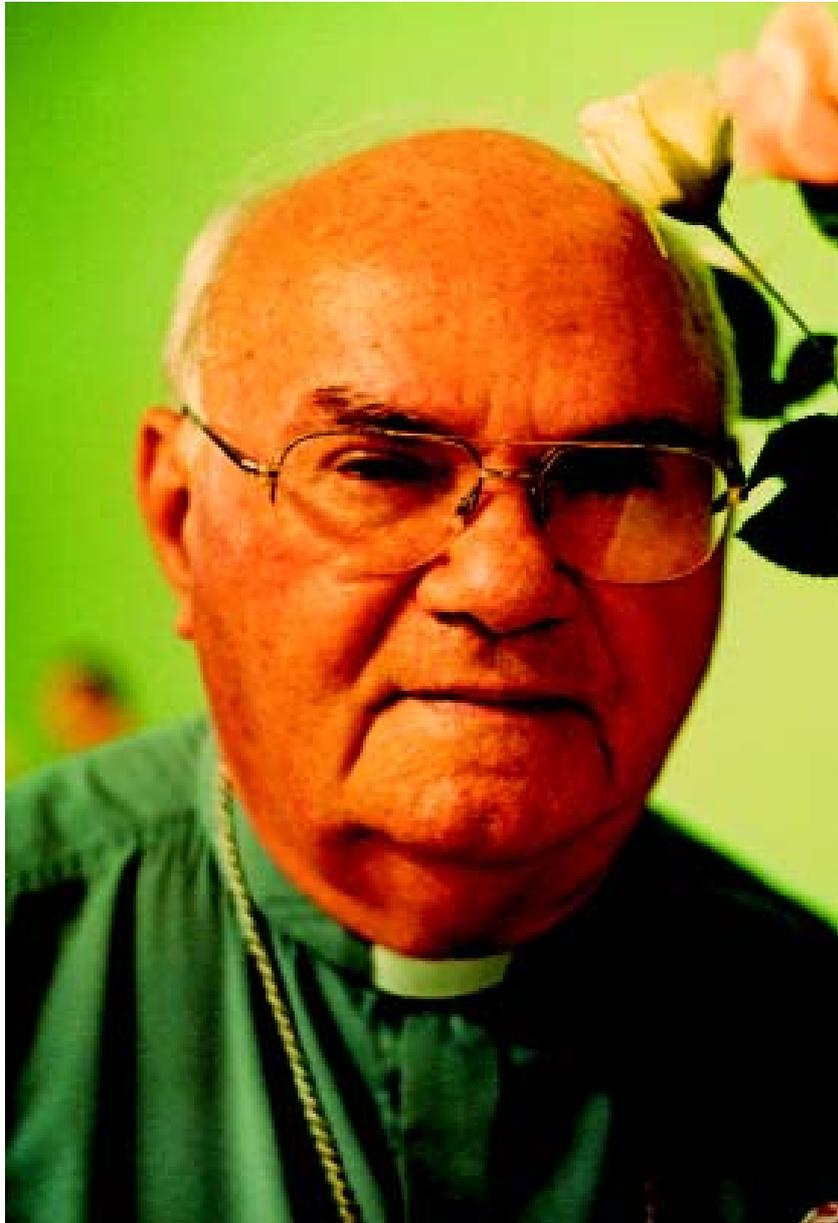
—  
||

—  
||



*Chegamos em Itapipoca no meio da manhã. A intenção era desembarcar as malas e já tomar o rumo até Maceió. Antes, a parada na sede da Diocese para “pedir benção” para dom Benedito, o bispo de Itapipoca.*





*Dom Benedito*

## O contínuo trabalho

Quando cheguei por aqui, em Itapipoca, em maio de 1985, na verdade, estava-se na etapa de um trabalho de organização, de acompanhamento e algumas decisões mais práticas. O mais difícil já havia sido resolvido porque eles estavam com a terra nas mãos. Por isso, queria deixar que eles mesmos, os trabalhadores rurais, contassem o caso Maceió, um dos maiores conflitos de terra da região.

Mas nós tivemos que responder ainda a muitos conflitos. Maceió seria só o começo. Dom Paulo me recomendou que continuasse a parceria do CETRA. E ela só não continuou, como também foi ampliada. Depois da parceria para com o Maceió, existiram outros pequenos pontos de reforma agrária espontâneos. Eu cheguei a acompanhar alguns conflitos de terra em outras regiões carentes, como Trairi e Itarema. E foi o CETRA que nos ajudou neste período. Quando cheguei aqui, a gente só tinha umas seis experiências de reforma agrária, hoje, a Diocese já está com 96 assentamentos.

Apesar dos conflitos, graças a Deus, eu era conhecido por um homem de diálogo e isso facilitou, mas foi uma luta muito grande. E os perigos, os riscos. Posso contar alguns fatos de sofrimentos que tivemos aqui. Por exemplo, estava marcada uma crisma, em um lugar determinado, e chegava a notícia de que alguma pessoa pretendia matar o bispo, e a equipe que fosse com o bispo. Era por parte do patrão. E nós tivemos, pelo menos, uns três casos deste tipo. Sobretudo quando começaram a surgir associações ruralistas. Mas, não desanimamos. Com o tempo, o povo foi sentindo que a Igreja e a nossa equipe, da qual o CETRA fazia parte, queria a solução do problema do nosso povo.

O mais interessante nesta caminhada era a metodologia do CETRA, que era a de respeitar muito a caminhada deles. Na construção deste grupo. Os problemas eram muito grandes e se não fosse a persistência do CETRA, talvez, não se teria nem a caminhada. No começo, o mais

difícil era falar de reforma agrária. E a gente não tinha presença na Justiça. O grande trabalho do Cetra foi uma assessoria jurídica e que respeitava o pensamento do povo

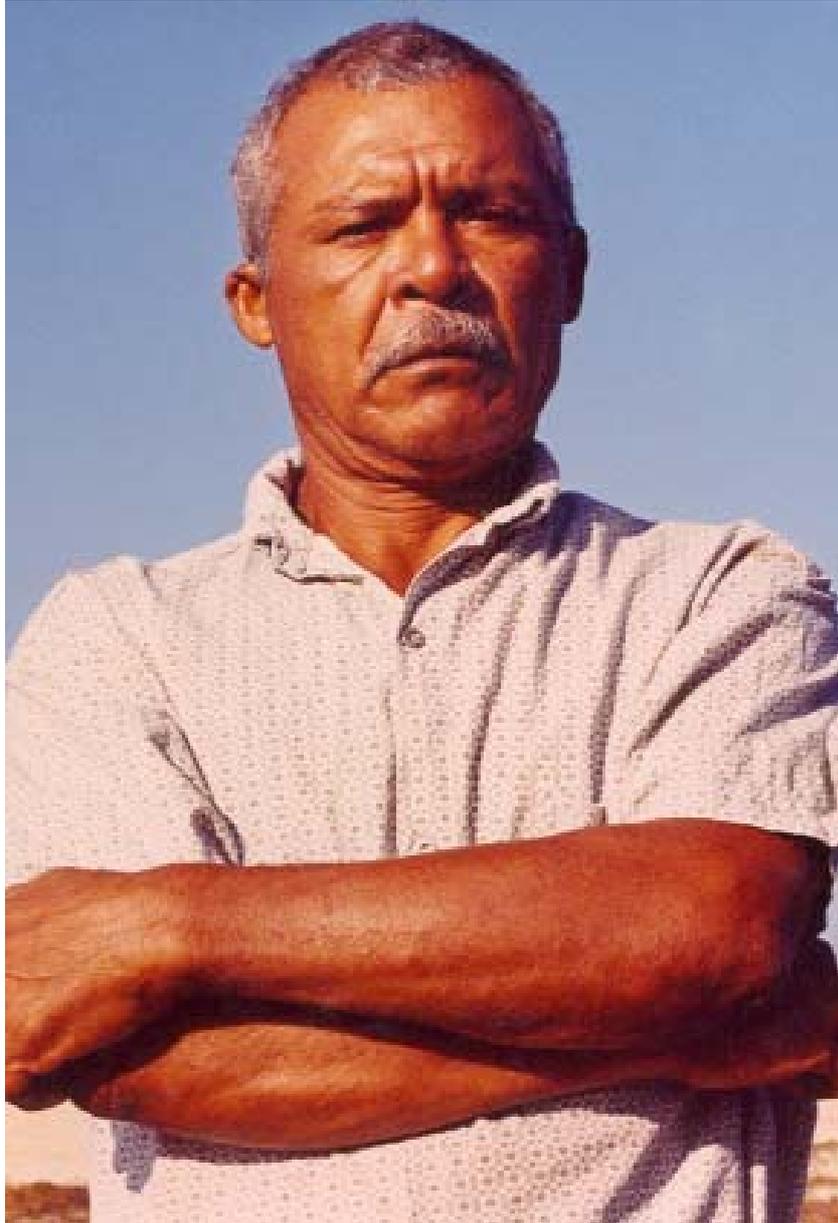
Hoje, graças a Deus, existe uma mentalidade nova, uma reforma agrária em uma linha de diálogo. Agora, temos que enfrentar alguns outros desafios. Os pequenos conflitos ainda existentes, como encaminhar uma assessoria para a educação do povo. Quando se fala em uma comunidade organizada, como a de Maceió, com trabalhos antecedentes, as coisas são muito mais fáceis, mas existiam algumas precariedades e prioridades.

Se a assessoria jurídica não era tão mais necessária, era preciso enxergar um novo ponto: o grande número de analfabetos. Foi aí que o CETRA teve um novo e bonito trabalho. Inicialmente, nós perguntávamos o que eles estavam querendo como prioridade e, claro, não saiu a escola. Eles queriam, por exemplo, o cooperativismo. No entanto, quando o CETRA nos ajudou na reflexão, isso mudou. Foram alguns meses de diálogo, de muita conversa, para eles entenderem que seria necessário um grupo, uma escola na comunidade.

Logo depois da conquista da terra, se viu que a libertação do povo para sair da fome e da miséria seria uma agricultura direcionada. Além da educação. Então, o CETRA começou a praticar cursos, depois foram montadas diversas cooperativas, e veio então a luta por pequenas indústrias. Quem visita algumas áreas, como de Itarema e Maceió, hoje, nota uma agricultura mais desenvolvida, pequenos centros de produção. Hoje, a grande luta é por um banco popular, uma cooperativa de crédito. Se precisasse um único mérito do CETRA ser destacado, esse mérito seria o de saber acompanhar a demanda do povo.

*Dom Benedito Francisco de Albuquerque, 79 anos,  
Bispo em Itapipoca desde 1985.*

Após a “benção” e a conversa com dom Bendito, encontramos outro Benedito, o de Souza, da comunidade de Bom José, que também estava na reunião com alguns líderes de comunidade, entre eles o Genério do Escalvado. Decidimos acompanhar um pouco da reunião e tomar alguns depoimentos. Como o sol já se punha sobre o centro, resolvemos almoçar em Itapipoca e depois tomar a estrada até Maceió. Foi o que fizemos. Um outro Benedito nos esperava. Quando chegamos na casa de Benedito Rita, a tarde já começara. É ele quem vai nos iniciar na história do Maceió, um dos maiores conflitos de terra assessorado pelo CETRA.



*Benedito Rita*

## Toda terra vendida, inclusive com as "casinhas"

“A luta se deu porque o pouco que a gente exigia era a terra que a gente vivia desde a época do meu avô Raimundo Gonçalves da Guia, que faleceu com quase cem anos, e do meu pai Raimundo Gonçalves Filho, que faleceu com 80 e tantos anos. Pois daí veio um pessoal com aquela história que a terra era deles, e o que a gente plantou eles consideravam que era deles também. Por conta disso começou uma certa resistência pela parte dos moradores, por nossa parte, daí começou a confusão. Em função disso, eles acharam por bem vender a terra para o Tasso Jereissati. E segundo a história que a gente sabe, eles venderam a terra com tudo que tinha dentro, inclusive as nossas casinhas.

E nós achamos por bem buscar os nossos direitos junto às autoridades e, para a felicidade nossa, na época, já tinha sido fundada a Diocese de Itapipoca, onde o bispo era dom Paulo Ponte. A gente consultando o bispo, ele disse que a Diocese tinha advogado e ia colocá-lo a serviço da comunidade, de cada povoado. Do Maceió, Apiques, Jacaré, Mateus, Bom Jesus, Córrego Novo, Humaitá, Coqueiro e do Córrego da Estrada. Dom Paulo nos deu uma assessoria jurídica, na pessoa do doutor Pinheiro. Isso dá quase uns vinte anos. E desde então, o doutor Pinheiro vem sendo o nosso advogado.

Na primeira reunião em Maceió, lá para outubro de 1982, com o dr. Pinheiro, e desta reunião já saiu a primeira comissão para ir para Fortaleza, e dado a questão de eu ter vivido 12 anos de Fortaleza, fui escolhido. Estou nesta luta desde a primeira reunião. E foram muitas reuniões... Acontecia de um dia só ter quatro, cinco reuniões. Tinha dia que a gente tava comendo e chegava alguém do grupo e a gente deixava o que comer e ia resolver. Não tinha hora do dia e nem da noite que a gente não tivesse disposto, como costumam dizer, a lutar e enfrentar a situação. Eu fiz parte de um grupo de unificação, que tinha a responsabilidade de se reunir para analisar e refletir o que tinha feito e uma preparação para o que pudesse fazer e resolver.

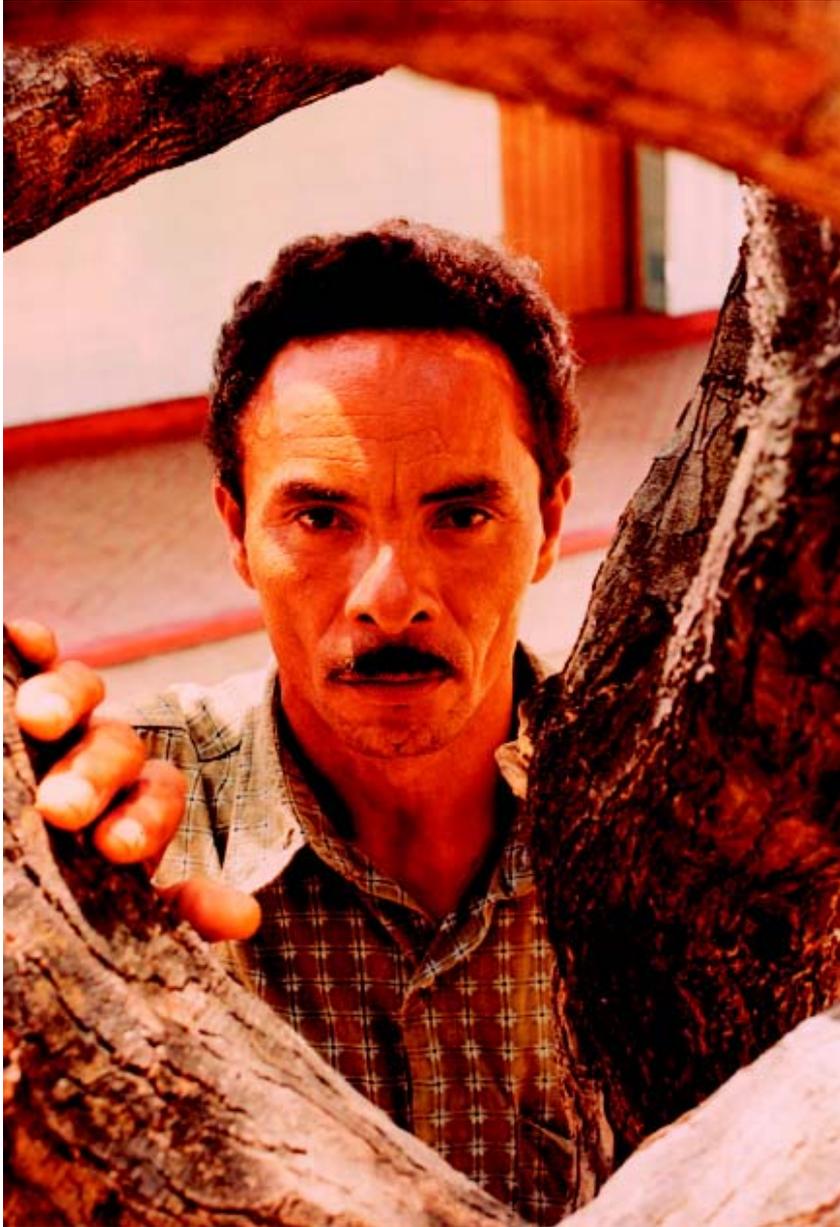
Graças a Deus, não aconteceu o pior. Até porque dadas as orientações que a gente teve, de se organizar, a gente conseguiu conduzir bem as conversações, as lutas. Nunca aconteceu o que a gente via, na época, o caso do Vieira, de morte de todos os lados. Aqui, nunca aconteceu. Mas teve de fato opressões de abrir os roçados e as capoeiras, vinha ameaça e carro cheio de polícia. A gente vivia recebendo recado que o povo vinha invadir.

Mas, a gente lutou muito. Só que nós não tínhamos uma discussão política, político aqui só aparecia quando era época de votar. A pessoa que se dizia proprietário já vinha com candidato arrumado e falava que, nós como moradores das terras dele, tinha que votar em Fulano. Na época do meu pai, era um pessoal muito obediente. Era só 'sim, sinhô'. Mas, com a gente, já era diferente. E eu me lembro que tive uma conversa com um dos Pracianos, que se dizia dono, e ele me disse bem assim: 'você não é tão obediente que nem seu pai, não. Seu pai quando via meu pai, tirava o chapéu e tomava a bença'.

Neste período, eu até cheguei a entrar para a vida política. O povo das comunidades achou por bem que eu deveria ter feito parte da política, talvez devido a questão de ter morado em Fortaleza, de ter um pouco de desenvoltura. Para mim, a política é uma coisa feia, mas que infelizmente a gente precisa fazer parte. Aí entrei e até hoje ainda estou. Fui eleito, na primeira investida, como vereador, foi no 1988, pelo PT. Depois, teve um determinado choque de idéias, me separei com o partido. Não consegui mais reeleição. Continuo, na medida das condições, a ajudar naquilo que a gente pode atender."

*Benedito Gonçalves da Guia (o Benedito Rita), 57 anos,  
trabalhador rural, do assentamento Maceió.*

*O dia não terminara sem antes ter conhecido um último Benedito, o Ricardo. Seu depoimento é curto. Benedito parece ter pressa em lembrar o passado. E encurtá-lo ao máximo. A memória deste representante da comunidade do Bode, do assentamento Maceió, vai longe. Do tempo em que era catequista.*



*Benedito Ricardo*

## Lembrar do passado só para reconhecer o presente

"No início das lutas, eu era catequista. Primeiro as crianças, depois a pré-eucaristia. Depois fui também preparar pais e padrinhos para batizar as crianças. E fui convocado para representar a comunidade nos trabalhos de mutirão no campo, na agricultura. Eu fui apontador vários anos. Nesta época, não se dispunha de escola, de financiamento para o trabalhador, de projeto para o trabalhador. A gente passava muita dificuldade nesta época. Quando tomemos o conhecimento do patrão com regras e obstáculos, e também do Estatuto da Terra, a gente resistiu contra apenas defendendo os nossos direitos. Minha catequese ficou diferente. Mudou para este lado da conquista da terra.

Na minha visão, na minha análise, o trabalho do CETRA foi um trabalho que ajudou muito no desenvolvimento do assentamento, em vários aspectos. Tanto na linha de educação, como na linha dos conhecimentos agrícolas. Isso com ajuda de técnicos, com vários encontros sobre o assunto. E foi ainda trabalhado de várias formas. O CETRA ajudou a desenvolver a saúde. Acompanhou um trabalho importante, que é o de capacitação profissional, o movimento das mulheres, dos jovens.

Hoje, sou da cooperativa. E sigo, novamente, o meu trabalho de evangelização, coordenando a celebração aos domingos. Só quero lembrar do passado para saber como o presente é melhor".

*Benedito Ricardo Souza, 52 anos, trabalhador rural,  
representante da comunidade do Bode, no assentamento Maceió.*

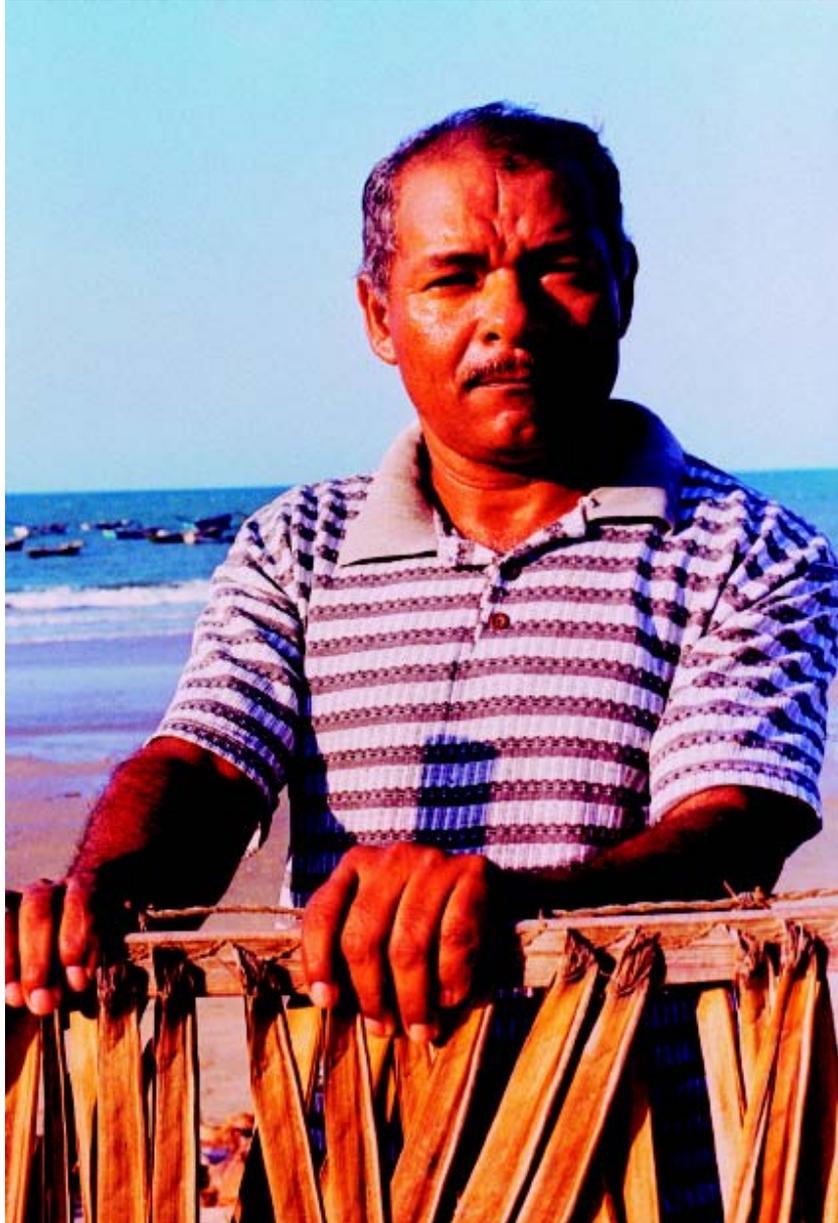
||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*Na estrada, encontramos Zé Pingo, o agricultor José Francisco de Souza, que já fora presidente da Cooperativa. Insiste em dizer que participou do começo da luta até ali, mas não se lembra de muita coisa. “Há 20 anos, esta terra era comandada por patrão, a gente sofria opressão, pagava renda cara, nós era sofrido. E, hoje, temos pelo menos liberdade. Mudou muita coisa. Eu não sei nem contar o que mudou. Pra trás, a gente era uma pessoa que morava em casinha de palha, de taipa. E, hoje, nós tamo tudo morando em nossa casinha de alvenaria”, comenta.*



*José Francisco de Souza (Zé Pingo)*

*O caminho, no entanto, nos levaria até a casa de Nazaré Flor. Primeiro, uma pausa para o café e a tapioca. Ela acha melhor que a entrevista seja feita no alpendre. “Tem mais ar”, argumenta. Sentada em uma banqueta, no pé da minha rede, Nazaré romanceia a história de sua comunidade. Misturando prosa e poema. Às vezes, embala o contar com algumas de suas músicas.*



*Nazaré Flor*

## A história dos tataravôs na ponta da língua

“Esta história do Maceió começou, há muitos anos, quando eu era menina. Meus avós contavam que já havia conflito nestas terras. Eles contavam que esta terra era dos meus tataravôs. Aqui, no porto da Baleia, aportou um cara que era somente conhecido como o Europeu, ninguém sabia o nome dele. E esse cara chegou e ele fez um jogo com os mais antigos, até que conseguiu se apoderar da terra. Pediu para ver a documentação da terra, apenas conferir se o pessoal era confinante desta terra e levou tudo de vez. Tomou a documentação. E o pessoal perdeu a posse da terra para ele. O povo era meio índio, sem cultura, e tinham medo de tudo. Principalmente, na frente daquele povo muito branco, falando uma língua difícil. Foi muito fácil enrolar.

Os mais velhos contam que este homem, este tal de Europeu, teve filhos em uma mulher que era solteira aqui na Baleia. E formou uma família enorme. E aí as famílias dos meus tataravôs eram grandes também. E foram crescendo as duas famílias. A dele e as do povo. E a família dele tomou a posse, amedrontou todo mundo e ficaram como donos. E a família do povo acabou arrendando a terra, para eles poderem produzir. Eles tinham que pagar uma renda que variava. Se dava suficiente, eles partiam a meia. Se desse pouco, eles não queriam saber levava a parte deles até que fosse tudo. E muitas vezes deixava muito pai de família sem nada. Nesta época, existia muita enchente, às vezes, trabalhava em um lugar e chovia muito e matava a plantação. Mesmo assim, só por eles terem cultivado um pedaço de chão, era obrigado a pagar a produção. Às vezes acabavam até trabalhando de graça. Era uma opressão muito grande.

E isso veio vindo, veio vindo, passou para os anos de 1900. E, quando foi no período de 1950, por aí, esta opressão cresceu muito mais. Teve gente que até apanhou de patrão, foi botado para fora, de pé na frente e um soldado a cavalo atrás. Ninguém podia plantar coqueiro,

nem cajueiro. Só podia plantar produção de subsistência. Cultura permanente era proibida. Ninguém podia fazer uma casa melhor. Toda casinha tinha que ser de palha e de taipa. Mal acabadas. Eles não deixavam com medo do povo ter uma posse mais segura na terra.

Nos anos 60, na época do golpe militar, começou a existir várias lutas do povo. Aqui, no Município de Itapipoca, surgiu o Círculo Operário. Do que eu me lembro, era 1961, eu tinha nove anos, eu era aluna de uma das escolas deste Círculo Operário, aqui na comunidade de Apiques. O núcleo do Círculo era lá no Maceió mesmo. E lá tinha as lideranças. O Preá, que ainda é vivo, e João Inês, que já morreu. E este João Inês, que já era um senhor de idade naquela época, ele tinha uma casa melhor, um pouco de pecuária, tinha alguns pés de coqueiro e cajueiro, possuía uma jangada grande. Então, ele já tinha uma vida razoável porque tinha pesca, pecuária e produção. E a casa dele era de taipa e um pedaço de tijolo. Por conta disso, os patrões tomaram ódio e, claro que também era por conta dele liderar o Círculo Operário e começar organizar o povo, eles derrubaram a casa do João Inês. Queimaram a casa do Preá, botaram tudo que eles tinham na chuva, acabou tudo. E o povo ficou com muito medo. Eu era menina, mas me lembro, que a polícia de Itapipoca vivia aqui. O povo ficou medroso e desistiu do Círculo Operário e houve um momento de paradeiro. O João Inês até chegou a ir na Justiça, mas não conseguiu vencer porque o advogado dele acabou se vendendo para o lado do patrão. E ele acabou perdendo tudo.

E isto não parou aí. Tinha um dos patrões que se chamava Zé Carneiro e um outro que se chamava João Soares, aqui no sítio Ameixa. E eles eram muito aliados para fazer safadagem para o povo. Cobravam uma renda tão alta, faziam o pessoal pagar mais de uma vez porque os dois se faziam de dono. Neste período, eles derrubaram muita cerca, abriram os roçados, queimavam as plantações, derrubaram duas ou três casas de farinha de mandioca. Aí começaram a dizer que a gente não podia nem plantar. Era muita opressão. E o povo com medo, calou de novo.

Mas aí chegaram os anos 70, com a chegada do bispo Dom Paulo, que era muito revolucionário, criou a Diocese de Itapipoca. Este bispo quando chegou, em pouco tempo, tornou-se o presidente da CPT de Fortaleza. E, logo em seguida, trouxe a Comissão para Itapipoca porque começou a papocar conflito por tudo quanto é canto. E aqui era um dos maiores.

Me lembro que uma tia minha, que se chamava Joaquina, lá no Maceió, era viúva e a casa dela era de taipa e tava para cair. Ela resolveu demolir a velha e levantar uma nova, de taipa. Quando ela tinha levantado as forquilhas, cobrindo de telha, só faltava fechar as paredes, chegou um dos que se dizia dono da terra, cortou toda a madeira e quebrou telha, por telha e derrubou a casa dela. Isso era 1979. Neste período, a gente já estava organizado em comunidade de base e foi se organizando e começamos a querer nossos direitos. Fomos para o sindicato, para a Diocese e conseguimos que o cara pagasse toda a destruição, levantando e deixando do jeitinho que ele encontrou. E parece que isto decepcionou muito o patrão e eles começaram a pensar em vender a terra. Era a família Soares mais a família Carneiro. Eles venderam para um tal de Carrar, que passou para a empresa Agropecuária Arvoredo Limitada, que pertencia ao Tasso Jereissati.

Quando a gente soube desta notícia, todo mundo ficou triste. Eles começaram a perseguir a gente. Neste tempo, avião e helicóptero passava tão perto por cima de nossas casas que só faltava voar as telhas. A gente ficava espantado. Aí começaram a chegar gerentes e aí que a gente viu proibição de verdade. Ninguém mais podia tocar na terra e a ordem era que todo mundo devia sair. Neste período, a gente contava com mais de 500 famílias em todo o assentamento.

Isto era 1980 para 1981. Nesta época, dom Paulo Ponte já tinham contratado um advogado, que era doutor Pinheiro. Dom Paulo fez uma visita na comunidade do Maceió e todo mundo foi para lá e ele mostrou algo da lei sobre a questão da terra. Neste período, existia uma tal de lei de preferência, que dizia que quem mora há mais de 10 anos, por direito, se ela for vendida, tem que ser oferecida para a pessoa que morava. Ele mostrou algumas coisas mais da lei que nos animou e disse: 'Contem conosco porque advogado vocês têm'.

Eu já tinha conhecido a Margarida dos movimentos da igreja. Tinha um movimento da Diocese chamado Dia do Senhor, e eu fui convidada para um encontro lá em Meruoca e lá que eu conheci ela. Neste tempo, o Felipe, o filho do Pinheiro e da Margarida, era muito pequenininho, deste tamanhinho (aponta para uns cinco palmos para baixo). Eu era muito igrejeira, acho que era de alguma reunião da igreja. E foi lá que eu conheci os dois.

Aí a gente se organizou. Tivemos a primeira reunião com o doutor Pinheiro, no dia 5 de novembro de 1981. A partir daí, é que começou a nossa luta. A primeira providência foi um abaixo-assinado para levar em várias entidades. Começamos a partir de Itapipoca. Levamos para o sindicato, para a Diocese, mesmo sendo ela que nos apoiava, ela também recebeu o mesmo documento que os outros. O documento era reivindicando a nossa permanência na terra. E nós levamos para a Federação do Sindicato dos Trabalhadores, para a Arquidiocese de Fortaleza, para o INCRA. Porque neste tempo ninguém sabia se eles tinham papel legal ou não, como é que era. Levamos até uma carta para o INCRA daqui mandar para o INCRA nacional, que nesta época era uma espécie de área do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, uma coisa assim. Mandamos também uma carta para o governo que era, naqueles tempos, o Gonzaga Mota. Eu sei que a gente enviou este abaixo-assinado para mil e um lugar. Passamos dois dias, em Fortaleza, entregando estes abaixo-assinados. Isso era março de 1982. De novembro até março, a gente precisou se organizar bem direitinho, para dar o passo bem seguro.

Eu sei que muita gente recebeu. O INCRA, ao receber, disse que ia procurar saber sobre a terra. Se fosse de fato da empresa, ela tivesse papel legal, o INCRA assumiria as negociações. Se a terra não tivesse documento legalizado, era de competência do IDACE (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará). E ficaram de nos dar uma resposta. Passou o restante de março, o abril e maio e ninguém chegou. Então, a gente voltou para saber. Eles disseram que ainda estavam olhando o processo, mas que logo mandavam alguém. Como de fato, com poucos dias, um tal de doutor Mourão veio aqui e fez um primeiro levantamento, a primeira vistoria, por várias comunidades. E de fato ficou com o INCRA porque a empresa tinha documentação toda legalizada.

Então, começaram as negociações. Porque eu não sei qual era o problema que a terra não podia ser desapropriada, precisava ser uma negociação. Tanto que o assentamento Maceió não foi uma desapropriação comum. E isso foi do 82 até 84. Mas eu vou lhe falar, viu, deu tanto trabalho. A gente, quase todo mês, ia uma ou duas vezes a Fortaleza. Reuniões mais reuniões. E aí começaram as perseguições. Queriam abrir estrada, a gente empancava. Eles queriam derrubar cerca, a gente tava lá empancando. Eles queriam fazer o estudo do solo, enterravam uns canos, a gente arrancava. Eles queriam construir casa, a gente não aceitava.

Porque a gente não queria deixar eles se apossarem daqui. Então, foi uma demanda tão grande. A polícia de Itapipoca, nesta época, apoiava a empresa. Vinha todo dia nos ameaçar. Graças a Deus, mesmo diante de tanta confusão, não houve morte, ninguém matou ninguém. A gente até acha que morreu uns homens e umas mulheres, mas acho que foi de medo, de depressão.

Tinha muita gente que não tinha coragem. Então, teve um grupo que se organizou e tomou a frente. Primeiro, era um grupo maior. Depois, a gente achou que para negociações não funcionava. Era um grupo de dez pessoas, a gente diminui para três. Essas pessoas eram eu, o Benedito Rita, lá do Maceió, e João Pinto. E, quando eu não ia, ficava me revezando mais a Vera (a Vera Lúcia Teixeira de Souza). Porque nós duas ficamos na história, mas era mais eu porque, neste período, ela estava ganhando os meninos e ela tinha um menino perto do outro. Quando a gente via, a pobre tinha um menino (risos).

As mulheres tiveram um papel muito importante na desapropriação desta terra. A primeira reunião, decisória mesmo, para saber se a gente ia lutar por essa terra ou não, foram as mulheres que se reuniram. A primeira reunião foi com 72 mulheres. E, a partir daí, a gente enfrentou. Muitas mulheres tiveram à frente. Vale até citar o nome de algumas delas como a Anaíde, do Humaitá; a Enilda, do Sítio do Coqueiro; a Maria Zefa, do Córrego Novo; a dona Inês, aqui de Jacaré; a Maria Pinto, no Bom Jesus; a Graça, do Maceió; a Chiquinha e a Mirtes, também do Maceió. Foram mulheres que lutaram com garra mesmo. Sempre estavam presentes.

Depois da primeira reunião que a gente decidiu que a gente ia sim partir para a luta e, a partir daí, por conta da opressão, da polícia, dos gerentes armados, a gente ficava com muito medo de confronto com os homens, as mulheres sempre iam na frente. Nós formava um grupo para falar com eles e a gente ia na frente. Porque, com o nosso jeito de mulher, a gente sabia que eles não viriam com tanta agressividade. Homem logo age com violência, a gente vai com mais calma. E isso deu certo. Uma vez que eles estavam abrindo uma estrada, por cima de umas capoeiras de roça de mandioca, aí a gente empancou. Esta foi bem engraçada. Se juntou cinco mulheres, era Maricó, Inês, Antonia Praiano, Maria Cícero e era outra, deixa me ver, a Esther. Elas resolveram parar o trabalho deles. Quando elas chegaram lá, disseram 'Êpa'. Uma mais medrosa

correu para o mato e as outras quatro seguiram em frente. Uma delas disse: 'Vocês vão ter que parar porque a gente tá com bem uns 500 homens aí espalhados pelo mato esperando uma ordem da gente, se vocês não pararem, o pessoal vai dismantelar estas máquinas'. Aí eles viram a mulher voltando para o mato, eles achando que ela ia começar a chamar, mas ela estava era com medo mesmo. E eles saíram correndo, dobraram o trator e se foram embora (risos).

Toda e qualquer negociação tinha mulher presente. Foi importante a tarefa que as mulheres tiveram. As crianças também. Porque ninguém dizia para onde andava e, quando era na hora, por exemplo, chegasse alguém aqui na frente da minha casa, meus filhos estavam certos de que tinham que sair pelo quintal e se mandavam para a casa dos vizinhos para chamar alguém. E, quando o cabra dava por si, tinha mais de mil pessoas ao redor. Ninguém ficava sozinho. As nossas crianças foram indicadas para dar o recado apressadamente, avisando todo mundo.

Eu sei que durou uns quatro anos. Em 1984, mês de outubro, a gente teve a notícia de que de fato estava sendo fechada a negociação. Realmente, a empresa estava concordando. Mas, mesmo assim, a gente não ganhou a terra toda. O terreno todo era 7 mil e 700 e não sei o que lá em hectares. E nós ficamos com 4 mil e 326 hectares. O restante 3 mil e pouco ficou para a empresa porque ela já tinha ocupado. Era exatamente um lado menos povoado e as pessoas com medo, que não quiseram se envolver com a luta, tinham ido embora. Uns para Itapipoca, uns para Moita, sei lá pra onde, eles se debandaram. Outros ficaram em beira de estrada, saíram. Quando terminou a luta, com a desapropriação da terra, restava umas 400 famílias, talvez. Um bom bocado já tinha ido embora. Pessoas que não acreditaram na luta.

Aí, depois dessa luta, começou outra. Passamos um tempo sem aceitar projeto do governo. A gente primeiro teve uma experiência para saber a nossa capacidade de produzir sozinho, mas vimos que era quase impossível. Só a partir de 1987, abrimos mão para receber os primeiros projetos. Os primeiros foram a fundo perdido. Porque, quando uma terra é desapropriada, ela tem direito a crédito-habitação e crédito-fomento alimentar, que eles chamam. A gente recebeu o alimentar, porque o de habitação a gente veio receber há pouco tempo, porque naquele tempo, eles queriam dar umas migalhas e a gente não aceitou. E depois vieram outros projetos.

No 1989, veio a fundação da primeira Associação Comunitária do Imóvel Maceió. Depois, com a Associação, o assentamento desenvolveu muito. Cresceu tanto que a gente não teve mais condição de ficar com apenas uma associação. Como a associação era sem fins lucrativos, a gente tinha a carência de uma que pudesse comercializar, comprar. Então, a gente fundou a Cooperativa, em 1993. Uma coisa é engraçada, um dado bem interessante, não sei se foi por mérito da luta das mulheres, o primeiro presidente da Associação foi uma mulher, a Enilda, lá do Coqueiro. E a cooperativa também. A primeira presidente fui eu. É claro que a gente enfrentou muitos problemas porque, de início, para iniciar uma associação, tanta coisa e uma cooperativa muito mais ainda. Questão de burocracia. Eu fiquei três anos como presidente na cooperativa. A gente, inexperiente, teve alguns problemas, mas de fato a gente tocou o barco, de maneira que, quando os outros companheiros assumiram, já não tinha tanta dificuldade.

Dentro disso, ainda tem os movimentos e os grupos, como o de mulheres, dos jovens... Quando a gente fundou a cooperativa, a gente criou algumas comissões. Uma delas foi a de Educação, porque aqui tinha um problema grande que era o analfabetismo. No período da desapropriação, o primeiro diagnóstico que foi feito aqui deu que 75% da população era analfabeta. Era muita coisa. E funcionava apenas 11 salas de aula, mas nas casas de família. Não existia nenhum grupo escolar.

Para a educação, este grupo de mulheres, organizado através de um programa do CETRA que existia, chamado de *Mulher e Cidadania*, a gente se reuniu e resolveu fazer um novo levantamento e deu que a gente tinha, neste tempo, 476 crianças, na faixa de escola, fora da escola. Aí fizemos as contas de quantas turmas davam, quantos professores a gente precisava. A gente via que tinha quarta, quinta série para ir, pelo menos, alfabetizando estas crianças. De fato, a gente sabia que quem tem só a quarta ou a quinta não está, totalmente, preparado para ensinar. Mas, se ele tem o conhecimento da letra, do ler, ele podia ir se capacitando e ir repassando o que ele sabia. Era melhor do que deixar as crianças analfabetas, como a gente. Eu sei que aumentou de 11 salas para 26. Isto ainda dentro das casas.

Depois, foi sendo construído grupos. Ainda hoje tem sala de aula funcionando nas casas. Por exemplo, a gente tem um centro de capacitação para os cursos do assentamento e este centro vive ocupado

com sala de aula. Hoje, na nossa comunidade, de Apiques, funcionam duas salas de manhã, duas à tarde no grupo. E ainda tem duas no salão comunitário e uma que ainda funciona em casa de família. Mesmo com todas estas dificuldades, a gente acha que, na educação, a gente avançou muito. Hoje, se tiver um levantamento é muito diferente. Em vez de 75% de analfabetos, hoje deve ser 75% de pessoas alfabetizadas. E para alegria nossa, a gente deve ter mais de 100 jovens terminando o segundo grau, nós já temos seis pessoas na Universidade.

A gente tem ainda muita dificuldade com estrada, tem um verdadeiro descaso por conta dos poderes públicos. Já não olhavam e piorou depois do assentamento; como parece que a maioria dos políticos por aqui são fazendeiros, eles nos tiveram como os “toma-terras”. É neste ponto que o CETRA tem um outro papel, aqui dentro do assentamento. Depois da assessoria jurídica, enquanto foi no processo da desapropriação, o CETRA continuou com a gente em relação à organização de todas estas associações, cooperativa, da compra do primeiro caminhão. Vou contar a história deste caminhão. Como a gente não tinha em quem confiar para conhecimento de carro, então, a gente pediu para o Luciano, que é motorista do CETRA há muitos anos, para ser nosso intermediário para ver qual era a marca melhor, o que era melhor para a arcaia.

O CETRA ensinou a gente a caminhar em muitas coisas sozinhos, mas, pela ligação que a gente tem com o CETRA, a gente até se acostumou, de uma tal maneira, que a gente sente falta se ta sozinho. Do tipo ‘será que a gente ta agindo certo?’. O CETRA até fala que vai sair daqui, mas vai ser muita lamentação. Porque a gente se sente muito irmão, não há segredo nosso frente ao CETRA. Tudo quanto é da nossa luta, da nossa história, o CETRA foi sempre o nosso parceiro. Dos problemas, das soluções e das vitórias. De tudo.

Vinte anos de luta. Valeu muito a pena. São estes anos todos que, de fato, nos deram esta grande amizade que a gente tem ao CETRA. A gente pode dizer que a gente acompanhou eles também desde o início. A primeira vez que a gente encontrou com o doutor Pinheiro, era o primeiro contato com o advogado. A gente tinha cisma de advogado, porque até então os advogados que a gente conhecia eram enrolões, qualquer coisa se vendiam para os patrões. Então, a gente ficou meio assim. Quando a gente recebeu o Pinheiro viu que a forma dele trabalhar com a gente já era diferente. E eu acho que o Pinheiro não foi aquele advoga-

do que toma conta da situação, ele acompanhou, nos assessorou. Nunca frente ao INCRA, nem à polícia, nem em frente à empresa, ele tomou nossa palavra para dizer 'eu sou o dono da verdade'. Pelo contrário, nós falávamos. Ele apenas nos orientava. Ele dizia o que era perigoso e o que era correto. E quando a gente ia falar, ia com muita segurança. Acho que a capacidade, que eu tenho hoje, para muitas coisas, a coragem, a forma de enfrentar, eu aprendi muito com o Pinheiro, com Margarida. E através deles, a gente abriu um leque de amigos. Eu tenho tanto conhecidos no mundo, via CETRA, que não dá para somar.

Eu nunca entrei para o ramo da política. Política não é minha opção. Mas, em 1986, participei da coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Durante dez anos assumi, como presidente, o movimento aqui no Ceará. É um peso de tarefa porque trabalhar com mulheres é difícil. É difícil arrancar mulher trabalhadora de casa, botar na cabeça delas que elas têm que fazer a história delas, de que ela não tá mais no tempo de que para sair não tem que pedir.

Na minha vida, enquanto mulher, eu consegui, até certo ponto, muita liderança. Cheguei a viajar. Um dos meus sonhos era conhecer outras terras, outras realidades. Tive sorte de ir para o Exterior até duas vezes, fui para China e para o Peru. Já dei muitos passos por fora, mas sempre voltando para o Maceió. O passo bom é aqui dentro, principalmente, neste meu ranchinho que, fora os sapos, outra coisa não me perturba (risos). Alguns grilos, baratas, inseto de tudo quanto é jeito, mas não me importa, já enfrentei muita coisa pior (risos).

*Maria Nazaré de Souza, 52 anos, trabalhadora rural e poetisa,  
da comunidade do Apiques, no assentamento Maceió.*

*A idéia inicial do livro era contar os 20 anos de atividade do CETRA. Por isso, durante as nossas pesquisas e entrevistas, alguns dos entrevistados prepararam cartas, cartões e poemas em alusão ao aniversário. Sabemos que fomos além desse “espaço determinado de tempo”, mas não poderíamos deixar de tornar públicas algumas dessas manifestações, como o poema “O CETRA e nós”, da trabalhadora Maria Nazaré de Souza, do assentamento Maceió, que atribui à existência do CETRA parte do seu crescimento pessoal e de mulher liderança em movimentos latinoamericanos.*

## O CETRA e nós

*(Nazaré Flor)*

Caro amigo leitor,  
Peço a sua atenção.  
Para lhe falar agora  
De uma organização.  
Do CETRA,  
Faço a apresentação.

A vinte anos atrás,  
Aqui, em nosso lugar,  
O trabalhador rural  
Não tinha com quem contar  
Pra se defender de alguém  
Que viesse explorar.

Mas já nos anos 80  
Para o 81,  
Nasce a organização.  
Objetivo comum  
E, no meio deste povo,  
Tinha muito zum-zum-zum.

E, naquele mesmo ano,  
O CETRA também nascia.  
Com muito desejo e garra  
De fazer assessoria.  
Defender trabalhador  
Acabar com a hipocrisia.

Doutor Pinheiro, o autor  
Da idéia principal,  
Da criação de uma ONG,  
Que tinha como ideal,  
Assessorar toda base,  
Tirar o povo do mal.

E deste tempo pra cá,  
Cada vez que precisamos,  
O CETRA está ao dispor  
Sempre nos acompanhando  
Com idéias valiosas,  
Junto a nós orientando.

O CETRA só nasceu para  
Ao pobre ajudar  
Nos problemas que na vida  
Vive sempre a enfrentar.  
O trabalhador sem terra  
Ter alguém para contar.

De todas as ONGs  
Que já vi, é a melhor.  
Sua contribuição  
Para nós,  
De todo o apoio que tivemos,  
Para nós, foi o maior

Muito obrigado a todos  
Quem fazem esta entidade,  
Que só nasceu para o bem  
Do campo e até da cidade.  
Parabéns ao vinte anos  
De nossa grande amizade.

## Os novos caminhos e os mesmos rumos do CETRA

O acúmulo de vitórias para os trabalhadores comprovava a seriedade da equipe técnica do CETRA, além de resultar na confirmação do seu enfoque na área do Direito Agrário e Trabalhista. Paralelo ao trabalho de assessoria jurídica, eram promovidas atividades de organização comunitária e educação para o exercício da cidadania – como cursos de formação política e sindical.

Com a demanda cada vez maior de novas áreas se caracterizando como de conflito – por conta de ameaças, expulsão, violência policial e, por consequência, a reação dos trabalhadores sem-terra e posseiros – além do novo rumo proposto pela instituição, os próximos anos foram de ampliação da equipe, tanto na área de advocacia como na de assistência social. Sendo assim, o CETRA permitia-se assumir o compromisso de dar assessoria a novos sindicatos de trabalhadores rurais, como os da região da serra da Ibiapaba, que compreendia municípios como Ibiapina, Ubajara e São Benedito. Além disso, a instituição passaria a assessorar também a Pastoral da Terra de Tianguá, incluindo assim os municípios de Viçosa do Ceará e Camocim.

Mas, era a região de Itapipoca que ainda merecia maior atenção. Principalmente, no litoral. Ocorrem conflitos de terra nos municípios de Itarema e Trairi. No primeiro, quase 200 famílias disputam áreas com uma mesma agroindústria. O detalhe fica por conta de que uma destas comunidades é formada de remanescentes de índios, que ocupam a terra há três ou quatro gerações. Era o primeiro caso de usucapião de uma área indígena no Ceará. E a outra comunidade briga, diretamente, com o vigário da região e grande proprietário rural, que pretendia vender a terra à agroindústria em questão, além de dois grileiros que tinham o papel de espantar e despejar os agricultores na lei da força. No segundo município, algumas comunidades também vivenciaram conflitos no mesmo período. Algumas lutavam contra a mesma empresa e enfrenta-

vam a perseguição violenta de um pistoleiro (ex-policial) chamado “Cobra D’água”, contratado pela empresa. Em outra comunidade, há quatro décadas, cerca de 20 famílias moravam em uma área sem pagar renda pelo motivo de não terem o conhecimento da existência de um proprietário da terra. Só que, em meados de 1984, Luís Henrique, proprietário de terras em Coroatá (também em Trairi) requereu o usucapião da terra, ganhando na Justiça. O povo reagiu e também recorreu com uma ação de usucapião da área. O juiz deu ganho de causa para os trabalhadores já residentes na terra.

Não distante dali, no Município de Amontada, um conflito iniciado pela comunidade de Caetanos é ampliado a outras três comunidades, entre elas Sabiaguaba. As comunidades formavam um movimento de mutirão na tentativa de segurar o que resta da terra que era dominada por três médios proprietários que, no decorrer dos anos, foram se apropriando de mais terras também sob a lei da força.

*O dia de domingo fora reservado para as comunidades que ficam entre Trairi, Acaraú e Amontada. Primeiro, decidimos visitar a comunidade da Lagoa do Mineiro, área litorânea pertencente a Itarema. Procuramos pela família Louvado. O motorista Luciano não se lembrava ao certo. Paramos em frente à igreja da comunidade para saber o caminho certo. Dona Gil antes oferece café e banana-maçã, que acabara de recolher no fundo do quintal. Tempo para um descanso do pó da estrada e, finalmente, chegarmos até a casa de Chica Louvado. O depoimento dela, no entanto, seguirá algumas páginas à frente. Quem nos conta a história do conflito é seu irmão Zé Louvado.*



*José Louvado*

## De riqueza, só a certeza de nunca ter mudado

“É difícil, agora, a gente contar uma luta que começou no 84, 85. Pra gente lembrar tudinho é difícil, mas eu vou tentar. Nós morava aqui nesta terra e todo mundo era morador do Padre Aristides e dos herdeiros dos Andrades e, aqui, tinha uma ordem: de que não podia possuir nada. Por um hectare de terra que a gente trabalhava, a gente pagava dois alqueires de renda. Se não pagasse com milho, porque a terra não tinha sido boa pra milho, a gente tinha que pegar na safra da farinha, na desmancha da roça, tinha que pagar os dois alqueires. Se não pagasse você tinha que pagar até com a safra de pescar. Até isso eles tomavam de muito trabalhador.

Foi no 1985, quando a gente tava num sufoco, que não tinha mais pra onde ir, foi quando apareceu estas firmas aí do estrangeiro e começaram a comprar terras nessa região. E quando foi um dia o padre Aristides chamou a gente, no Miranda, que era uma fazenda dele, e celebrou uma missa. Quando acabou, na hora dos avisos, ele avisou pra todos os moradores que estavam presentes que essa terra estava sendo vendida para uma firma e a firma vinha cercar todo este terreno. Aí tinha um velho, que era muito católico, disse assim: ‘E nós, para onde é que a gente vai?’ E ele disse assim mesmo: ‘E vocês que vão para o inferno’. Ele dizia aquilo em tom de brincadeira, mas não era brincadeira, não.

E foi aí que começemos a refletir o que é que a gente podia fazer. A gente já tinha ouvido a experiência de onde a firma, a Ducoco, tinha comprado terra. E todos os moradores daquelas terras tinham ido para fora e não foram indenizados com nada. E a gente começemos a pensar se assim seria com a gente também. A primeira pergunta então era: ‘Nós vamos sair?’ E saiu da boca de todo mundo: ‘Não. Se nós saí daqui, nós vamos morrer com as nossas famílias. Se nós ficar, também pode morrer. Então, pelo menos vamos morrer logo aqui’. Todo mundo da comunidade pensava assim. E aí nós fomos para Itapipoca falar com o bispo que tinha já falado sobre esta história.

Primeiro, ele falou para a gente celebrar a palavra de Deus. Deu um livro. E nós começamos a celebrar. E foi aí que o padre Aristides ficou mais contra ainda. Porque nós nem ia mais atrás da missa dele. Todo domingo, a gente celebrava aqui mesmo. Depois, o dom Paulo falou em advogado para cuidar das nossas questões. Eu me lembro bem da primeira vez com o advogado Pinheiro. Ele dizia que não conhecia o sistema do campo, mas que da Justiça, ele entendia. E foi isso que aconteceu. Eles (os dono da terra) botaram nós na Justiça, impediam da gente trabalhar, inventavam conversa pra polícia, nós não podia celebrar nem na estrada.

Foi aí que a tal da firma chegou. Passou uma cerca por dentro das nossas áreas. Cercou tudo. E ficou perseguindo. Neste tempo não tinha estrada, não tinha nada. Só andava é de trator. E ainda era difícil. Mas, eles chegava e ficava perseguindo. Então, quando a gente ia trabalhar, tinha que ir todo mundo. Então, nós ficamos trabalhando de mutirão. E ia mudando de lugar, ia pros Miranda, pros Patos... Quando foi um dia, lá do morro dos Patos, chegou um convite que iam brocar os matos por lá. Nesta época, eu trabalhava no Sindicato dos Trabalhadores. Quando eu cheguei de Itarema, eles me disseram que tinha aparecido pistoleiros e tinham matado o Chico Araújo (o agricultor Francisco Carneiro de Sousa Filho) e balearam um bocado de gente. Isso foi tanta confusão. Porque além do cara matar, dar um tiro, ele caiu de bruços e outro chegou e ainda passou a foice no pescoço dele.

Era perseguição todo dia, teve até invasão de casa, incendiaram uma casa. Tinha mentira todo dia, todo dia vinha intimação da polícia. Teve um dia que o oficial veio deixar as intimações e o padre pediu para ver e pegou os documentos e rasgou. Como nós não atendeu, a polícia veio pegar a gente. Depois, a gente foi de novo. Foi tanta história, que nem as autoridades acreditavam mais no que a gente contava. Eu passei de três meses sem poder dormir na minha própria casa porque se eu ia era arrendada de bala. E era com muita gente esta perseguição.

E foi uma luta muito grande e quando a gente deu por fé, teve morte. Houve ainda três mortes assim, uma bem pertinho uma da outra. Morreu primeiro o Francisco Carneiro de Souza Filho, depois foi o Francisco Araújo Barros e depois foi o Francisco Isaquiel Ferreira, conhecido como Ciço. Um morreu degolado em um dia que tava fazendo uma broca, um mutirão. E outro vinha tirar um dinheiro da emergência, aí

quando foi passando atiraram nele. E o Francisco Carneiro de Souza Filho foi matado lá por dentro do mato. Acharam ele todo furado. Ai ninguém num sabe se foi por mando dos donos da terra. Ninguém num sabe, mas o povo que dizem que é. E eu sei que a gente ficou dizendo assim “nós vamos nos defender”. E sabe que ninguém nem tinha medo. A gente se defendia pra nem morrer e nem matar. Mas que a gente não tinha medo, ah! Isso não tinha, não. Prova disso é que tem um jornal que comprove que alguém daqui tem matado gente do lado do latifúndio. Não houve morte para o lado deles, só para o lado do povo que tava lutando por um pedaço de terra para morar.

Eu sou o “animador” desta comunidade desde o início. Por isso que eu era muito visado. Eu fui muito perseguido e ainda sou porque não concordo com muito tipo de coisa. E nunca desisti. Recebi cantada de todo mundo, mas nunca me vendi. Eu tenho recebido convite, cantada de tudo quanto é político, mas nunca quis. Desde o 1984, eu luto aqui, ainda só ando de carona, nem bicicleta eu aprendi e nem possuo bicicleta ainda. Porque eu só ando de a pé e de carona. Se eu tenho riqueza? Tenho, porque nunca mudei o meu sistema.

Só foi no ano de 1986 que a terra foi desapropriada. Eles vieram dar a imissão de posse. Mesmo assim, houve perseguição porque só a Lagoa do Mineiro ficou desapropriada. E como a gente era tudo um povo junto, a gente ficou batalhando com estas outras áreas. E só depois de uns três anos que tudo se resolveu. Quando depois que toda a terra foi desapropriada foi que a firma reconheceu que não podia dar jeito no povo.

E eu tenho dito que a minha luta é só trabalhar com a comunidade. E tenho dito que a associação que o povo não tem a terra, não vai pra frente. Na comunidade que não celebra a palavra de Deus, não vai pra frente também. E a reforma agrária não beneficiou a gente, foi a gente que lutemos mesmo. A luta foi grande, mas a terra ninguém toma mais não.”

*José Martins do Nascimento (o Zé Louvado), 66 anos  
da comunidade Lagoa do Mineiro (Itarema)  
Foi o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema.  
Hoje, é secretário de política agrária.*

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

O almoço já estava pronto na casa de Chica Louvado, quando decidíamos pegar a estrada de novo. “Saco vazio não pára em pé, tratem de comer antes de seguir viagem”, ordenou Chica. Atendemos sem discutir, mesmo porque era difícil resistir ao cheiro bom que vinha da cozinha. Enquanto comíamos, Chica não parava de falar. Devia ter ligado o gravador. Chica ensinava a respeito de um remédio bom para garganta feito com a teia de aranha que se forma sobre o fogão à lenha. “É bom mesmo”, garantia. Depois do farto almoço e da farta simpatia da família Louvado, resolvemos continuar na estrada para encontrar Zé Raimundo, o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema.



*José Raimundo*

## Se alguém precisar, ele ainda “tá no ponto”

“A gente, no começo da nossa luta, não sabia reivindicar nossos direitos. A gente nem sabia se tinha direito. E se, lutando, a gente iria conseguir alguma coisa porque a nossa luta era com a firma DuCoco, uma firma muito rica. E a gente se achando muito fraco, não é? A gente achava difícil enfrentar este problema. E até por uma coincidência, e ajuda de Deus primeiramente, nós chegamos a tomar conhecimento do doutor Antônio Pinheiro de Freitas, que foi nosso braço forte abaixo do poder de Deus. Então nós entremos em movimento de Comunidade Eclesiais de Base e aí nós lia evangelho e procurava aqueles trechos de Josué, aquelas partes de luta, então, com aquilo tirava um sentido de como podia enfrentar a nossa luta.

Mas para conhecer este doutor, o primeiro passo foi quando o padre Albanir veio aqui celebrar uma missa e fazer reunião, e veio uma vez com dona Margarida e mais dona Maria Alice. E foi através de dona Margarida que conhecemos o doutor Pinheiro. Me lembro como tivesse sido agora. O padre Albanir disse: ‘Olhe, é meio difícil a gente arranjar o doutor advogado para ajudar vocês, mas a esposa dele tá aqui e ela tem mais jeito e pode ser que, através dela, vocês consigam’. E foi isso. Ela viu a nossa situação e ajudou e conseguiu o doutor.

No movimento da comunidade, a gente fazia a celebração do dia do Senhor, e ia refletir como a gente devia fazer para enfrentar a força que vinha desta firma. Diversas vezes, a gente se achou cercado de carros cheio de policial, querendo que a gente assinasse papel. Mas a gente teve força de não assinar e que só fazia depois que a gente combinasse com o nosso advogado. Até também com as lutas do campo, com as invasões que eles queriam fazer, nós enfrentava. Só nós. Lá na frente, de quando ia os casos para as delegacias, aí a gente pedia a presença do doutor. E o doutor sempre acompanhou mais a gente. Nunca deixou de ir. E resolvia o problema.

Quantas vezes, eu almoçando, chegava embaixada aqui dizendo que chegou reforço dos homens. E lá saía eu deixando os pratos em cima da mesa e chegava lá para enfrentar. Graças a Deus, nunca ninguém foi preso, nunca ninguém foi batido. E tiremos o tempo todo em paz, sem acontecer conflito. Mas, aconteceu de viajar de noite, de pés, para não se encontrar com os inimigos. Eles procurando a gente.

Foi um tempo que Itarema passou para cidade. Foi a tal da emancipação. E o doutor disse pra gente criar um Sindicato dos Trabalhadores Rurais porque a comunidade não vai poder entrar em algumas portas sozinhas sem o sindicato. Lá existia só uma delegacia de sindicato de Acaraú. E nós fundemos o sindicato. Isso foi no dia 6 do 7 (julho) de 1986. Eu fui escolhido o presidente. E não teve quem na cidade que não desse apoio a nós. Nós, dali, fizemos vez do usucapião, acompanhamos muita comunidade. Neste tempo, o Zé Louvado, da Lagoa do Mineiro, não combinou com o nosso sindicato. A pessoa que está vendo a nossa caminhada é o nosso advogado e ele disse que é preciso e nós temos que fazer. Aí as comunidades viram o resultado e vieram para a gente ajudar. Com a força do sindicato conseguimos muitas coisas e chegemos até aqui onde estamos.

E tem mais. Pode botar aí nesse seu radinho. Eu não me arrependo de nada. E se precisasse lutar de novo, eu tava à disposição. E se alguém precisa, a gente ainda tá no ponto para o que for preciso.”

*José Félix Jacinto (o Zé Raimundo), 70 anos.  
Foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de Itarema. Hoje, está aposentado.*

*Partimos para conhecer Maria Francisca Cabral de Holanda, na comunidade de Varjota. Paramos o carro sob um grande cajueiro, defronte a uma pequena igreja pintada de um branco caiado. Dona Margarida pergunta para uma senhora de cabelos preso em coque se ali era casa de Diana. Não entendia bem a pergunta, não estávamos procurando pela Maria Francisca? Ainda não me acostumara com a idéia de que muitos eram conhecidos por apelidos ou outros nomes próprios. A senhora de coque no alto da cabeça indica a direção. Partimos.*

*Quando chegamos, nem bem se apresentou com o nome completo, Maria Francisca vai logo dizendo que, por todo canto que ela conhece, só a chamam de Diana. A entrevista já começa, enquanto somos acomodados em redes de palha de carnaúba. Os meninos de Diana se espalham entre as redes. Um fica a “bulir” meu cadarço. Outro a cortar coco, que serviria de refresco entre o dedo de prosa. Diana não tira o olho do gravador. A pergunta de sua idade é o estopim para ela contar sua história de vida e, por consequência, a história da sua comunidade.*



*Diana*

## Era ela quem ia à frente

“Nasci em dia de ano e foi por causa disso que minha vó me botou de apelido o nome de Diana. E em todo canto me conhecem por Diana. Pois é, mas eu vou é contar mesmo da luta da gente. É uma história que a gente nunca pode esquecer. A gente morava aqui, meu pai nasceu e se criou aqui, minha mãe também. Depois construiu a família toda aqui neste lugar. E, depois, eu casada, já com filho, é que tudo começou a ser diferente. O seu Aquino, que tinha uma casa acolá na Tapera, chamou o morador e disse para que se chegasse alguém perguntando sobre a terra era para dizer que não era dele, que era do aldeamento. Mas, o povo tinha ele como o dono da terra.

Eu me lembro, quando meu avô ainda era vivo, apareceu aqui uma história que ele queria vender a terra. Meu avô até se revoltou muito e disse que ele seria homem até o dia em que ele vendesse essa terra. E com a continuação do tempo, o véio morreu e, depois, o tempo foi passando até que um dia a gente ficou sabendo que o Aquino tinha vendido a terra. Sabia que tinha vendido a terra lá pela Tapera e um outro pedaço lá no São Gabriel e este meio aqui, que é Varjota, a gente achava que não era dele. Até que um dia soubemos que era dele mesmo a terra e ele tinha vendido também. Todo mundo ficou aflito com esta arrumação. Isso era a época do 82 para o 83.

A gente nunca tinha nem visto carro por aqui. Muito menos gente estranha. E apareceu cercando terra e tudo. Só que essa cerca dentro do Lagamar não foi pra frente porque lá é de água salgada. O arame devorou-se bem ligeirinho. Nesta época, apareceu uma tal de Rita de Cássia e um tal de Bernardo, que eram lá da Diocese de Itapipoca, e eles começaram a pregar o evangelho e explicar os direitos de cada um. E nós fomos prestando atenção. E depois veio o padre Albanir, que veio fazer reunião com a gente embaixo do cajueiro, fazia comparações para a gente refletir. E ele indicou até advogado pra gente.

A gente vivia em aflição, até que apareceram aqui o doutor Pinheiro, a dona Margarida, a dona Maria Alice. A gente ficou tão alegre que, quando eles chegavam, eram cantos de louvor. E a gente cantava. Eu sei que desta história a gente conseguiu o tal do usucapião. O juiz mandou que nós tirasse o pé do arame dele. E aqui dentro, a gente garantiu 390 hectares de terra, neste tempo. Naquela época, era umas 43 famílias.

Não houve conflito, graças a Deus. Nós até chegamos a enfrentar a polícia, muitas e muitas vezes até, mas não houve conflito, não. Eles derrubavam capoeiras, vieram para o salão que a gente construiu, mas a gente conseguiu conversar direitinho. Nunca teve morte, só conflito pouco.

Depois que conseguimos o tal do usucapião, muita coisa mudou. Cada um ficou tranqüilo, trabalhando, sabendo que aquilo ali tava garantido e que era nosso. Fiquemos em paz. Depois desta luta toda, foi que apareceu uns pesquisador e começou a perguntar pra gente como era os costumes da gente, de donde era que a gente tinha vindo. Por este caminho foi que a gente conseguiu nos reconhecer que a gente era índio. Mais verdade ainda que a gente era mesmo o dono da terra. Mas o começo disto aqui foi dado pelo usucapião, que garantiu a terra. Depois, que a gente descobriu a história de ser Tremembé.

Foi um passo de avanço que a gente deu. E nós fiquemos reconhecidos no mundo inteiro. Não fiquemos só aqui, nesse bolinho, não. Eu mesmo já viajei muito. Já fui até para a Suíça. Para mim, foi uma surpresa ter feito esta viagem. Todos os anos, tem um encontro lá na ONU. Eles chamavam os índios do Ceará de fantasmas porque só aparecia o nome e não aparecia o dono. Como fui para lá? A irmã Maria Amélia sugeriu que uma pessoa ia representando todos os povos daqui. E mandou nomes pra concorrer, nomes de dois homens e de uma mulher, que justamente foi o meu. Como neste ano que tava era o ano da mulher, aí fui eu que saí sorteada. E eu fui para este encontro. Foi bom porque a gente conversou bastante. E foi importante para reconhecer o nosso povo e os de outros.

De tudo que a gente já se meteu com este trabalho, o que ainda tá faltando pra nós é só a terra que é demarcada. Ela já foi delimitada pela FUNAI, tá toda reconhecida, o processo já tá em Brasília, mas ainda não foi demarcada para a Nação Tremembé. Hoje, já tem 76 famílias. E, ao todo, são 4900 hectares de terra, só um pouco mais de 300 foi demarca-

do, que é este bolinho de terra que nós teve e que foi conseguido pelo usucapião ainda daquela época. Durante todo este percurso, quem também participou da luta foi meu marido Antônio Valdir de Holanda. Ele participou da luta, mas eu é quem ia na frente.”

*Maria Francisca Cabral de Holanda (Diana), 56 anos,  
trabalhadora rural, 10 filhos, 23 netos.  
Diana pertence à nação Tremembé.*

*Antes de irmos embora, Diana me conta que adora fazer poesia. Peço para que ela recite alguma das que já fez. Encabulada, primeiro resiste.*

*“Ta certo. Eu vou dizer uma poeziuzinha minha, que agora eu tô na escola, aí quando foi no dia dos índios, era para cada aluno dizer assim uma poesia, qualquer coisa. Os alunos não queria, não queria, pois eu disse que ia dizer uma. Eu fiz uma poesia para falar daqui porque nem todos jovens, nossos filhos, daqui sabem da história daqui e a gente que tá ainda na luta e não pode deixar eles esquecer. Como eles não sabem, eu fiz essa poesia para eles recordarem. Vou já dizer para você, mas vou ‘dizer dizendo’. Ou digo cantando?”, perguntou. Diante da indecisão, ela “disse dizendo” mesmo.*

## Nas costas dos Tremembés

*(Diana)*

Embora muito criança, via meus avós dizer  
A igreja de Almofala foi os índios que ela fez  
Carregando tijolo e pedra nas costas dos Tremembé  
Depois que fizeram ela, uma santa foram adorar.

Levavam a noite inteira, na porta dela brincar  
Vinha gente de tão longe, o grande torém olhar  
A notícia se espalhando quase por todo lugar,  
Apareceu um velho padre querendo a santa levar

Os índios se revoltaram, morreu tanto índio lá  
Outros se debandaram, abandonando seu lugar  
Muitos que ali ficaram, ainda hoje moram lá  
Morrendo tudo de medo, dessa história contar

Para estes professores, prestem bem atenção  
História que eu tô contando, da nossa povoação  
Ainda hoje ela existe, no meio da multidão.

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*A próxima casa que fomos visitar foi a do seu Severiano Félix da Silva. Ela já sabia da nossa possível visita e, por isso, nos aguardava no alpendre. Ali mesmo, ele começa por contar um pouco de sua história. Quando perguntado a idade, sorriu e disse: “estou entrando na idade mais bonita, que é a dos 60. Eu acho, né”. Aproveitou para dizer que casou “meio idoso”, que apesar dos 26 anos de casado e dos dez filhos, ainda não teve o “prazer de ser chamado de avô. Minha família ainda é meio nova, ainda tenho um bando de menino novo”.*

*Antes de continuar, no entanto, fez um pedido: “Vamos entrar aqui pra dentro. A luz me incomoda um pouco”. Os óculos, do tipo Ray-Ban, não são suficientes para rebater a insistente luz clara que vem da areia branca. Severiano está quase cego, mas os olhos estão atentos por demais para lembrar o que aconteceu naquele pedaço de chão em que ainda vive.*



*Severiano*

## “Enfretamo, enfretamo, enfretamo...”

“Nós somos uma família vivendo nesta terra que nós nunca fomos herdeiro. Quando a pessoa nasce aqui na terra, como é que chama? Nós nascemos e criamos aqui, mas não era dono, herdeiro. Então desta banda daqui tinha uns patrão, nossos pais já tinha patrão. Teve um dia que o patrão, dono da terra, que a gente chamava de Popota, morreu e o genro dele, o Benevides, ou era o Hermenegildo Firmeza? Bom, um destes entrou como dono. Ele chegou aqui e disse que ia entrar uma firma e que a gente devia trabalhar mais ele e que assim não ia faltar nada pra nós.

Aí ele encostou na casa do cumpade Manoel Veríssimo, que era o mais velho desta região. Acho que ele tinha pra mais de 70 (na verdade, 72 anos, na época). E passou com a cerca dentro da capoeira do Mané Veríssimo. E ele contestou que sem capoeira, ia ficar sem roça. E ele disse que ia passar e disse que ia entregar farinha e goma. E o véio deixou. Quando foi o tempo de pagar, ele não pagou o véio. Deu pra trás. E aí a gente se reuniu no sindicato do Trairi pra conversar porque, se ele não tinha cumprido entregar só a farinha, imagina o que ele podia fazer com a gente...

Aí começou. A gente se reuniu. Bem pouquinha gente. Lutando de comunidade. Toda quinta a gente se reunia. Pelejemos para saber o que ia fazer com este homem. Ele foi botando pistoleiro. E a gente agüentando. Pelejemos e aí o CETRA começou a visitar nós. E veio o doutor Pinheiro. Os mais velhos consideram o doutor Pinheiro como um pai da nossa comunidade.

Fiquemos lutando por um trechinho de mil metros. Mas que era nosso. A gente defendia, tinha as casas, os cajueiros, o cacimbão. De reunião em reunião, a gente começou a ficar incentivado. Mas aí botaram mais pistoleiro. E matavam as nossas criação, porco, ovelha e as cabras mais dos meninos. Nesse tempo, era 75 famílias já. Dentro deste

trechinho de terra e ainda por cima vivendo ameaçado. Num terreno todo coberto de cajueiro.

Quando foi um dia que outra comunidade entrou para ajuntar mais nós, eram os Córregos dos Pires. Eles chegaram dizendo que os donos de lá tinham entrado na terra como aqui. E nós fomos lá para o Pires. Chegamos lá, fizemos uma reunião na praia. E fiquemos sabendo que eles estavam igual mais nós. E resolvemos ir falar com o dono. E era um cordão de gente, alguns até cantando, e quando a gente chegou perto, começamos a escutar tiro de bala. Tinha é tanto do pistoleiro. Acho que tinha mais de 60 homens esperando. Aí nesta confusão, foi tudo ligeiro, tinha um rapazinho que levou um tiro nas costas. Era o pobre do Antonio Horácio, da família dos Salgados, caía que não caía. Aí outro rapaz, Pedro de Souza, levou um tiro no braço. E um outro rapaz da família dos Salgados levou um tiro no pescoço. Nessa confusão danada, vimos que tinha três dos nossos, do Vieira, mortos. Atiraram no finado Mané Veríssimo. Pegou bem aqui (ele aponta para a altura do rim). Eu vi que era bala de espingarda de escopeta. O filho dele, o Raimundo Veríssimo, levou um tiro bem na testa. Esses dois primeiros morreram na hora. E o Francisco Veríssimo, também filho do finado Mané, levou um tiro no peito, que passou pelas costas. Ele tava vivo ainda. Mas, não deu tempo de socorrer, não. Com uma hora, ele se foi. Morreu todos os três. Aí quando morre, foi uma revolução danada. Eu não to bem lembrado quando tudo isto aconteceu. Eu não sei se foi no 86. Foi por aí.

Depois dessa confusão doida, ficamos sabendo que uma das pessoas deles também ficou morto. Tivemos que ir pro IML, em Fortaleza, e tudo. Depois de uns três dias, reunimos de novo para saber o que ia fazer. E decidimos enfrentar. Enfretamo, enfretamo, enfretamo. Tudo que vinha contra nós. A gente fazia casa de farinha, fizemo um projetozinho com a Diocese, eles botaram impedimento. Levou a gente pra delegacia. Fomos intimados por conta da casa da farinha. Enfretamo, enfretamo, enfretamo.

Quem lutou nesta época, os mais véios, eu e outros, tão tudo como eu. Uns perderam os filhos, um a mulher tá cega, tem muita gente cansada, outros tão nessa situação como eu, assim ó, sem casa direito, sem quase visão, sem nada. O povo novo não tava nem aí. Tinha até muita gente contra nós. A gente lutava contra o patrão e como muita

gente aqui dentro mesmo. O INCRA veio com uma história que desapropriava e colava mais 100 pessoas em cima desta terra. Eu achei que não era certo. Hoje, aqui dentro foi desapropriado para 100 famílias e aí botaram mais 100 em cima desta terra. Fizemos tudo aquilo, depois desapropriou, tá certo, mas entrou projeto pra habitação e aí não teve muita organização, botamo muita coisa no mato.”

*Severiano Félix da Silva, 62 anos, trabalhador rural  
da comunidade de Vieira dos Carlos,  
assentamento Várzea do Mundauí, Trairi.*

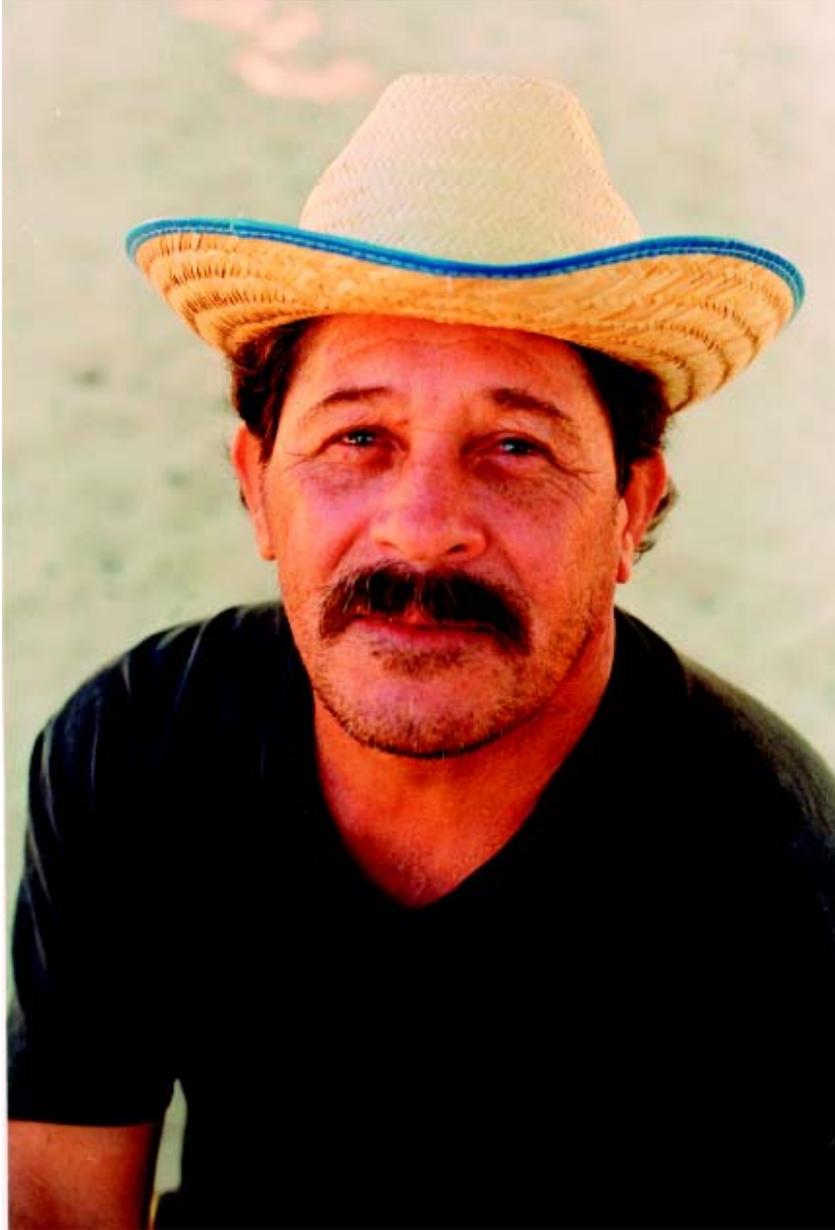
||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*Para chegarmos à comunidade de Sabiaguaba, faz-se necessária a travessia de balsa. Esperamos mais de cinco minutos pelo balseiro. Sol forte, sem cliente, era a hora “forçada” de sua sesta. Ajeita a balsa na ponta do braço de mar, a Toyota “peleja” para subir sobre estreitos tocos de árvore. Do outro lado da margem, três meninas param de banhar suas bonecas para acompanhar toda a operação. O rumo de areia branca e fina nos leva até a casa de Zé Dedé, que acompanhou o conflito desde o começo, quando as comunidades de Caetanos, Sabiaguaba, Matilha e Pixaim se uniram.*



*José Dedé*

## Esperando para ser dono do próprio quintal

“Eu sei que tinha um tempo em que nós vivia tudo em paz. Mas depois alguns começaram a melhorar de vida, mais do que outros. E estes começaram a oprimir aqueles menos favorecidos. Querendo cercar as terras todas, comprando aonde não podia comprar. E olha que tinha muita terra dentro de Caetano. E daí em diante começou a guerra entre os ricos e os pobres. A velha luta, né? As famílias eram do Expedito Tomé. Eles se posicionaram melhor e aí começaram a impedir do povo morar, de fazer seus cercadinhos para plantar, de melhorar sua situação. Aí o povo começou a achar que o caminho não era esse. Aqui na Sabiaguaba e na praia dos Caetano. E lá para o lado da comunidade de Pixaim ainda tinha um homem chamado Estevão Romero, há muitos anos lá, e ele tinha um filho e este filho, o Atualpa Romero, também era muito cruel com os pobres, derrubava casa e botava os animais pra acabar com a roça.

E aí se juntou o povo de Pixaim com o povo de Caetano, mais da Sabiaguaba, para dizer que não concordavam com aquilo que eles estavam fazendo. Isso começou tem mais de uns 15 anos. E daí pra cá, a gente ainda não abriu mão desta luta. Conflito teve e ainda existe. Porque ainda existe a briga com estas famílias. Eles pra lá e nós pra cá. Só que a gente é que mora na área. A gente nunca foi preso, fomos intimidados várias vezes, mas a gente sempre deu um jeitinho pra se defender, e a gente tinha o papel do advogado para isso. O nosso caso não era pra tá sofrendo assim e o CETRA ajudou nisso.

O INCRA desapropriou e deu a imissão de posse às famílias, só que depois este povo do lado dos contras da reforma agrária criaram um movimento contra o INCRA e só sei que o INCRA foi cedendo e hoje a gente não sabe nem como estamos. Sei que eles reduziram para o número de hectares e, hoje, a gente só tem direito de trabalhar nos quintais. E

nem sabemos se são nossos estes quintais. Tem dia que a gente fica com a cabeça quente e não encontra mais nenhuma solução, mas a gente tem que voltar pro caminho e acreditar que um dia ele vai ter um fim. Tem que ter.”

*José Souza da Silva (o Zé Dedé), 53 anos, trabalhador rural  
do assentamento Sabiaguaba, Amontada.*

*“Nunca quis de me casar, eu fui mais da luta mesmo...”*

*Na porta da casa de Zé Néó, podem-se encontrar grandes conchas.  
Umam lembram “fósseis de conchas” pelo estranho desgaste que apresentam.  
Zé tenta explicar que o “intenso vento que sopra do mar” provoca estas  
“estranhas rachaduras” naquele invólucro de calcário. Levamos dois  
exemplares dos tais fósseis com a gente. Depois da rápida “aula”, que ainda  
inclui explicações sobre a cerca feita de palha de carnaúba, Zé fala de sua  
experiência no conflito e como o primeiro presidente  
da Associação da Sabiaguaba.*



*José Neo*

## Documento para "mandar e desmandar" na terra

"A luta começou mesmo por volta do 1977. De lá pra cá, a gente veio continuando. O dono destas terras por aqui se chamava Estevão Romero. Este homem faleceu, mas as famílias cismaram de vender esta terra. Aqui pelo lado da praia, ainda tivemos problema com os posseiros, que não eram donos da terra, mas que insistiam em expulsar os verdadeiros donos. Pra iniciar esta luta aqui tivemos que criar estratégia de como se defender de patrão e pra isso tivemos que fazer mutirão.

Não houve conflito aqui, mas teve morte nos nossos vizinhos. Aqui, houve ameaças muito fortes. Pra isso criamos uma associação e com o tempo esta área se tornou assentamento. Estamos indo pra 13 anos que o INCRA desapropriou a terra junto ao CETRA, mas ainda não foi decidido nós. O INCRA ficou muito lento nos processos, depois começou a reduzir a área, reduziu por duas vezes. Era uma área de 874 reduziu para 718 hectares e agora ta em 500 e poucos. A gente tinha 71 famílias, mas pelo fato da terra ser pequena, só comportava 28. Mas tem mais de 100 famílias morando, hoje, aqui no assentamento. Hoje, ainda está na expectativa para o INCRA resolver e a gente pode produzir algo de concreto aqui.

O Cetra foi muito valoroso. Primeiro, na defesa nos conflitos maiores. A gente ia pra delegacia, ia pra Justiça e vinha o doutor Pinheiro ou o doutor Charles para acompanhar a gente. E muitos outros. Ninguém chegou a ser preso porque tivemos este apoio. Em muitas áreas por aí, muitos companheiros chegaram a ser presos, chegaram a apanhar ou até a morrer. Aqui, não.

A terra ainda não é nossa porque não temos um documento dando o nome da gente para a gente poder mandar e desmandar nela. Ainda há influência de proprietários, terceiros que vieram querer tirar a gente daqui. No momento, uns cinco anos pra cá, apareceu um português, que nós conhece aqui por Júlio Pirata, que comprou uma propriedade aqui

vizinha e, depois, ele alegou que esta área aqui também pertencia a ele. E começou a fazer ameaças. Casas que tinham construídas, como a da professora do assentamento, que foram mandadas parar de construir. Nós não demos ouvidos e continuamos. Ele afastou por um momento, mas ainda tem a ameaça. É por isso que a luta, pra gente, ainda continua. Ainda acho que a gente não tem a nossa história conquistada. Mas, estamos a caminho disso aí.”

*José Barbosa Soares (o Zé Neo), 45 anos.  
Foi por duas vezes presidente da associação  
no assentamento da Sabiaguaba, Amontada.*

*Antes de voltarmos a Fortaleza, recebemos a visita de Maria Nair, professora da rede estadual em Itapipoca e que participou dos primeiros movimentos populares realizados pela Diocese até a chegada de Margarida, Pinheiro e Eduardo na região. Nair fala, exatamente, desta militância na assessoria aos trabalhadores rurais que resultou, acima de tudo, a consciência de cidadania.*



*Maria Nair Soares*

## A militância na assessoria ao trabalhador

“Mesmo antes da formação do CETRA, seus principais responsáveis estiveram preocupados com os movimentos das classes populares. Quando eles chegaram em Itapipoca, a Diocese já vivia a realidade do movimento de educação de base. O norte era a educação popular. Depois, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dom Paulo Ponte, que era o bispo da Diocese, no fim dos anos 70, pensou na instalação do Movimento de Educação de Base (MEB), na verdade, ele tinha intenção de prestar uma assessoria aos trabalhadores rurais neste campo de educação popular. Eu, na época, era estudante. Éramos uma comissão de seis pessoas dentro deste Movimento de Educação de Base.

E foi esta realidade que Pinheiro e Margarida encontraram quando chegaram aqui. E começaram a participar deste processo de movimentação popular. Em 1982, eles participaram da discussão sobre Comunidades Eclesiais de Base dentro da perspectiva da Teologia da Libertação. Destas reuniões, as comunidades foram se organizando e também começaram a nascer algumas discussões sobre o direito da terra. Foi neste ponto que nasceu a Comissão de Assessoria à Pastoral da Terra (CAPT). E só se concretizou mesmo em 1984, período em que eu entrei também neste trabalho.

A CAPT nasceu na Diocese de uma necessidade real, que eram as pessoas que viviam em um sistema de opressão muito grande, de muita exploração com esta questão da renda. É no meio desta discussão de direito à vida, de direito à terra, que as pessoas começam a descobrir que elas precisam começar a lutar por aquele pedaço de terra que elas têm. E a comissão estava estritamente ligada ao trabalho que o CETRA desenvolveria naquela região e também em outras.

E como nasce este espírito de movimento popular nos trabalhadores? Uma pequena história pode exemplificar isto. Eu me lembro de uma reunião embaixo de uma árvore, na comunidade Lagoa do Minei-

ro. O Pinheiro subiu em um banco para ter a visão de todo mundo e falar para todo mundo ouvir. E ouviu a pergunta de um trabalhador assim: 'Doutor, como é que o senhor vai fazer conosco, para a gente ficar na terra?'. E ele respondeu com outra pergunta: 'O que é que vocês querem que o advogado faça? E o que é que vocês podem fazer para defender a terra em que vocês moram?'. E aí houve uma discussão muito rica no grupo e ficou muito clara a intenção do Pinheiro. E um trabalhador acabou dizendo assim: 'Aqui não tem muita segurança para o senhor vir para cá. Então, o senhor cuida da cidade que nós cuidamos do mato'. E eu nunca me esqueci desta resposta porque cuidar da cidade significava defendê-los daquilo que eles precisavam perante a Justiça, a delegacia, o juiz, os processos. Mas, a defesa da terra, de não deixar que ninguém invadisse, isso não era tarefa da CAPT, do advogado, do CETRA, devia ser tarefa do povo. E isso desencadeou um processo de organização muito forte. E esse trabalho serviu de forma a mudar a concepção do Direito. E de permitir a aceitar que o processo de organização se dá com muita participação e a participação do povo é muito dinâmica."

*Maria Nair Soares, 52 anos, é professora,  
foi secretária municipal de Educação em Itapipoca  
e é diretora presidenta do CETRA.*

## A carteira carimbada e a oposição sindical

A cada novo conflito, Antônio Pinheiro recebia um novo carimbo em sua carteira de trabalho. No carimbo, o nome de algum Sindicato de Trabalhadores Rurais para o qual começava a trabalhar. Foi a maneira encontrada para “ganhar respaldo” quando precisasse “conversar com delegado até entrar com alguma causa. Isto porque, antes do CETRA, o único respaldo que tínhamos era da Igreja ou dos sindicatos”, comenta. E ainda completa: “Isto era segurança também para os trabalhadores porque, naquela época, tinha muito advogado que fazia acordos, então ganhava dos trabalhadores e do patrão”.

No processo da luta pela terra, foi-se descobrindo que não eram apenas os advogados que faziam duplo acordo, a maioria dos sindicatos era – o que se chamava na época de - pelego. Isto é, além de não serem comprometidos, totalmente, com os trabalhadores, ainda eram subservientes aos donos de terra. “Além disso, a maioria deles não tinha apoio de uma instituição ou, simplesmente, não tinha um advogado de defesa, o que aumentava ainda mais o medo da repressão, que era forte no campo, naquela época. E tem mais: uma parte dos sindicatos era presidido por nomes indicados pelos patrões e proprietários de terra. Foi quando nós descobrimos que havia a necessidade de fortalecer este órgão para trabalhar em conjunto na defesa dos trabalhadores”, explica Pinheiro.

Foi quando o CETRA começou a se preocupar com cursos de formação sindical e política entre líderes das comunidades e incentivá-los a participar das eleições dos sindicatos. “Em muitos deles, a gente comandava as eleições. Indicávamos nomes para a chapa, através de conversas com trabalhadores. Foi nesta época que saímos da questão jurídica, para reforçar as questões sindicais. Muito mais da função da organização dos trabalhos. Ganhamos muitas eleições de sindicatos”, relembra o advogado.

Mas se os sindicatos eram pelegos, a federação também era. “Lembro, inclusive, no auge das negociações dos conflitos, a gente chegou na Federação Estadual dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE) e eles se posicionavam contra os trabalhadores. Eles chegaram até a dizer, em alguns casos, que levamos ao conhecimento deles que tudo isso era subversão e poderia até render em morte de trabalhadores. E que eles não iriam se meter nisso”, conta Pinheiro. Por este motivo, foi criada uma comissão sindical que envolvia membros da Comissão Pastoral da Terra, sindicatos rurais, líderes comunitários e o próprio CETRA para fortalecer a chamada oposição sindical. Foram contratados quatro trabalhadores rurais, que eram líderes em suas comunidades, para viajar pelo Estado todo e visitar os sindicatos, mostrando este trabalho de articulação. Eles eram remunerados pelo CETRA. Foram três anos seguidos de trabalho. Foi a partir desta articulação que membros da oposição sindical conquistaram a direção da FETRAECE.

*A situação era tão complexa que muitos sindicatos mantinham advogados cuidado das questões de terra pelo lado dos patrões e dos trabalhadores simultaneamente, o que resultava geralmente em acordos desfavoráveis aos trabalhadores.*

*Durante o processo de luta pela terra, o fato de existir uma equipe de advogados comprometidos com a defesa das causas populares, os sindicatos foram paulatinamente fortalecidos e passaram a ter mais clareza do verdadeiro papel do sindicalismo.*



*Eliseu*

## O sindicato na época das lutas

“Eu assumi o sindicato, em 76, e logo logo começou a luta em Monte Castelo. Foi uma luta difícil, de muitos anos. Na época, o doutor Pinheiro era advogado do sindicato e foi quem iniciou a luta. Foi muita briga, muita batalha. Tudo começou por conta da renda de meia; eles não conheciam o Estatuto da Terra. O primeiro trabalho nosso era dizer aos trabalhadores que eles não precisavam pagar 50%, porque recebiam a terra nua, no mato. Eles brocavam, queimavam, cercavam, plantavam. Isto acontecia em todas as comunidades. O que foi feito em Monte Castelo foi feito em outras comunidades.

Quando o patrão começou a ver que eles estavam entendendo, começou a proibir a gente até de entrar na fazenda. Nós, do sindicato, ia fazer reunião, precisava deixar o carro fora da fazenda, porque o portão era deixado no cadeado. Entrava de pé. A gente fazia reunião com umas 200, 300 pessoas. Bastava dar um grito e reunia todo o povo. Passava o dia em reunião. Nossa tática era, primeiro, fundar a delegacia sindical. Era como um sindicato dentro da fazenda.

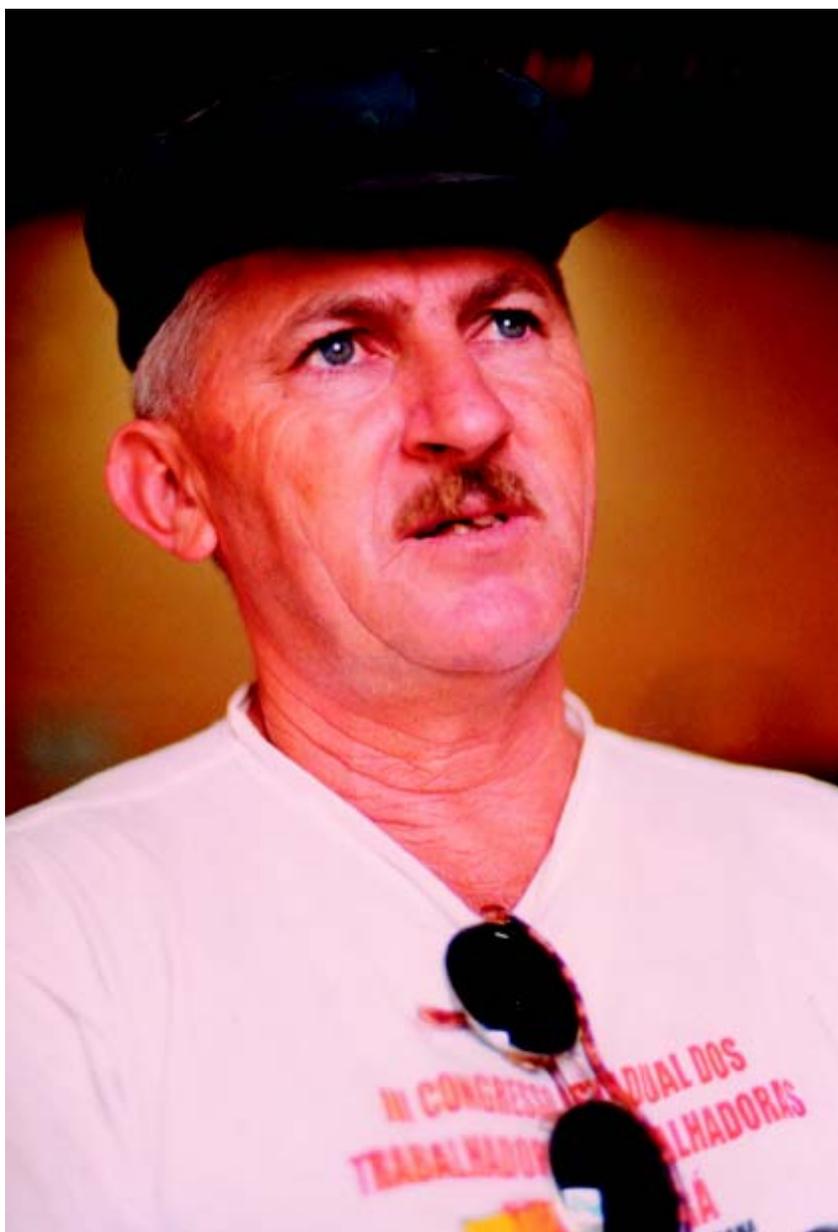
Os advogados que tinham antes aqui era tudo junto ao patrão. Eles nunca ficava ao lado dos trabalhadores. Até diziam que era advogado dos trabalhadores rurais, mas, na Justiça, se vendia por qualquer dinheiro. O sindicato veio começar mesmo a atuar depois que o doutor Pinheiro veio junto com a gente. Quando assumimos, o sindicato não tinha nada. E conquistamos muitas coisas. O sindicato, hoje, é fraco de novo. Não há mais período de luta por terra e nem por outra luta.

Se os sindicatos cansaram, eu também cansei. Fiquei no sindicato até 1989. Até ganhei a eleição para presidente, naquela época, mas renunciei e fui para outros trabalhos. Sindicato, não queria mais.”

*Elizeu Silva Lima, 58 anos, sindicalista*

*Foi presidente do sindicato, na época da luta no Monte Castelo.*

*Hoje, trabalha na Secretaria de Agricultura, da prefeitura de Quixadá.*



*Zé Valdo*

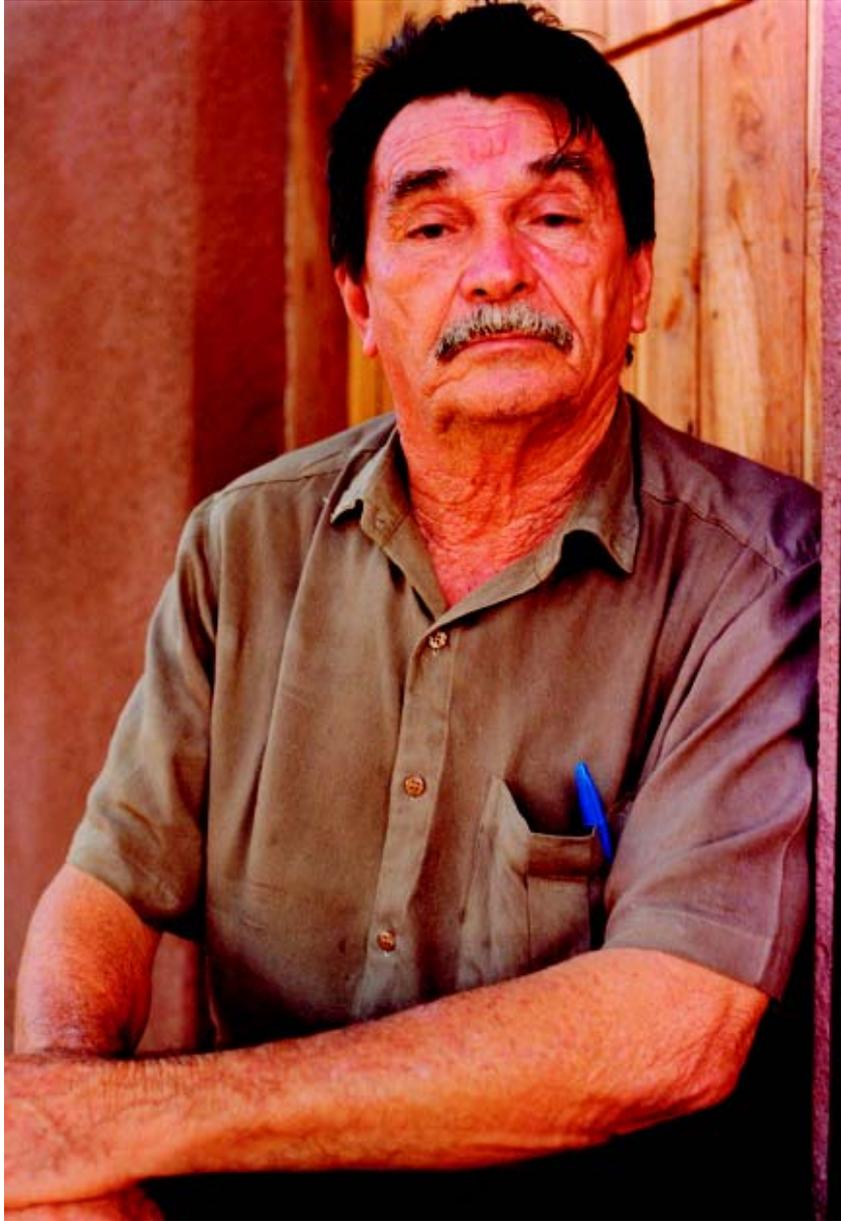
## Um dos primeiros sindicatos reestruturados

“Aqui, o sindicato foi fundado em dezembro de 68. Eu cheguei no Sindicato no ano do 80, minha comunidade era a da Serrinha (Aratuba) e, desde então, estou aqui no Sindicato. Fui três vezes presidente. Acompanhei um pouco da luta de Monte Castelo. A gente ia nas caravanas para as audiências, em Quixadá. Nesta época, a gente tinha uma pressão muito forte no campo. O trabalhador era bastante explorado na questão do pagamento da renda. O sindicato, não só aqui como em outras regiões, era bastante atrelado aos patrões, ao Estado, aos partidos que davam sustentação ao governo. Na época, a gente chamava de sindicato pelego.

Foi a partir do apoio do CETRA que começamos com focos de oposição sindical. Estávamos atrás de um pessoal mais combativo que tentava mudar a estrutura para fortalecer a luta dos trabalhadores. Este trabalho foi importante para nós e a gente deu um passo importante. No 84, eu estava na oposição sindical. Era um movimento mais avançado para mudar a direção da FETRAECE. Éramos quatro em linha de frente, eu, o Zé Mendes, de Quixeramobim; o Luís Antônio, de Poeiros; e Antonio Bandeira, de Pentecoste.

O que a gente conheceu nesta região de mudança significativa foi, exatamente, através do CETRA. A luta pela terra aqui foi referência. Na questão da ocupação da terra, na questão da mudança da renda, da exploração. Além do mais fomos um dos primeiros sindicatos onde o CETRA trabalhou a reestruturação.”

*José Martins da Silva (o Zé Valdo), 51 anos, sindicalista  
Foi presidente por duas vezes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aratuba  
e, hoje, está terminando um mandato de secretário.*



*João Ventura*

## A vida dentro do sindicato

“Eu já estava na direção de Sindicato de Quixadá, desde 1976. Não tinha Choró, nem Ibaretama, nem nada, era um “Quixadasão” enorme. Particpei de lutas Monte Castelo, Califórnia, Alto Alegre, Fazenda Feijão. Eu não me lembro ao certo, me parece que, na época de Monte Castelo, eu era secretário, mas isto também não faz diferença, porque o importante é que tanto eu como todos tinham o mesmos ideais e disposição de luta.

Para ser sucinto, eu conheci o Pinheiro no sindicato de Quixadá. Ele chegava da fazenda Monte Castelo que já estava em litígio com o patrão. É difícil eu explicar porque tinham se encaminhado assim as lutas, mais por meio do Padre Moacir, de Aratuba, e porque os trabalhadores não tinham vindo até o Sindicato. É até estranho se dizer que a gente foi abordado e convidado a entrar na luta do Monte Castelo pelo doutor Pinheiro.

Tenho que ser franco com você e dizer que tanto pela minha pouca experiência, naquele tempo, por ser novato nas lutas, como pela dificuldade que a gente tinha mesmo em ver trabalhador ser vitorioso diante de patrão, eu relutei com o Pinheiro para aceitar a gente trabalhar junto e acreditar neste trabalho. Não adianta dizer que eu era forte e acreditava tanto.

Na primeira vez que eu falei com o Pinheiro eu dizia: ‘Pinheiro, patrão é poderoso. Os trabalhadores são desarrumados. Embora sejam em quantidade, dinheiro não existe. E esta questão requer muito dinheiro’. Mas ele me convenceu facilmente, tanto porque ele era um bom advogado e sabia argumentar, como porque, no fim, ele tinha razão mesmo. Então a gente se juntou para trabalhar. Isto acho que era 1978. Só não posso precisar a data mesmo, porque já passou tanta coisa pela minha cabeça daí para cá (risos).

O início desta luta mesmo foi por intermédio do encontrão que teve em Quixeramobim, em 1979, destacando a importância do Estatuto da Terra, que era de 64 e até então ninguém tinha feito nada ainda. Os trabalhadores continuavam na estaca zero e os patrões continuavam como se não houvesse a lei ainda. Era uma espécie de campanha para a gente empregar e divulgar o Estatuto da Terra.

Eu não posso dizer que participei de tudo mesmo. Quem sou, que resistência humana seria essa porque a gente se reunia todos os dias, a qualquer hora, de Fortaleza ao sertão, por toda parte. Mas participei de tudo quando tive condição e foram muitas...

Eu fiquei quase um cantor nesta época porque, como eu achava lindo falar desta luta e ouvir os padres cantando a minha música na minha caminhada. Tinha uma que se chamava taí. Eu lembro de um trechinho (e cantarola): *Taí, eu dizia o sindicato vem aí / Foi você que não quis acreditar / Venha ver, venha ver o sindicato libertar...*

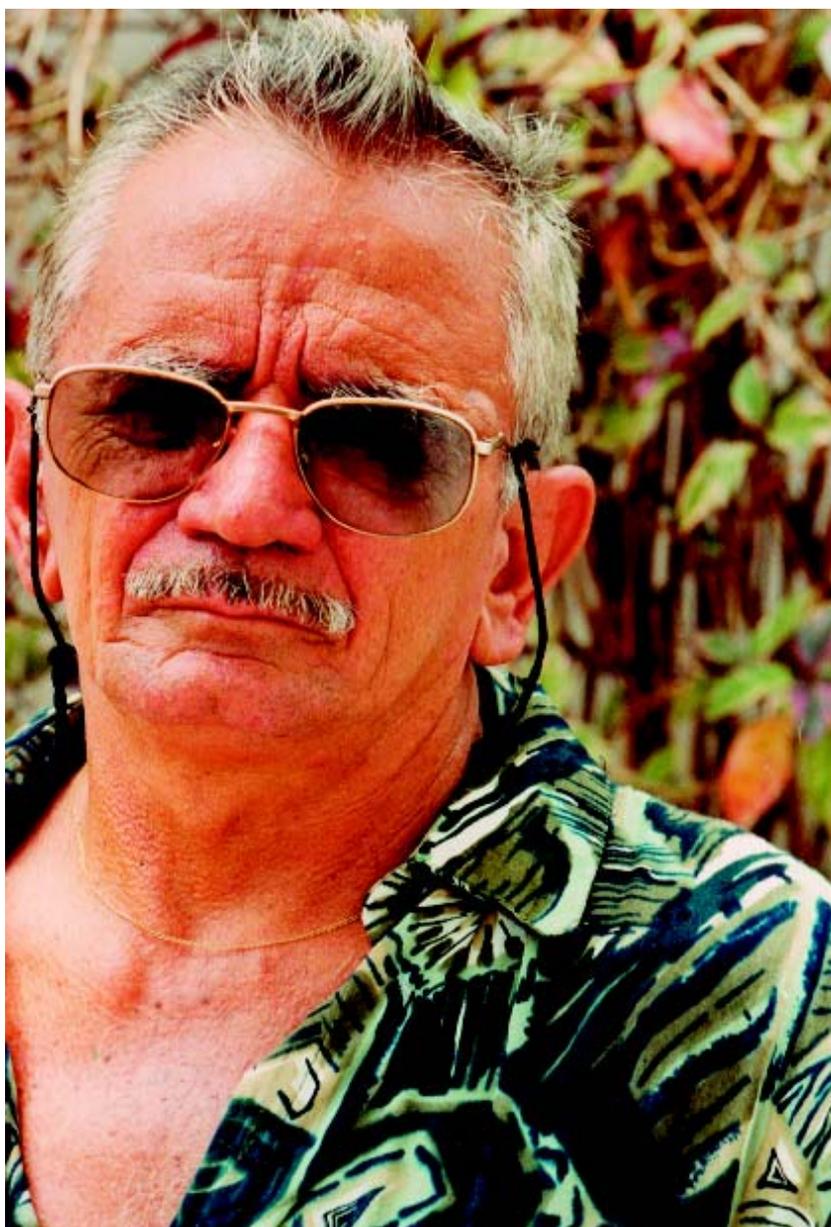
Se eu tivesse condição de me lembrar mais... Na época, todo mundo cantou em toda parte. Eu fui cantor famoso por uns tempos (risos). Mas, a minha luta era dentro de sindicato mesmo. Minha vida foi dentro de sindicato. Eu fui secretário por duas vezes do Sindicato de Quixadá, fui vice-presidente e fui presidente e, se eu não me engano, tirei dois mandatos de três anos lá. Nestes anos todinho. Isso terminou em 1988. Isso é de 76 para 88. Não sei se foi uma tolice, peguei corda de alguém e saí para ser candidato a vereador. E foi uma decepção, não me elegi. Fiquei afastado do sindicato por uns tempo. E, depois, fundei o daqui de Ibaretama. Aqui passou a ser município e esta é a região de onde nasci. E já era tempo de fundar um sindicato aqui e comecei do zero (em 1993), com muita dificuldade. Foi mais uma parte da minha luta.

Hoje, há uma ausência de luta. A gente era muito de luta e a luta esfriou. Por conta dos trabalhadores, das bagatelas que o governo começou a oferecer e eles se acomodaram. E como não tinha mais por que acompanhar, agora, as questões são mais banais.

Se eu tive minha validade na fundação do CETRA? Se eu lá estive como uma pessoa que levava seus problemas e suas idéias, que puxava discussões, eu me sinto tanto responsável como contribuinte do de bom e do de ruim que tiver acontecido nestes 20 anos de CETRA. Eu não entrei nesta luta que com meia dúzia de anos eu conseguiria ver a transformação da sociedade ou a vitória dos trabalhadores. Eu ainda entrei equivocado que isto demoraria pelo menos uns 500 anos. Hoje, eu vejo diferente. Acho que é muito mais. Mas, nós estamos plantando a semente. E fico feliz porque criei oito filhos e que se não são socialistas, são comunistas mesmos. E eu acho isso muito bom.”

*João Ventura dos Santos, 69 anos, sindicalista  
Hoje, é presidente do Sindicato de Ibaretama*

*Lutar pelo direito à terra era uma questão de risco de morte. Na entrevista com Zé Mendes, ele lembra do assassinato do dr. Lindolfo em Tianguá. Naquele tempo, que não faz tanto tempo assim, muitas lideranças eram visadas e muitos sindicalistas, agricultores, religiosos e outros profissionais foram mortos em consequência do seu envolvimento político em favor da emancipação da terra para quem nela vivia e trabalhava.*



*Zé Mendes*

## Antes de tudo, trabalhador rural

“Eu fui criado em fazenda, meu pai era vaqueiro. Eu comecei a atuar, como sócio, no sindicato, em 1970, ajudando meu tio Joaquim Mendes Fernandes, que era presidente do sindicato. Eu dirigia o carro do sindicato. Em 72, eu entrei como tesoureiro. Na época, meu tio estava preso na Polícia Federal por falar em reforma agrária, por falar em comunidade. Me tornei presidente em setembro de 1978.

Tudo começou na época do Monte Castelo. Mesmo antes da luta de lá, a gente se reunia na serra de Baturité, lá na Aratuba, com o Padre Moacir, com o Dom Aloísio Lorscheider, com o doutor Pinheiro. E eu ia como era presidente, neste tempo, do Sindicato de Quixeramobim. A reunião era para discutir as questões dos conflitos dos patrões com os trabalhadores. E exatamente destas reuniões foi que surgiu o conflito de Monte Castelo e muitos outros.

Para se ter uma idéia, na década de 60 e 70, quando os primeiros sindicatos foram fundados ou a Federação, que foi em 63, não existia advogado para defender trabalhador rural. Para você ter uma idéia, de 60 para 70, o único advogado que defendia trabalhador rural era um tal de doutor Lindolfo, e mataram ele no início dos anos 80. Quando o Pinheiro começou a atuar e, depois com a fundação do CETRA, chegou a ser formada uma cooperativa de advogados. Isto foi muito importante. Hoje, temos dezenas e dezenas de advogados de trabalhadores rurais. Se não tivesse começado este trabalho naquele tempo tendo advogado para defender trabalhador rural, em plena ditadura militar, hoje, talvez não tivéssemos conseguido muitas coisas. O primeiro a dar exemplo foi o dr. Lindolfo, mas foi muito individual. O doutor Pinheiro começou a dar o exemplo e depois ele mesmo cresceu a rede jurídica.

Nesta época que ele começou aqui, surgiu uma manifestação em Quixeramobim, onde nós botemos, em 1979, em plena ditadura militar, cinco mil pessoas nas ruas em comemoração aos 15 anos do Estatuto da Terra. Na verdade, não era comemoração. Era um protesto para poder fazer com que ele fosse seguido. Era na época que a gente queria

abolir a meia renda. Mas, para fazer isso, tivemos que dizer que era uma comemoração em torno do projeto do Castello Branco. Era uma tática da gente para poder realizar isto.

Destas reuniões fundamos a CPT. Eu sou, graças a Deus e com muito prazer, fundador da CPT. Aí surgiu o CETRA, a reestruturação do Esplar e outras entidades. Lá na serra de Aratuba, a gente não se reunia em casa. Se reunia no mato mesmo, embaixo dos pés de chuchu. Desistimos de se reunir na casa paroquial porque a polícia federal dava em cima na mesma hora. A gente pensava assim que precisava de uma entidade, no caso religiosa, que desse apoio aos sindicatos. Um dos objetivos da CPT era exigir um apoio às oposições sindicais nas Comunidades Eclesiais de Base.

Nós chegamos, depois, na conclusão de que só isso não era suficiente, era preciso a terra. Era o essencial. Partimos para a terra. Primeiro derrubar a renda, depois ser o dono da terra. Podemos não ter ainda a reforma agrária definitiva, mas no Sertão Central, em Quixeramobim, por exemplo, são mais de 30 fazendas desapropriadas. Em Canindé, mais de 60 fazendas desapropriadas. Graças a este começo.

Depois, veio a história da oposição sindical. Começamos mesmo em 1982 com os sindicatos de Quixeramobim, Quixadá e em Pentecoste. Com o CETRA, fundamos um grupo de oposição aos sindicatos pelegos do interior e destes sindicatos surgiu um grupo de oposição também à FETRAECE. Em 1986, durante a eleição da Federação, tivemos já 34% dos votos. Foi um avanço muito grande.

Hoje, nós temos uma safra de sindicalistas muito acomodada. Muitos técnicos. Leva a sua vida sindical em um birô, só encaminhando aposentadorias. E a luta acabou. Infelizmente, é uma safra de sindicalistas que deixa muito a desejar. Em relação à Federação, hoje anda tudo muito misturado. Ninguém sabe mais quem é da direita ou da esquerda.

Estou fazendo 30 anos de movimento sindical e só deixo quando morrer. E toda vida eu fui, antes de tudo, trabalhador rural. Eu não preciso de direção de sindicato nem direção da Federação para continuar atuando. Para pregar sobre o movimento não precisa. Tendo, é melhor, mas não tendo a gente trabalha do mesmo jeito. Tanto que eu passei três anos dentro de um assentamento somente como sócio do sindicato, mas, por incrível que pareça, eu consegui mais coisas, fui até eleito para a Federação.”

*José Fernandes Mendes (o Zé Mendes), 66 anos.  
Hoje, é coordenador regional da FETRAECE do Sertão Central.*

*O avanço do movimento sindical passa essencialmente pelas ações pastorais e pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Dois exemplos desse engajamento político, estimulado pela igreja, são a Suzete, na região serrana da Ibiapaba, e o Bandeira, originário do sertão de Pentecoste.*



*Suzete*

## Uma mulher no universo masculino dos sindicatos

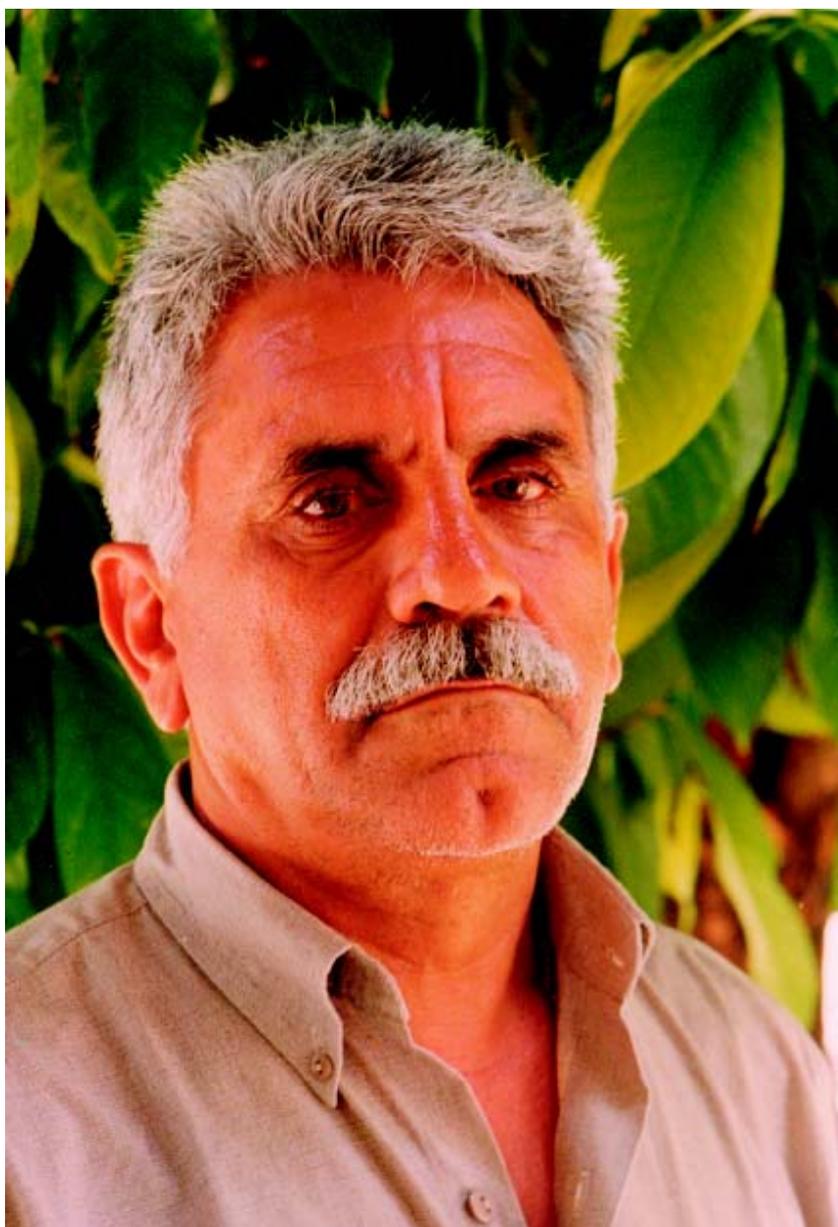
“Conheci o CETRA, em 1982, quando ele chegou em Tianguá para trabalhar na Diocese de lá. Eles faziam acompanhamento e assessoria ao movimento e ao sindicato dos trabalhadores rurais. Dizendo para a gente sobre as leis trabalhistas, que ainda eram muito devagar. Um acompanhamento também à organização das mulheres. E a questão mesmo da reforma agrária.

Nesta época, eu trabalhava no sindicato. Uma das coisas que foi uma conquista foi tomar da mão dos patrões o sindicato. Nesta época, o presidente do sindicato era um patrão. E eles contribuíram para que os trabalhadores fizessem uma chapa de oposição e ganhasse o sindicato que até hoje está nas mãos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O CETRA, em parceria com o sindicato, realizou muitas conquistas naquela região. A primeira foi a das desapropriações. Eu sou de uma área de assentamento, o do Valparaíso, e na época, nossa situação era ruim. Não só da nossa comunidade, mas de outras também, como Buriti, em Ubajara, e São José do Carrasco, em Viçosa. Uma vitória foi esta, a de ganharmos várias questões nos conflitos com os patrões e trabalhadores. A outra é a do sindicato que passou para as nossas mãos, dos trabalhadores. E também na organização das mulheres que passou de ser de simples pastoral para ser criado um movimento, um grupo organizado. Inclusive, participando do sindicato.

No começo da década de 80, o grupo de mulheres foi criado. Mais ou menos 20 mulheres. Hoje, são muitas. Nós estamos divididas em umas 17 delegacias sindicais. E cada delegacia tem um grupo de mulher, que hoje chamamos de coletivo de mulheres trabalhadoras rurais. E ainda tem a organização que não era contemplada no sindicato e, hoje, é estatutária. Para nós, as mulheres, foi o maior avanço.”

*Antonia Suzete de Olivindo Silva, 58 anos, sindicalista  
Foi presidente do sindicato de Tianguá. Hoje, é coordenadora regional  
de mulheres trabalhadores rurais da região de Sobral.*



*Antônio Bandeira*

## Só uma parte da história está escrita

“Vou começar falando do sindicato que eu comecei. O sindicato de Pentecoste foi criado em 1971. Eu me associei ao sindicato em 1972. Eu ainda era muito jovem. E, na época, os jovens não queriam assumir ser trabalhador rural e se associar a sindicato era coisa de velho. Apesar de hoje ainda existir isso. Na época era mais forte. O sindicato foi criado na época que houve a história da aposentadoria rural. Confundi-se muito sindicato com aposentadoria. Bom, aí, logo assumi a delegacia sindical na minha região, que era Serrota. E passei por todo um processo dentro do sindicato.

Houve eleições do ano de 1976. E estas eleições foram anuladas. Na época, eu era delegado sindical. Quando foi anulada as eleições, eu fui chamado para assumir. Viemos para o sindicato como interventores. Quando assumimos, em 1977, fizemos nova eleição e eu fui eleito. Fui presidente dois mandatos depois. Me afastei, assumi a cooperativa em Pentecoste, fiquei até 1984, depois voltei para o sindicato e depois vim para Fortaleza para trabalhar na FETRAECE. Sempre estou participando do movimento sindical, mas não perco mesmo o vínculo com a horta, com a terra.

Na época do conflito em Monte Castelo, os conflitos em Pentecoste já se fortaleciam também. Por conta da relação do padre Moacir e do Zé Maria com o Pinheiro, e ao lado disso eu integrei o movimento das CEBs, onde fui coordenador durante três anos, conheci o trabalho do Dr. Pinheiro. Sendo assim, mesmo sem muito dinheiro, ele foi chamado para trabalhar com o Sindicato de Pentecoste. O Pinheiro foi o primeiro advogado que assumiu a causa dos trabalhadores rurais que a gente conhece. E que pegou conflitos famosos como Monte Castelo, Maceió.

Depois, eu participei das primeiras idéias de criação do CETRA. Desde aquela época e ainda hoje, historicamente, é uma entidade muito respeitada. Seu passado histórico, dentro de mim, dentro de nós, nesta

caminhada do movimento sindical, é muito forte. Depois que se criou deu acompanhamento às nossas organizações, como os sindicatos. Tivemos muita assessoria jurídica, apoio nas eleições sindicais para nos afirmar como oposição sindical. Quando eu vim para a FETRAECE, nós fizemos o primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Ceará, em 1986. Foi a partir dali que nos afirmamos como oposição sindical com uma proposta diferente para a Federação. E essa é só uma parte da nossa história, porque o resto estamos escrevendo agora.”

*Antônio Soares Guimarães (Antônio Bandeira), 54 anos, sindicalista  
Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pentecoste.  
Hoje, está na diretoria da FETRAECE.*

## Se “papocavam” novos casos, precisava “papocar” novos advogados

“Quando eu estive no sindicato de Quixadá e perguntei: ‘Por que vocês não arranjam advogado para defender os trabalhadores?’ Eu me lembro que o Barreira e o João Ventura me responderam: ‘Porque não existe advogado que queira trabalhar em sindicato’. Pois, eu respondi: ‘A partir de hoje, vocês têm advogado para trabalhar em sindicato’. E não só eles, mas outros também ouviram esta frase. E foi aí que começamos a ficar sufocados”, lembra-se Pinheiro.

Era 1982. O CETRA havia assumido prestar assessoria jurídica a vários sindicatos de trabalhadores rurais por todo o Estado. Vários municípios pelo Ceará. E, nesta época, só Antônio Pinheiro e o Eduardo Freire trabalhavam nas questões que envolviam conflitos de terra. O enorme crescimento da demanda de solicitações exige que, em 1983, ocorresse a primeira ampliação da equipe técnica, com a contratação de mais um advogado e três estagiários, acadêmicos do curso de Direito.

“Foi quando nós fomos à Faculdade solicitar, ao Centro Acadêmico, estudantes de Direito que tivessem um interesse para com os trabalhadores rurais, pois estávamos com dificuldades com tantos casos papocando por aí, em todo o Estado. Resolvemos fazer uma espécie de exposição para os alunos sobre a necessidade de ter advogado para o campo, porque nesta época ainda não existia a cadeira de Direito Agrário. Deste encontro conseguimos sensibilizar alguns alunos que passaram a viajar conosco e até sozinhos para vários municípios. Passaram por aqui, mais ou menos, uns 30 advogados ou estagiários que se tornariam advogados durante o tempo que permaneceram no CETRA. E com muito serviço, porque eram muitas ações. Eu e o Eduardo íamos mais para as audiências ou quando o conflito era muito grande”, conta Pinheiro.

Dez anos depois da primeira ampliação da equipe de advogados, com os novos rumos que a instituição pretende seguir, o CETRA resolve se desvincular da área de assessoria jurídica. Em 1992, portanto, forma-

se uma cooperativa com seis advogados que tinham passado pela ONG. “Era um momento em que o CETRA precisava deixar de ser visto apenas como um grupo de advogados. Mas, demos todo o apoio à criação da cooperativa. Tanto que, nos primeiros meses de vida da cooperativa, continuamos pagando alguns advogados, porque eles estavam trabalhando diretamente com questões ligadas ao CETRA. E demos todo tipo de estrutura para eles trabalharem. Montamos uma biblioteca, fornecemos máquinas, cadeiras”, comenta Pinheiro. Devido ao novo contexto no campo, a cooperativa se desfez e apenas dois advogados continuam prestando assessoria a trabalhadores rurais de regiões com acompanhamento do CETRA.



*A escassez de advogados dispostos a enfrentar o desafio de defender agricultores e agricultoras que sofriam exploração no campo levou o CETRA a incentivar estudantes da Faculdade de Direito e advogados recém-formados a se engajarem na luta.*





*Magnólia Azevedo*

## Aprendendo a advogar na marra

“A minha relação com o CETRA começou desde que eu me formei em Direito, em 78. Na própria faculdade, havia um grupo de estudantes discutindo a questão da conjuntura agrária e agrícola, e a gente achava que deveria ter uma cadeira de Direito Agrário, na Faculdade. Com esta mobilização para ter essa cadeira, a gente começou a entender melhor as lutas no campo.

Foi uma luta enorme para conseguir que esta cadeira passasse a fazer parte do currículo. Ganhamos, mas não como uma disciplina obrigatória. E como não era obrigatória, a gente fazia de tudo para mobilizar as pessoas em função desta cadeira. Então, a gente levou vários debates importantes sobre a questão agrícola e agrária. Naquela época, mais agrária do que agrícola porque era um momento de ebulição de lutas no campo. Estavam acontecendo muitos conflitos de terra. Conflitos pesados. E nós estudantes começamos a nos envolver no acompanhamento desta luta.

E eu comecei a definir melhor a minha opção, do que eu iria fazer quando me formasse. E vi que o que eu gostava mesmo era de Direito Agrário. Eu queria ser advogada de trabalhadores rurais. Então, quando eu me formei, e eu já sabia quem atuava neste campo por conta de todo o debate na Faculdade, e por estar acompanhando as notícias das lutas pela imprensa, então, eu fui atrás de quem eu sabia que tinha um compromisso com os trabalhadores e esta pessoa era o Pinheiro.

Então, cheguei para o Pinheiro e disse que queria começar a advogar em sindicatos. Pedi que ele me ajudasse. Tivemos uma longa conversa e ele me perguntou por que eu tinha este interesse, eu expliquei tudo e ele me disse: ‘tudo bem, quando eu for fazer a próxima viagem, eu levo você. Eu tenho um sindicato aqui perto, levo você lá. Você fica comigo, vê como eu atendo, quais são as questões dos trabalhadores, tudo para você se familiarizar. Então, eu passo um tempo indo com você. E quando eu vir que você já dá para segurar sozinha, a gente conversa com a

diretoria e você assume este sindicato, porque eu tenho vários outros sindicatos. Combinado?`. Eu topei.

Era o sindicato de Pentecoste. Já, no primeiro dia, teve atendimento. E atendimento no sindicato é assim: o advogado chega e tem uma fila para ser atendida. E aí ele chegou, sentou, me apresentou para a diretoria do sindicato, e eu fiquei sentada ali perto. E aí ele começou. Atendeu um, atendeu dois e, já neste segundo, ele me disse: ‘Magnólia, tu fica aí um pedacinho que eu já venho já’. Neste “venho já”, ele não voltou mais. Isto era de manhã, ele voltou no final da tarde. Eu fui esperando, o pessoal esperando, e nada do Pinheiro voltar. E como eu vi que ele não voltava, eu pensei assim “tem que atender”. Ele já me apresentou mesmo como advogada. E eu comecei. No primeiro momento, me deu um pavor porque eu vi que eu não sabia de nada. E o pavor era de que os trabalhadores e as trabalhadoras soubessem que eu não sabia de nada. Depois, eu vi que não precisava mentir para eles. O que eu sabia, eu dizia. O que eu não sabia, eu prometia que ia anotar e depois daria uma resposta. E passei o dia inteiro atendendo os trabalhadores. E quando o Pinheiro chegou, eu só faltei matá-lo. E ele morreu de rir. É claro que ele nunca me disse que tinha feito de propósito, mas eu sei que ele fez. Foi a forma como eu aprendi a advogar.

Para mim, foi a forma mais educativa que uma pessoa podia ingressar a outra no mercado de trabalho. Primeiro, porque ele confiou no meu compromisso com os trabalhadores e eu tenho a impressão de que isto foi a questão mais importante, mesmo porque ele não sabia o que eu sabia. Eu tinha acabado de me formar. Ele sabia que eu tinha alguns estágios, mas ele também sabia que quem se forma não sabe quase nada (risos). O fato de eu estar querendo fazer aquele trabalho que nem todo mundo queria, naquela época, acho que foi decisivo para ele tomar esta atitude.

Depois deste meu começo, eu passei um tempo no Sindicato de Pentecoste. E, depois, peguei outros sindicatos na serra de Baturité. Mas nunca deixei de discutir com ele. Toda a ação, eu discutia com ele. E não só com ele, mas com outros os advogados que tinham se juntado a ele naquela época.

Depois, eu casei e fui morar na serra da Ibiapaba. Foi algo importante porque ele foi lá me chamar para eu assessorar os dois sindicatos que tinham os maiores problemas de terra neste Estado, que eram Quixadá e Quixeramobim; isto acho que era 1982. Aí, eu voltei e fiquei em Quixadá

e Quixeramobim. E nós pegamos grandes conflitos, principalmente, da renda de meia. Depois, a luta contra o despejo, pedidos de reintegração de posse. Este conflito do Monte Castelo, a gente acompanhou. A primeira ocupação de terra com o MST, a gente acompanhou, que hoje é o Assentamento 25 de Maio, em Madalena. E uma questão enorme com o DNOCS. Lá eu fiquei uns dois anos.

Mais tarde, eu fui convidada para montar um projeto de assessoria sindical no ESPLAR, que não era de assessoria jurídica. Então, eu fui saindo da advocacia de trabalhadores. Eu tinha passado quase 13 anos advogando para trabalhadores rurais. E cansei, queria fazer outra coisa na vida. E comecei com o trabalho de formação sindical e política. Algo que já me encantava e começou a ficar mais forte depois destes trabalhos na luta do campo, de ver as dificuldades destes trabalhadores rurais se firmarem como sujeitos políticos. Então, eu vi que podia dar um outro tipo de contribuição. E, desde então, eu estou no ESPLAR. Mas, eu sei que o que eu aprendi, na época, foi com ele. O Pinheiro e o trabalho junto ao CETRA foram os meus grandes professores.”

*Magnólia Azevedo Said, 49 anos, advogada.  
Hoje, é assessora do movimento sindical dentro da ONG ESPLAR,  
um centro de pesquisa, planejamento e assessoria rural.*



*João Alfredo*

## Uma das primeiras "crias" do CETRA

“Eu era estudante da Faculdade de Direito e fazia parte do Centro Acadêmico Clóvis Bevilácqua, isto era 1979, 1980. Quando eu tive contato, através dos trabalhos com a igreja de Aratuba, com o trabalho de assessoria jurídica que estavam prestando o Pinheiro e o Eduardo na comunidade de base daquela região. Para mim, foi um momento de contribuição na minha visão como advogado. Era uma época em que o Direito era um direito da ditadura militar. Meus colegas que estavam se formando não viam muito sentido no trabalho como advogado. Foi conhecendo o trabalho do CETRA que eu vi que meu caminho era aquele, de uma advocacia popular, voltada para os trabalhadores. Procurando ali o que chamam, hoje, de uso alternativo do Direito. E foi um momento em que a gente tentava encontrar uma brecha para a legalização agrária, principalmente, em relação ao Estatuto da Terra.

Nós ajudamos a formar a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais do Ceará. Nesta época, eu era ainda estudante, mas tive uma participação ativa neste movimento. Era um momento muito rico porque em 1979 completavam-se 15 anos do Estatuto da Terra. Lembro de uma grande manifestação em Quixeramobim. Este final de 1970 e começo de 1980 coincide também com as greves operárias no ABC, a retomada do movimento estudantil, a construção da UNE, a fundação do PT. Foi um momento de muita efervescência política. E a história das lutas no campo, a reforma agrária.

Acho que fui um dos primeiros de uma série de advogados voltados para os trabalhadores rurais. Crias do CETRA. Um grupo que militava em torno do CETRA, deste trabalho das pastorais, acabou caindo para a advocacia sindical rural. Eu comecei ainda como estagiário no sindicato de Pentecoste, junto com a Magnólia. Depois fui trabalhar com os sindicatos da região da Ibiapaba. Isso já formado, já advogando. Fui para a Ibiapina, também com a Magnólia, advogar junto com as dioceses daquela região.

Quando eu era estudante, eu acompanhava muito o trabalho do Pinheiro no atendimento. Ele entrando nas comunidades, no sindicato. Aquele jeito dele de ouvir bem o pessoal da comunidade e já tomar decisões após a reunião. Foi algo que me marcou muito. Além disso, a gente tinha reuniões de encaminhamento, das nossas questões, das nossas atuações.

Por conta deste trabalho, criamos um processo muito interessante. A gente não atendia atrás de um birô, em uma sala fechada, individualmente. A gente fazia atendimento em um salão, geralmente da paróquia. Era um debate coletivo, envolvendo aquele conflito em si, tanto com o sindicato, como com os próprios trabalhadores. E isto a gente fazia nas audiências. Quando tinha uma audiência, a gente voltava para o sindicato e fazia um balanço daquele trabalho e dos próximos passos a serem tomados. Isso acabava fazendo que vários trabalhadores estivessem em processo de educação do processo sindical, político, em relação ao estatuto. E de compreensão desta realidade.

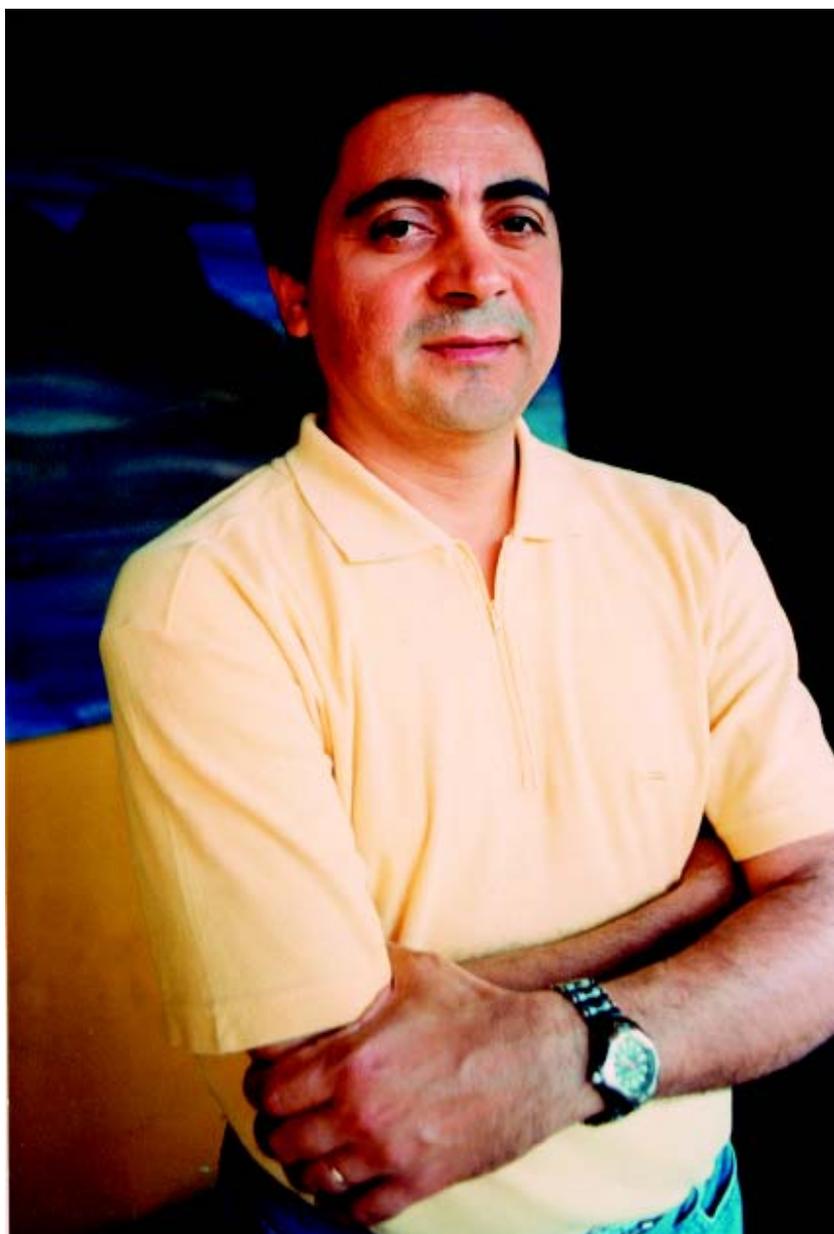
Foi um aprendizado muito grande. Acompanhei lutas históricas como a luta do pessoal do Monte Castelo, em Quixadá. Como a lutas de Itapipoca, a desapropriação da fazenda Maceió, os sindicatos daquela região, a luta do Trairi. Talvez o mais difícil conflito que enfrentei tenha sido em Tianguá, em 1986, que me rendeu uma ameaça de morte de um proprietário de terra.

Eu costumo pensar que eu tive três grandes fases que me levaram à atuação política. Uma foi o trabalho dentro da igreja, dentro das pastorais da juventude, de grupo de jovens. Eu continuei com esta ligação da pastoral da terra, com o trabalho da igreja popular. A outra fase foi o movimento estudantil que, para mim, foi uma lição de mundo ideológica, até mesmo política, por ser na época dos acontecimentos contra o regime militar, da reconstrução do movimento estudantil, das leituras marxistas que eu fazia. E terceiro foi justamente a advocacia sindical e popular, junto ao CETRA, onde atuei de 1981 até 1986, advogando para os sindicatos. Eu considero que o trabalho com o Pinheiro foi fundamental até para a minha formação da minha visão de mundo e de trabalho. E estas três fases são responsáveis pela minha formação como político.”

*João Alfredo, 43 anos, advogado.*

*Foi deputado estadual por três legislaturas e, hoje, é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).*

*Mesmo tendo deslocado o foco de atuação, de assessoria jurídica para entidade de desenvolvimento rural, o CETRA vem contando, geração após geração, com advogados empenhados no propósito de inclusão, emancipação e transformação social.*



*Ilário Marques*

## Da advocacia para a política

“Foi iniciado um trabalho de contato com a cidadania e que me levou a um engajamento e uma militância política a partir do nosso envolvimento com o movimento estudantil. Isso era 1979, 1980. O País estava vivendo um processo de democratização e o movimento estudantil estava sendo constituído no País inteiro. Aqui, na Universidade Federal do Ceará (UFC), um grupo de alunos tomou a iniciativa de reabrir o Centro Acadêmico Clóvis Bevilácqua, da Faculdade de Direito, com uma visão, na época, um pouco diferente do conjunto da militância estudantil. Nós nos esforçamos para fazer com que a nossa militância estudantil tivesse alguma ligação com o mundo dos trabalhadores. No caso, se apontou como mais viável foi com os trabalhadores rurais, a partir da chamada oposição sindical, que estava sendo encaminhada pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela entidade, recentemente criada, que era o CETRA.

Então, a partir desta ponte do CETRA com o Centro Acadêmico e o Movimento Sindical, houve um grande engajamento de vários militantes que resultou na constituição de uma das bandeiras estudantis: a cadeira de Direito Agrário. E nós conseguimos. Era opcional, mas a partir daí vários alunos que passaram por esta experiência se engajaram no movimento sindical como advogados de trabalhadores rurais. E, aqui no Ceará, começou a ser um dos Estados onde mais cresceu o movimento pela reforma agrária. Isto antes de surgir o MST.

Na região da qual eu sou natural, município do qual inclusive, hoje, sou prefeito pela segunda vez, sempre teve uma tradição muito grande pela luta democrática, pela luta dos trabalhadores. Então, o município de Quixadá tinha uma grande questão agrária, que era a questão da Fazenda Monte Castelo. Eu participei, inicialmente, desta luta como estagiário, através do CETRA. Foi meu primeiro engajamento com

o movimento dos trabalhadores rurais. No Monte Castelo, o conflito já vinha se arrastando há alguns anos, mas cheguei a ir até o final do conflito. Depois segui para outros conflitos em Pentecoste e em Quixadá, novamente. Depois, advoguei para Redenção.

Pelo CETRA, eu advoguei até 1986. E foi uma época em que a entidade cresceu mais ainda a sua abrangência nesta questão da oposição sindical, porque vários sindicatos foram se tornando autênticos e que, até então, estavam dominados pela prática pelega. O CETRA foi importante na definição do movimento sindical combativo. E também era a única possibilidade dos sindicais contarem com a assessoria jurídica efetivamente comprometida com a classe trabalhadora.

Em 1986, eu me elegi deputado estadual pela primeira vez. E, desde então, passei a me dedicar à carreira política, embora continuasse com ligação com os sindicatos. Depois, em 1990, quando cumpri o mandato e não fui reeleito, eu voltei a advogar para o sindicato de Redenção, mas não mais através do CETRA, e, em Quixadá, fiquei assessorando a Diocese. Foi uma volta que eu tinha em mente que seria momentânea, porque eu já tinha o projeto da Prefeitura de Quixadá.

Posso dizer que, quando conheci o Pinheiro, ele era um solitário advogado nesta questão agrária e, a partir da sua existência, politicamente, militantemente e profissionalmente, foi que surgiu a idéia e um maior envolvimento da Faculdade de Direito com o mundo agrário. A forma como Pinheiro estava trabalhando e conduzindo a causa da terra nos sensibilizou muito. Nós encontramos um ambiente bastante estimulador para o desenvolvimento da nossa formação e, ao mesmo tempo, acredito que conseguimos transformar o CETRA em um poderoso instrumento na relação de produção na questão do campo, principalmente no semi-árido, no sertão. No combate ao latifúndio. O CETRA passou a ser o ambiente que acolhia este nosso idealismo, mesmo que ainda com pouca formação. E, ao mesmo tempo, a nossa experiência bem-sucedida transformou o Cetra em uma referência. Uma ONG que era pioneira no Ceará. Alertando para estas questões das injustiças sociais no campo.

Atualmente, o que acompanho do CETRA é a sua política para a formação do trabalhador. É uma entidade que não envelheceu, foi se renovando a partir das alterações da pauta, das necessidades do traba-

lhador rural. Bastante atual dentro deste conceito de organização social, a partir de elaboração de políticas que começam como experimentos e muitas vezes se transforma em política pública.”

*Ilário Marques, 42 anos, advogado.  
Foi deputado estadual e  
hoje é prefeito pela segunda vez do Município de Quixadá,  
pelo Partido dos Trabalhadores (PT).*



*Charles Mendonça*

## Ainda na defesa dos trabalhadores rurais

“A minha opção pelo curso de Direito já tinha um pouco esta marca da defesa da causa dos trabalhadores de uma forma geral. No decorrer da minha formação estudantil e dentro dos movimentos da igreja, fui consolidando esta idéia de desenvolver um trabalho de pessoas que dentro da sociedade estavam menos favorecidas. Depois do ingresso no CETRA foi mais segmentada e confirmei que existia uma grande identidade que eu tinha em estabelecer um vínculo maior com causas de trabalhadores e, principalmente, rurais.

Eu entrei no CETRA, ano de 1991, estava próximo de concluir o curso de Direito. Através do CETRA, houve uma indicação para trabalhar no Sindicato dos Empregados do Comércio, em Fortaleza mesmo. Passei um período como estagiário, lidando com as questões dos trabalhadores urbanos. Posteriormente, havia um interesse meu por vivenciar uma experiência no campo. Logo que senti uma oportunidade, me integrei à equipe de advogados do CETRA voltada ao acompanhamento de trabalhadores rurais. Eu passei a assumir um trabalho em duas regiões: na região do Sertão Central, mais especificamente em Senador Pompeu, compreendendo alguns municípios adjacentes, e também, ao mesmo tempo, na região de Itapipoca, compreendendo diversos municípios, como Itarema, Amontada, Itapajé, Irauçuba.

Havia uma carência muito grande, particularmente, na área dos servidores municipais. Na minha época, eles estavam em processo de organização, e precisavam de um outro tipo de assessoria jurídica, diferente da época dos conflitos. Nós acompanhamos, por exemplo, a formação de vários sindicatos na região. Tivemos que agilizar várias ações na Justiça. Porque grande parte destes servidores não tinham seus direitos resguardados. Na região de Senador Pompeu, por exemplo, obtivemos algumas conquistas que trouxeram reflexo para outros municípios. Como no caso de transferências ilegais que ocorriam por parte dos prefeitos,

que afastavam alguns servidores do seu local de trabalho, transferindo para localidades bem distantes, no sentido de intimidar algumas lideranças que surgiam.

Vim acompanhando também o trabalho desenvolvido pelo CETRA nas áreas que tiveram grandes conflitos como o assentamento Maceió, o Escalvado e a Lagoa do Mineiro. E que, agora, estavam em processo de organização. O interessante é que o método que aprendi no CETRA faz com que as pessoas passam a ter um envolvimento maior na causa, de se reconhecerem como agentes ativos desta causa.

Saí do CETRA, no final de 1994. Formamos um novo escritório autônomo, com seis advogados que saíram daqui. Era a Cooperativa de Advocacia e passamos, por um período de dois anos, tendo uma vinculação direta no sentido de assessorar o mesmo trabalho desenvolvido aqui no Cetra. E, mesmo depois, nós ainda continuamos tendo algum tipo de contato porque nós continuamos trabalhando na região de Itapipoca, por exemplo, dando assessoria a sindicatos de trabalhadores rurais.

Não existe mais a cooperativa. Hoje, quem continua dando acompanhamento a este trabalho no campo somos eu e o João Accioly. E não só na área sindical, mas com outras entidades que atuam nessa região com a temática da defesa e do interesse dos trabalhadores rurais.”

*Charles Maia Mendonça, 37 anos, advogado.*

## A democratização da terra

Passaram-se 20 anos da criação do Estatuto da Terra. Em vez da promessa de “divisão das propriedades”, o capitalismo – impulsionado pelo regime militar – promoveu a chamada modernização do latifúndio por meio do crédito rural. Como aliado, um forte estímulo à monocultura, como a da soja, para gerar grandes excedentes exportáveis. Nesse período, a economia brasileira crescia com vigor; era o tempo do “milagre brasileiro”, urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem ter que democratizar a posse da terra. O projeto da reforma agrária parecia esquecido.

Por outro lado, as inúmeras desapropriações conseguidas fortalecia novos trabalhadores na sua decisão de lutar pela conquista da posse da terra. O que parecia dormente, em 1985, fortalece-se e criou-se um amplo movimento em defesa da reforma agrária. O CETRA, no Ceará, torna-se uma das principais referências deste movimento.

O ano de 1985 põe fim à ditadura militar-tecnocrática, substituindo-a por uma democracia liberal-conservadora. A auto-intitulada “Nova República” chama para si a tarefa de realizar a “transição democrática”, prometendo resgatar a enorme “dívida social” para com a classe trabalhadora. Entre os diversos compromissos assumidos pelo governo da “Nova República”, estavam a Constituinte e a reforma agrária.

A Constituinte seria uma bandeira de lutas que a oposição à ditadura militar empunhava como o único instrumento capaz de levar o país a uma reorganização institucional. E a Reforma Agrária foi proclamada como a alternativa de solução para a crise econômica, como medida necessária para a expansão do mercado interno e estratégia de contenção do desemprego, do êxodo rural e da marginalização de quase 40 milhões de trabalhadores. No entanto, não foi o que aconteceu. Em linhas rápidas, a Constituinte foi atrelada ao Congresso Nacional, admitindo inclusive a participação dos senadores chamados de “biônicos” (nomeados pelo presidente) herdados da época da ditadura. E o “Plano

Nacional da Reforma Agrária” entregue parecia mais tímido e ineficaz do que o “Estatuto da Terra”, criado nos anos do regime militar.

Um recorte desta época, no Ceará. A Campanha Nacional da Reforma Agrária foi lançada, pela primeira vez, no Ceará, no mês de julho. Foi realizado um grande ato público, com a participação de mais de 10 mil pessoas, na Praça José de Alencar, em Fortaleza. O ato foi organizado por um conjunto de ONGs, mas o CETRA foi um dos principais responsáveis pela mobilização de milhares de trabalhadores rurais. Até aquele momento, o ato foi considerado a maior manifestação de trabalhadores rurais em todo o Ceará. No ano seguinte, foram recolhidas um milhão de assinaturas em favor do projeto-de-lei de iniciativa popular que propunha um modelo de reforma agrária compatível com os interesses dos movimentos sociais do campo e contraposto ao Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado pelo Governo Federal.

Enquanto se esperava uma decisão, recolhia-se o fruto do trabalho iniciado pelo CETRA na questão da terra. Em um levantamento feito em um dos relatórios anuais da entidade, constatou-se que cerca de 45% das desapropriações do Ceará foram acompanhadas pelo CETRA. Praticamente a metade. “Na época, a gente nem dava conta disso. Bem dizer fomos dar conta quando chega, ao Ceará, o Movimento dos Sem-Terra, quando resolvemos fazer um levantamento das áreas de conflitos e dos assentamentos que foram desapropriados ou estavam em processo de desapropriação pelo INCRA ou pelo IDACE”, comenta Pinheiro.

Isso sem contar algumas áreas que o CETRA iniciou o processo de desapropriação, mas a conjuntura – como outras organizações iniciando um trabalho - fez com que eles saíssem de determinadas localidades. Caso da região de Senador Pompeu e de algumas comunidades de Itapipoca.

Dois anos depois da campanha, que teve ampla adesão de massa em todo País, o desfecho era desfavorável à luta por conta da conclusão da nova Constituição, em 1988, sem a aprovação da reforma agrária. Deu-se um início de refluxo na luta pela terra. A derrota da proposta de reforma agrária apresentada pelos trabalhadores e inúmeras organizações significou também o fortalecimento dos proprietários e da chamada União Democrática Ruralista (UDR), uma organização nacional protagonizada, especialmente, pelos pecuaristas, criada como *lobby* político e como milícia privada em torno do objetivo de impedir a reforma agrária.



*A conversa com a professora Mônica Martins trouxe à memória alguns ícones da resistência da luta pela terra, como é o caso do Caldeirão, do Beato José Lourenço, e da Fazenda Japuara, em Canindé, onde muitas vidas tombaram pelo ideal de uma vida digna no campo.*





*Mônica Martins*

## A reforma agrária no Ceará

“A história da luta pela terra no Ceará remonta ao início do século XX. Caldeirão é um exemplo e constitui, ainda hoje, um símbolo da resistência do trabalhador rural à violência permanente de uma sociedade baseada na extrema concentração da propriedade fundiária e na desigual distribuição das riquezas.

Outra experiência significativa é a da fazenda Japuara, localizada em Canindé, município brasileiro com o maior número de áreas reformadas no Ceará. Japuara foi o primeiro imóvel a ser desapropriado no Estado, sete anos após a promulgação do Estatuto da Terra, durante a fase mais repressiva da ditadura militar. No conflito, morreram cinco pessoas.

A conquista da terra tem resultado de mobilizações de massa da classe trabalhadora, apoiada pela igreja, sindicatos, MST, ONG's, partidos políticos de oposição, movimentos e entidades comprometidas com as transformações sociais.

No período do PROTERRA (1971/85), a reforma agrária tinha como principal instrumento a compra e venda de terra. Com o Plano Nacional da Reforma Agrária (1985), o governo priorizou as desapropriações por interesse social e a política de assentamento. Esta preconizava a integração das instâncias federal, estadual e municipal, bem como a participação dos assentados. Para viabilizar os assentamentos, seria necessária a mobilização de recursos técnicos e financeiros, a fim de criar uma base produtiva sólida, elevar o nível de renda e melhorar a qualidade de vida das famílias. O Programa Emergencial de Reforma Agrária (1993) reafirmou os pressupostos da política de assentamento e a desapropriação por interesse social, como o principal instrumento para a obtenção de recursos fundiários.

Em 1995, o governo do Ceará acatou a proposta de “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial, denominada de “reforma agrária

solidária”. O acordo, mediado pela administração federal, visava a incentivar os agricultores a negociarem a terra com os proprietários. Associações e sindicatos foram envolvidos para garantir o pagamento do débito contraído por seus membros. A experiência no Ceará foi ampliada e, nos anos seguintes, o governo federal criou diversos programas (Cédula da Terra, Banco da Terra, Pronaf, Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza), prosseguindo em seu propósito, e das instituições internacionais, de privatizar a reforma agrária.

Este modelo de reforma agrária revela-se coerente com outras ações do atual governo neoliberal, tais como: redução do gasto público, descentralização dos serviços para estados e municípios, transferência de responsabilidades para o setor privado e organizações da sociedade civil, concentração de recursos pela União.

Dados de 2001 (INCRA e IDACE) indicavam a existência no Ceará de 319 assentamentos, ocupando uma área de 697.736 ha., com um total de 20.683 famílias assentadas; famílias que, em sua maioria, já residiam na terra desapropriada ou nela tinham nascido. As procedentes de outras regiões ou municípios, via de regra, realizaram ocupações massivas de terra, como estratégia de luta para pressionar o governo a implementar a reforma agrária.

Segundo o I Censo da Reforma Agrária (INCRA, 1997), o Nordeste tem 52,4% dos assentados originários do próprio imóvel, onde sempre viveram e trabalharam, destacando-se das demais regiões do País.

Dentre as principais atividades desenvolvidas nos assentamentos destacam-se: a pecuária (bovinos, caprinos, ovinos), a produção de grãos (feijão e milho) e de matéria-prima (mandioca, algodão). Em algumas áreas, as famílias dedicam-se à pesca (pescado, lagosta, camarão) e à fruticultura (coco, caju). Embora em menor escala, encontra-se a agroindústria (laticínios, castanha-de-caju, rapadura, farinha/goma/raspa de mandioca, doces), a apicultura, o artesanato, o extrativismo (carnaúba, carvão, algas marinhas), a mineração e o turismo rural.

São muitos os fatores externos (políticas públicas, condições ambientais) e internos (história, práticas de cooperação, organização territorial) que interferem nos assentamentos, tornando a realidade variada. Ainda assim, predomina o sistema misto de organização do processo produtivo. Embora no Brasil apenas 8% dos beneficiários da reforma agrária adotem tal sistema, o Ceará sobressai no contexto nacional, com

o, percentual mais elevado de famílias que trabalham parte em uma área familiar e parte em uma área comum: 71,5% (INCRA,1997).

No que pese às centenas de lutas pela terra ocorridas entre 1986 e 2001 (445 conflitos envolvendo 119 mil pessoas) e, conseqüentemente, as intervenções do Estado no campo fundiário, persiste a concentração da propriedade privada da terra. Em 1995, dos 340 mil estabelecimentos rurais, 72,3% eram menores de 10 ha., ocupando apenas 7% da área; enquanto, os maiores de 1.000 ha. representavam 0,2% e detinham 19,3% das terras. O índice de Gini, no período de 1980 a 1995, cresce de 0,728 para 0,808,

A injusta distribuição da terra no Ceará, como no Brasil, está historicamente associada a graves problemas: o desenvolvimento econômico, a desigualdade regional e social, a pobreza e a fome no campo, o domínio político, o permanente clima de violência... A sociedade exige, portanto, uma reforma agrária integral que, transformando as estruturas produtivas e de poder, assegure o aumento da produção de alimentos, a distribuição de renda e a democratização das relações políticas.”

*Mônica Dias Martins, 54 anos, é sócia do CETRA  
É doutora em Ciência Política e professora da Universidade Estadual do Ceará.*

## A organização popular

Da metade dos anos 80 para o início dos 90, o movimento popular tem tido significativo crescimento organizativo, principalmente no movimento sindical urbano e rural. Crescimento este praticamente exclusivo da articulação das próprias centrais sindicais e apoiadas por organizações não governamentais de assistência, assessoria e educação popular

É neste cenário que se constatou um intenso processo de emergência de novos atores sociais. O novo sindicalismo, por exemplo, surgido das greves do ABC paulista, e que resultou na construção e consolidação da Central Única dos Trabalhadores - uma central sindical independente e que, em pouco tempo, conquistou milhares de filiados em todo o País. A experiência das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) e a “opção preferencial pelos pobres”, adotada pelos bispos latino-americanos em Puebla (México, 1979) resultaram em uma Igreja Católica, naquela época, mais comprometida com a organização das “classes populares” em defesa de sua cidadania. O que faz surgir organizações pastorais como a Comissão Pastoral da Terra (a CPT). E com a decepção frente ao Plano Nacional da Reforma Agrária, organizado pelo governo, surgem entidades responsáveis por ocupações de terra em todo o País, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (o MST).

No Ceará, a realidade não era diferente. E o CETRA foi responsável pela criação da facção regional de várias destas novas entidades de organização do movimento popular. “Sempre estivemos envolvidos com os movimentos populares. Da JOC à criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), não seria diferente neste momento. O PT e a CUT foram criados no bojo do trabalho que estávamos desenvolvendo com o movimento sindical. Antes do CETRA não tinha nada no Ceará, nem CPT não tinha. No meio rural, tinha algum padre aqui e acolá comprometido com os trabalhadores. Lembro que nós fomos o primeiro fiador da CUT, para fosse instalada uma sede aqui no Ceará. A sede era ali na

Pedro Pereira. Era de se entender esta nossa participação na criação da entidade aqui porque, em seu primeiro momento, o CETRA prestou assessoria a ferroviários, metalúrgicos, jornalheiros... Quanto ao PT, nós subimos muito a serra de Aratuba, de noite, com lamparina, para fazer filiação do partido. Naquela época, para o partido se viabilizar, era preciso ter 29 municípios com diretório. Nós filiamos muita gente. E também para viabilizar o partido, eu precisei ser candidato a deputado estadual. Porque era preciso ter um candidato. E fui um dos deputados mais votados. Depois, dois advogados que faziam parte do quadro do CETRA também se elegeram pelo partido, que eram os advogados João Alfredo e Hilário Marques. Fora as lideranças sindicais e dos assentamentos que também se elegeram em suas comunidades. Além disso, o CETRA passa a ter vínculos com entidades de Direitos Humanos e com outros partidos comprometidos com a classe popular. Era um momento de unir forças”, explica Pinheiro.

Já o MST só vem se instalar no Ceará, em 1989, quando realizou a primeira ocupação, na Fazenda São Joaquim, em Madalena. Nesta época, os conflitos existiam ainda em torno de 300 comunidades no Ceará. “Foi, exatamente, o período em que nos distanciávamos da luta pela terra. Estávamos já trabalhando pela luta na terra, pela sobrevivência nela. Época em que a luta estava sendo resolvida na região onde mais estávamos trabalhando, naquele momento, que era a região de Itapipoca. Vale ressaltar que o MST tinha uma característica de trabalho diferente da que adotamos. Eles desapropriam através das ocupações. E nós, no entanto, lutávamos pela terra onde existia trabalhador morando. Nós nunca pregamos as ocupações. Na constituição interna do CETRA, que fora registrada, tinha um item que dizia para não pregar a invasão de uma propriedade, que para nós era um crime. Não é que nós sejamos contra, mas sempre atuamos com os moradores da terra. Todas as nossas desapropriações foram feitas por moradores”, explica Pinheiro.

## Novos rumos

O final dos anos 80 é marcado por uma mudança de postura dentro do CETRA. Apesar do refluxo nas lutas pela terra, a organização prosseguiu seu trabalho com as atividades já “tradicionais” de assessoria jurídica e de formação e fortalecimento do movimento sindical no campo. Surgiam, porém, novos programas como os de cidadania, acompanhamento de organizações e elaboração de projetos. A nova intervenção abrange trabalhadores rurais das áreas de conflito, assentados da reforma agrária, pequenos produtores rurais, mulheres, índios, ou ainda moradores atingidos por barragens.

Era o momento também que o CETRA recebe da agência de cooperação Broederlijk Delen (uma campanha de quaresma da comunidade Flamengo da Bélgica) a proposta de gerenciar um “Fundo Delegado” para pequenos projetos na zona rural. Já no início da administração deste fundo, foram atendidos mais de 10 pequenos projetos, incluindo iniciativas de geração de renda, de formação política e sindical ou ainda de organização comunitária. Alguns destes projetos ligados à irrigação e ao desenvolvimento rural foram vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC).

Tomando em consideração esta significativa ampliação das formas de atuação do CETRA, foi adotado um novo padrão organizativo dentro da própria instituição, onde esta se dividia em vários departamentos, como o jurídico, o de formação e o de documentação e informação. Nesta época, somavam-se mais de 20 profissionais atuando dentro da organização.

Só que, às vésperas da entrada da década de 90, o CETRA vê-se diante da crise vivida na cooperação internacional agravada pelos resultados da política recessiva aplicada pelo governo brasileiro. Sendo assim, não suporta a manutenção desta estrutura e nem de um espectro tão amplo de atividades. É o momento em que o CETRA fortalece sua convicção de que era preciso reavaliar a identidade da organização e suas prioridades de trabalho.

Durante muito tempo, o CETRA valorizou a extensão geográfica do alcance de seu trabalho de assessoria. Começou a constatar que havia a “sobreposição” de várias ONGs realizando trabalhos similares nas mesmas regiões onde atuava. Portanto, o primeiro passo para os novos rumos que a instituição pretendia foi o de estabelecer um diálogo com estas organizações de forma a trabalharem com uma cooperação mútua.

Outra mudança importante foi em relação à concepção de relacionamento entre o CETRA e o Estado. Durante o período do regime militar, não só o CETRA mas todas as organizações, sempre tiveram uma atitude de recusa a qualquer iniciativa do Estado. Uma vez que considerava o governo como ilegítimo e antidemocrático, sem nenhum tipo de diálogo possível e nem de cooperação. No entanto, naquele momento de mudanças, o CETRA acreditava que a relação poderia ser diferente. Não se tratava de cooptar nem estimular formas de dependência, mas, de reconhecer as possibilidades de cooperação e habilitar-se no acesso aos fundos públicos; o que contribuiria até mesmo para reduzir a dependência em relação às cooperações internacionais.

Isto tudo vem ligado a uma nova constatação a de que a luta não era mais somente pela terra e sim pela luta de sobrevivência digna dentro dela. Os resultados conquistados, até aquele momento, eram relevantes, porém ainda pouco significativos. As áreas de desapropriação estavam se consolidando e foram conquistadas várias porções de terra para comunidades de trabalhadores rurais. Isto permitiu o desenvolvimento de novas formas de organização coletiva da produção, a introdução de novas culturas, a melhoria nas condições de renda ou ainda a preservação do núcleo familiar - que era constantemente ameaçado de desagregação, seja pelo êxodo rural, seja pela violência dos proprietários na luta pela terra. Entretanto, com a conquista da terra, surgiam novos problemas. As condições de habitação, saneamento, saúde e, principalmente, educação, eram precárias. Existia a terra, faltavam condições dignas para se viver nela.

Desta forma, a reforma agrária – ou a luta pela terra, em si – não era mais o “centro” das atenções do CETRA. Seu foco iria ser direcionado para o desenvolvimento regional; ou seja, no desenvolvimento das condições peculiares de vida do trabalhador rural (como, por exemplo, alternativas de superação das carências em saúde e educação ou o papel das mulheres na estrutura da organização, bem como na economia fami-

liar) e das características próprias do Nordeste brasileiro (como, por exemplo, o acesso a recursos hídricos e alternativas tecnológicas para a agricultura no semi-árido); o que incluía também o contínuo trabalho de organização dos trabalhadores para geração de emprego e renda, bem como na sua participação sociopolítica e, agora, cultural.

Um bom exemplo deste novo pensamento posto em prática é a criação de um planejamento estratégico, que tinha como missão promover o desenvolvimento solidário com base na educação política, organização socioproductiva e capacitação técnica dos trabalhadores. Uma das mudanças mais importantes era a concentração da área de atuação, priorizando o trabalho produtivo. Dentre as ações realizadas nas áreas de reforma agrária, destaca-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), com base no autodiagnóstico. Sua execução e coordenação era de responsabilidade da equipe técnica do CETRA. A redução das desigualdades de gênero e a gestão participativa eram os objetivos prioritários.

A expansão da cidadania e das conquistas democráticas precisavam, agora, se equiparar à qualidade de vida da população atingida com os novos projetos. O que se começa, em plena comemoração dos 15 anos da instituição, é um projeto de desenvolvimento regional com ações de baixo custo e de grande impacto.

Apesar de, naquele momento, ter intensificado as relações institucionais, estabelecendo convênios com novas instituições governamentais locais e estreitando laços com novas agências de cooperação internacional, além de parcerias de ação local integradas com entidades como a UNICEF, por exemplo, o CETRA se ressentia, nos últimos anos, com as dificuldades que limitam suas ações, decorrentes tanto da crise da cooperação internacional, bem como com os empecilhos na captação de recursos locais. É um novo momento de parada para traçar os próximos caminhos.

*Durante mais de duas décadas de atuação do CETRA, muita coisa mudou. E talvez o que mais tenha mudado nesse período tenha sido a forma e a intensidade da participação feminina no enfrentamento de uma condição histórica de desigualdades.*



*Maria Luiza*

## Um olhar atento sobre o CETRA

“Conheci o trabalho da equipe de Pinheiro e Margarida (depois CETRA) quando, juntamente com Pedro Jorge, Dilmar e Mirtes, pres-távamos assessoria à experiência de Desenvolvimento Comunitário em Aratuba. Ali onde a serra nos coloca mais próximos do Céu, a Teologia da Libertação desafiava os poderosos da época. Descendo a serra, chegando a Canindé e adentrado pelo Sertão Central, vivenciamos em Quixadá, na fazenda Monte Castelo, um dos momentos mais ricos da luta pela terra no Ceará. Nunca a solidariedade se fez tão concreta e o desempenho das mulheres ao lado de seus companheiros destacou de forma tão emocionante o papel de nossas guerreiras. De igual forma a atuação jurídica de Pinheiro agigantou-se na defesa dos que, fiéis ao Evangelho, interpretavam que suas ações radicais eram justas e dignas ao “tirarem os poderosos do seu trono”.

A experiência tinha um caráter messiânico na busca da terra prometida e lá estávamos na caminhada de todas as comunidades da serra e do sertão, que saindo de Aratuba varava a noite e pela madrugada chegava a Canindé com o sol anunciando o amanhecer e o povo cantando: *Quero entoar um canto novo de alegria, ao raiar aquele dia de chegada ao nosso chão, como meu povo celebrar a alvorada, minha gente libertada, lutar não foi em vão...*

A saga da busca da terra prometida teve naquele cenário um dos momentos de profunda radicalidade. E, naquele solo sagrado, o espetáculo se fez na Basílica de Canindé, em que homens, mulheres e crianças, com foices, cartazes e bandeiras entoavam: *Pai, oh Pai Nosso, quando é que este mundo será nosso ...*

Outra experiência conjunta foi na praia de Maceió, Município de Itaipoca, onde um conjunto de famílias de pescadores e agricultores levava às últimas conseqüências a resistência na luta pelo espaço para viver e trabalhar e por sua libertação.

Da serra, do sertão e da praia para a cidade, testemunhamos a solidariedade do CETRA às lutas pelos direitos humanos, seja através da assessoria aos sindicatos dos metalúrgicos, dos Sapateiros, dos Gráficos, dos Comerciantes, aos moradores da favela da Fumaça, da José Bastos, seja no caso da greve de professores/as do Estado, quando alguns mestres entraram em greve de fome na praça do Ferreira contra a proposta do governo Tasso e por um projeto que realizasse uma verdadeira revolução na educação.

O CETRA ganha espaço também na organização das mulheres trabalhadoras rurais e na marcha contra a violência, a fome e a miséria. As Margaridas, não só da região de Itapipoca, mas de outras comunidades, dão um colorido especial ao movimento feminino. No dia 8 de março, quando se protestava contra o BID, conclamamos as “Margaridas” que lotavam as galerias da Assembléia Legislativa do Ceará, quando ali estavam sendo homenageadas – “nós que aprendemos a derrubar cercas e abrir caminhos”, não podemos aceitar a ordem governamental impedir o nosso ato na Praça. Em passeata as mulheres coloriram ruas e praças de Fortaleza, quando foi possível, mais uma vez, entoar o grito de liberdade.

A luta pela emancipação das mulheres, bem como dos camponeses e trabalhadores em geral na perspectiva da posse da terra, dos direitos humanos e da libertação, nas quais com o CETRA fomos ao mesmo tempo protagonistas e testemunhas. encontram os seus limites nos marcos do sistema produtor de mercadoria, excludente e destrutivo, e nos coloca a todos e todas na perspectiva da ruptura com a lógica do capital e da urgência em construirmos um projeto de emancipação humana.”

*Maria Luiza Fontenele, 60 anos, é professora  
da Universidade Federal do Ceará.*

*Foi deputada estadual e federal, sendo eleita, em 1985,  
prefeita de Fortaleza pelo Partido dos Trabalhadores (PT).*

## Um momento, por favor. Com a palavra, as mulheres

Um recorte é preciso ser feito dentro das novas experiências do CETRA: é o trabalho que tem como foco a mulher e, principalmente, nas mudanças de atitudes e relacionamentos no que se trata das questões de gênero. Cumprindo a adoção da temática mulher, ainda no final dos anos 80, o CETRA promove um I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras. O encontro, que ocorreu em 1987, juntou trabalhadoras rurais e urbanas. De professoras a agricultoras, passando por ferroviárias, castanheiras, comerciárias... O que significaria como o primeiro passo para a articulação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, aqui no Ceará.

Após dois encontros estaduais, o CETRA percebeu que a melhor forma de um trabalho educativo dar certo não seria fazendo encontros. Por este motivo, no início dos anos 90, foi criado um “Coletivo de Mulheres”, com representantes de grupos organizados em Itapipoca, Tianguá e Canindé. Este “coletivo” passou a funcionar como um espaço de coordenação da difusão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Nordeste. Cartilhas e cursos foram aplicados nos grupos de mulheres para fomentar a discussão de gênero e a importância das mulheres na vida comunitária, em especial na mudança dos padrões alimentares, na higiene e na educação sanitária, bem como na formação crítica das crianças ou no controle de natalidade, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o debate recai sobre o despertar e o fortalecimento de uma organização específica de gênero. Um programa vem apoiar o trabalho de grupos de mulheres em torno da “Medicina alternativa” e também de outros tipos de produção, como trabalhos manuais e beneficiamento de coco e caju, como para fabricação de doces caseiros. “Quando tivemos a percepção de iniciar um trabalho com mulheres foi um período também em que as agências de cooperação internacional andavam se preocupando com questões de gênero, com a condições das mulheres”, comenta Pinheiro.

Sob a perspectiva do método participativo, o CETRA abrange ainda mais o seu trabalho e começa a partir para as primeiras experiências com grupos mistos para tratar da relação de gênero. E, mais recentemente, criou grupos de casais para tratar das relações de gênero na família. Era um novo passo não só para as mulheres, mas também para o CETRA que redirecionava suas atividades.

*Encontro a socióloga Lúcia Aragão também na antiga sede do CETRA. Apesar de ter sua atuação dentro da instituição mais voltada para este engajamento com a questão de gênero, Lúcia começa a entrevista lembrando-se de como conheceu a organização. Ainda quando trabalhava na Serra da Ibiapaba, em 1983, quando o CETRA tinha uma ação naquela região. “O que chamava atenção era que o CETRA chegava e procurava uma aproximação com a igreja, com a Diocese. Acompanhei várias reuniões, onde o advogado era a pessoa que refletia com a comunidade, fazia todo o trabalho de orientação, de conscientização dos agricultores, se lia a Bíblia, e aproveitava o Estatuto da Terra, que era o instrumento legal naquela época, para se encontrar alternativas. Era um trabalho de educador”, lembra. Das primeiras atividades do CETRA às novas perspectivas da instituição, fica a cargo da Lúcia, no entanto, promover uma espécie de resumo do trabalho desenvolvido pelo CETRA.*



*Lúcia Aragão*

## Organização de Mulheres trabalhadoras

“No final da década de setenta e início dos anos oitenta, a sociedade civil brasileira encontrava-se num processo de articulação e organização, visando à construção de uma “Nova Sociedade” iniciada nas décadas anteriores, interrompida pelo golpe militar de 1964. O Movimento Sindical, marcado pela repressão da ditadura militar, acenava com novas propostas de reorganização da sociedade e em particular da classe trabalhadora, rompendo com a velha estrutura sindical e propondo um Novo Sindicalismo. À época, a igreja católica, comprometida com as transformações sociais, apoiou, através das pastorais sociais e das CEBs, os movimentos populares com sua *opção preferencial pelos pobres*, definida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

É nesse contexto que o CETRA, atuando junto ao movimento sindical e popular, principalmente no campo, inicia em 1986 ações junto a mulheres, para contribuir na sua organização e participação sociopolítica, na perspectiva do desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Articulou esse segmento de algumas categorias e em 1986 realiza o primeiro encontro estadual de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade (professoras municipais, agricultoras, castanheiras, comerciárias, artesãs. Realizou o segundo encontro em 1987, já com uma maior participação de trabalhadoras rurais, constatando a necessidade de um trabalho de base, mais junto desse público de interesse da instituição. Foi então que no mesmo ano inicia também uma experiência com mulheres trabalhadoras rurais, a partir de uma experiência já existente na Diocese de Itapipoca, que organizava “*encontros das esposas*” dos dirigentes do Movimento Dia do Senhor, nitidamente masculino. No ano seguinte, o CETRA prioriza o trabalho com mulheres rurais, na perspectiva de contribuir na sua organização e participação social nos sindicatos e associações, dos quais eram excluídas sob o pretexto de que eram dependentes dos maridos associados, articulando-se com outros municípios do Estado.

Simultaneamente articulou-se com a iniciativa de grupos de trabalhadoras rurais a partir de Serra Talhada (Pernambuco) e Guarabira (Paraíba), seguida de articulação com outros estados, que resultou na organização do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) o qual o CETRA ajudou a construir, com a participação de trabalhadoras das áreas de sua atuação.

Conforme disse John Stuart Mill, 'não pode haver um diálogo autêntico entre pessoas que se acham respectivamente em posição de dominante e dominada; é mister que se sintam iguais', assim, compreendendo que o desenvolvimento passa necessariamente pela organização, participação e emancipação da mulher, o CETRA estimula a organização desses grupos específicos de mulheres trabalhadoras rurais nas regiões de Itapipoca, Sertão Central, Centro Sul e Ibiapaba, com assessoria desde a base e uma comissão estadual de mulheres. A partir de 1994, prioriza essa ação na região de Itapipoca, concentra igualmente sua atuação e procura trabalhar a formação/capacitação dos grupos através de cursos, encontros, seminários, encontros intercomunitários, regionais e intercâmbios.

Até 1987, o público feminino de atenção do CETRA, constituía-se de mulheres casadas, aquelas remanescentes da iniciativa anterior. Procurou-se introduzir novas temáticas que estimulassem a auto-estima das mulheres, com debates sobre sua realidade, seus medos, vergonha e culpa, preconceitos e tabus, violência, aprofundando-se em temáticas como sexualidade, saúde da mulher e saúde reprodutiva, doenças sexuais, políticas públicas de atendimento às necessidades das mesmas (principalmente saúde e educação), com ênfase na organização e participação. O trabalho ganhou outra dimensão, despertando interesse de outras mulheres (jovens e solteiras) que se incorporaram aos grupos.

Esse trabalho se realiza em parceria com a Comissão de Apoio à Pastoral da Terra (CAPT) da Diocese de Itapipoca e com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro, de Senador Pompeu e na Ibiapaba com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais até a redefinição do território de atuação do CETRA, em 1994, nos Municípios de Amontada, Itapipoca, Trairi, Itarema e Tururu, neste último com um grupo de mulheres negras. Nestes municípios, o CETRA acompanhou 48 grupos organizados em comunidades. A entidade quis potencializar

os recursos humanos, visando a resultados mais mensuráveis, daí a necessidade de redução de sua área de abrangência.

Fundamentado na metodologia participativa, construtivista que norteou o trabalho ao longo dos anos, a entidade necessitou alterar a estratégia do trabalho com mulheres, as quais se manifestaram pela necessidade de partilhar com os homens informações e conhecimentos adquiridos através da sua organização/formação e assim por meio da compreensão dos maridos, filhos, irmãos, garantir dentro da família mais harmonia e igualdade nas relações. Foi assim que, a partir de 1995, iniciara-se as primeiras experiências com grupos mistos para tratar da relação homem x mulher, ou seja, as “relações de gênero”. A partir de então, manteve-se o trabalho com grupos específicos de mulheres, com grupos mistos de estudos e debates sobre gênero, e, ultimamente, também com grupos de casais para tratar das relações de gênero na família.

Atualmente trabalha-se com 19 grupos de mulheres assentadas e agregadas de áreas de reforma agrária e com pequenas produtoras sem terra e/ou com pequena terra. Como a área territorial de abrangência do CETRA será ampliada para mais cinco municípios, naturalmente o trabalho com mulheres na temática de gênero será igualmente ampliada.”

*Lúcia Aragão, 47 anos, socióloga.*

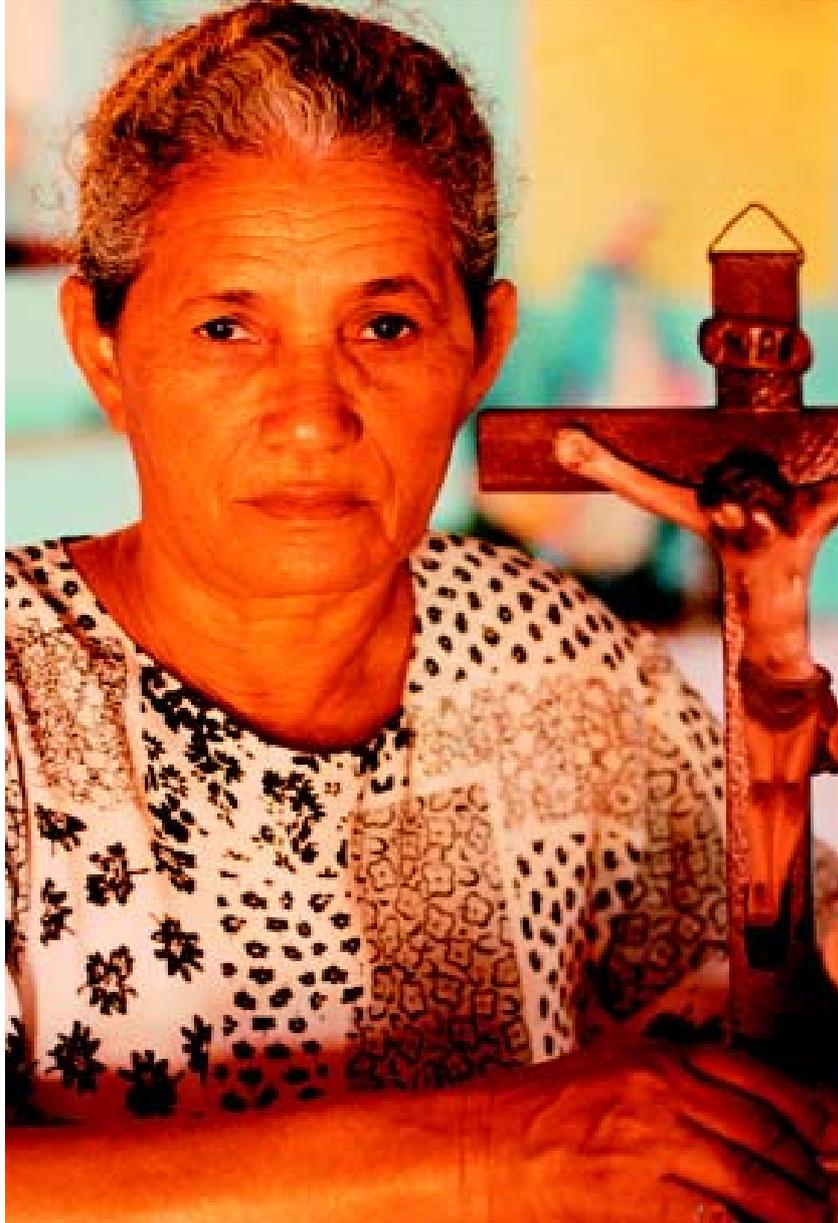
||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

*Voz a elas. Resolvemos colher alguns depoimentos de mulheres em várias comunidades atendidas pela Instituição, exatamente sobre este trabalho que envolve questões de gênero bem como o incentivo à organização de grupos de mulheres. A trabalhadora rural Francisca Martins do Nascimento Souza (a dona Chica Louvado), da comunidade Lagoa do Mineiro, nos presenteou com uma música que reflete muito bem o sentimento de todas elas. Reproduzimos sua composição aqui, antes destas mulheres falarem de suas experiências:*



*Chica Louvado*

## Viver em comunidade

*(Chica Louvado)*

Luta, mulher.  
Não deixa ninguém te enganar.  
Vem dar o teu braço às outras,  
Pois aqui é teu lugar.  
Vem dar o teu braço às outras,  
Pois aqui é teu lugar.

Convida marido e filho,  
Para a junto caminhar.  
Pois o caminho é tão longe,  
Nós temo que se apressar.  
A caminhada é tão longa,  
Nós temo que chegar lá

Quem vive em comunidade,  
Nunca sofre precisão.  
Uns alimenta os outros,  
Nós trabalhe em multidão.  
Uns alimenta os outros,  
Nós trabalhe em multidão.

## A “caixinha das mulheres

“Me chamo Chica Louvado, por apilídio, né? Meu pai é Francisco Martins do Nascimento, o nome dele legítimo, mas por apilídio, chamavam ele de Francisco Louvado. Então, toda família se chama assim: Chica Louvado, Zé Louvado. A gente já está acostumado.

A luta destas terras aqui, meu irmão já deve de ter te contado. Da história que a gente trabalhava aqui, todo o tempo, pagando renda e aí a renda foi ficando muito alta e aí a gente não tinha mais como pagar. E que, depois, o Padre Aristides Sales chamou a gente para dizer que a terra estava vendida para uma firma e que a gente tinha que procurar o nosso rumo, mas a gente não tinha como procurar. Porque ninguém tinha dinheiro para comprar terreno. E foi aí que a gente decidiu que ninguém tirava nós daqui porque era mesmo que tirar caranguejo do mangue e botar na serra. Ia morrer tudo de fome. Aí a gente disse que não tinha como sair. Nós nunca tinha feito reunião e aí nos se juntamos os morador para não sair da terra e vamos todo mundo lutar por ela, jovem, pai, mãe, filho e vamos lutar.

Foi aí que umas seis pessoas, e eu estava no meio, falou tudo de um jeito só. De que a decisão era de que nós ia lutar e o que tivesse na nossa frente, a gente ia lutar. Era vida ou morte. Porque a gente não tava a capaz de morrer mesmo? Se nós fosse simhora para Fortaleza, sem ter onde morar ou morar debaixo dos viadutos, nós não ia morrer? Então a gente se obrigava a morrer por aqui mesmo. Lutando.

E assim fomos lutar. E lutemos, houve muitas opressões forte. Nós passemos dias aqui sem se alimentar. Dias em que a gente não podia nem buscar uma água em uma cacimba. E se a gente fosse buscar água numa cacimba, era arriscado pistoleiro matar a gente. E tinha as pessoas mais procurados. Eles entendiam e diziam que era a gente que incentivava o povo para fazer o mal. E não era isso. As pessoa iam porque tinham obrigação de dizer que era morador e tinha que lutar. E, graças a

Deus, hoje a gente tá aqui, né? Estamos feliz assim de ser um povo consciente que lutou. Pelo menos a consciência pra lutar pela terra, para dar exemplo pra muitas pessoas que pensam neste sentido, como de outros agricultor que vai se embora dizendo que o dono da terra tá correndo comigo e eu tenho que ir.

E as mulheres foram muito importante. Antes e depois. Foi o CETRA que conscientizou a gente neste papel. Incentivando o grupo de mulher para reivindicar nossos direitos, que era mais do que viver na cozinha. Que antes muita mulher pensava que como era mulher não devia se meter nesta luta porque o marido não queria. Até que o CETRA conscientizou as mulher e os esposos dela nesta luta. Depois conscientizou que a gente também tinha que ter lugar na cooperativa, no sindicato, na política.

Eu fui da frente. Eu mesma dizia para o meu marido, o Raimundo Augusto de Souza, conhecido como Raimundo Agostinho, que fique. Porque eu falava que eles como homens podiam ser os mais perseguidos. E nós, as mulher, têm mais o jeito de orar, de fazer os nossos pedidos e fazer do nosso jeito. E ainda tinha as crianças, a gente tem que lutar pelos filhos. Depois da terra, as mulheres foram atrás da luta pra ter mais renda. Nós se juntamos para fazer as hortas comunitárias e destas hortas nós vende e faz assim uma caixinha que é para quando nós fomos convidadas para uma reunião em Itapipoca ou até em Fortaleza, a gente tinha aquela caixinha e não precisava pedir para o marido.

Entonces, nós as mulher, formemos esta horta. Uma ia vender, outro dia era outra. E assim todas trabalhavam junto. Para vender era de duas em duas. Até que fizemos uma caixa. Desta caixa fizemos campanha de filtro. Toda mulher com seu filtro para filtrar sua água. Toda mulher ficou com seu depósito de guardar lixo. E a gente fez outras compras, até de roupa também. E que quando nós era convidada para alguma reunião, aí nós fretava o trator da própria cooperativa para ir. Com aquela renda que nós tinha, a gente não dizia nada para ninguém. Tirava e pagava. Foi muito aproveitado nosso trabalho.

Fizemos intercâmbio com muitas mulheres de fora e até com os homem. Nas nossas reuniões tinha a hora do lazer, nossos cânticos. Isso foi importante aprender. Até hoje, a gente se encontra assim umas mulheres conscientes, né. Naquela época, eram mulheres de sete localidades. Cada localidade da Lagoa do Mineiro tinha aquelas mulher daquele

grupo. Aqui, em Barbosa, eram 20 na época. Foi aumentando com o tempo. O Corrente, o Mineiro Velho, Lagoa do Mineiro, Cedro e Córrego das Moças, cada qual tinha o seu grupo organizado. Todos os mês tinha que ter a reunião do grupão, todos juntos. Naquele dia, a alimentação era tudo por nossa conta. E que a nossa caixinha deu pra tudo. E ainda hoje a gente tem o grupo, apesar de que cada uma saiu para ser professora, outra pra ser coordenadora da cooperativa, secretária. E aí foi assim. Mas ainda continua.

E valeu a pena, oh meu Deus. É só de ver todos os nossos filhos, hoje, os nossos netos, que eu já tenho sete netos e criei três. Eu me sinto até emocionada de ver meus netos dramatizando nossa luta. Agora, mesmo eles estavam ensaiando para amanhã uma abertura de um congresso em Itarema. Eles fazem a dramatização da nossa luta. Porque toda criança aqui é consciente do que os pais passaram e de que houve esta luta. Todo mundo sabe. É muito ruim quando a gente vive sem lutar ou sem ter a consciência.

Mudou muitas coisas porque antes a gente era oprimido, né? Hoje, nós somos pobres, mas somos donos. Vamos dizer, sou dono da nossa consciência. Ninguém toma nossa consciência. Por exemplo, quando tem algum político. Quando nós sabe que ele não vai ajudar nossa comunidade, nós não se embeleza com ele. De jeito nenhum.”

*Francisca Martins do Nascimento Souza (a dona Chica Louwado), 70 anos.*

*Foi a primeira tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema.*

*Hoje, é aposentada como trabalhadora rural,  
da comunidade Lagoa do Mineiro.*



*Anaide é dessas mulheres que fazem de "tudo um pouco", sem perder a alegria e a fé de lutar sempre por um mundo melhor.*





*Anaide*

## O marido não era "participador", foi ela quem lutou

“Sou professora há 22 anos e sou diretora do colégio de onde moro. Já fiz parte da associação, da cooperativa. Na política, eu tô agora compondo uma chapa como fiscal. E também do Sindicato dos Professores. E eu também sou animadora. Sou aquela que, dia de domingo, chama os outros para a pregação da Palavra, para as reuniões da comunidade. Eu só tenho o terceiro Pedagógico, num sabe. Eu penso em começar logo uma faculdade, mas eu tô aqui para falar da luta das mulheres, não é mesmo?”

Acompanhei do começo para o fim. Tem muita coisa que eu não lembro, mas tem muita coisa que eu lembro. Você quer que eu conte do começo? Os homens se deram para reunir nos roçados, e as mulheres começaram a se reunir também, primeiro para cuidar do algodão. Se juntava de 30 mulheres numa casa. Umas batiam, outras descarçavam, outras fiavam, outras novelavam o fio. Era aquela coisa toda. Só que um dia chegou o dono destas terras aqui e disse que não era pra ninguém mais brocar; quem brocasse perdia. E o povo continuou brocando.

Aí começou as perseguições e foram as mulheres que começaram a agir. As mulheres ficavam no lugar aonde os tratores vinha com as carraças de madeira para fazer o trabalho deles. A gente empacava os tratores. E os homens vinha atrás. A gente decidiu assim porque, com as mulheres, eles não ia brigar. Se os homens vinha na frente podia ter coisa mais feia. A luta foi perigosa, mas continuemo. Até ganhar.

O Mané Damião (o marido, Manoel Alves do Nascimento) não participou da luta. Não foi muito participador, não. Ele era daquelas pessoas que achava que com o grande o pequeno não tem condição. Fui sempre eu que enfrentei. Ele achava que a gente ia sofrer, que alguém podia fazer alguma coisa com a gente, ele pensava todas estas coisas assim. Eu não. E eu não era só, era muita gente. O poder maior era de Deus. E, abaixo de Deus, tinha nós para lutar e o Pinheiro, que deu

muita força nesta luta. E, graças a Deus, a gente vai vivendo. Não é uma vida assim tão boa, mas é mais do que a gente teve. E isso já é uma beleza” (risos).

*Maria Anaide do Nascimento, 56 anos, professora, 13 filhos.  
Hoje, é diretora do grupo escolar da comunidade de Humaitá, no assentamento Maceió, além de fazer parte do grupo de mulheres da região.*



*Agricultora, enfermeira, delegada sindical, vereadora, dona de casa, avó de um sem-número de netos, mulher de pescador, Vera é moradora de uma bela praia ameaçada pela especulação litorânea indesejável. Tem a política nas veias e fala disso com muita emoção.*





*Vera Lúcia*

## De agricultora à vereadora

“Meu marido participou da luta, como hoje ainda participa. O nome dele é Dedé (José Raimundo de Souza). Só que nesta luta, a participação maior foi das mulheres. É porque, na época, a gente viu que se os homens ficasse na frente para agir, podia ser mais sério o problema. Acontecer algum tipo de violência com eles... A gente não queria e nem quer usar da violência, então as mulheres se organizaram e a gente ia na frente quando chegava a polícia, quando chegava os tratores para derrubar alguma coisa, quando eles chegavam nas cercas para queimar.

Ainda, hoje, as mulheres lutam. Têm o espaço dela. Os homens são companheiros, mas as mulheres são mais ativas para cobrar. Porque, na época da desapropriação, se a gente ficava proibido de cercar, o grupo de mulheres ia lá, se juntava em mutirão e fazia o trabalho. Às vezes tinha homem que ficava com vergonha que a gente tava fazendo o trabalho. A gente colocava as grávidas na frente ou com nenê que era para a polícia respeitar. E tinha que ir toda semana para a delegacia, em Itapipoca, toda semana eles chamavam um grupo e a gente ia fazendo uma caminhada de 72 km a pé. Era muito ruim. Até que houve um consenso para ela ser desapropriada.

A gente continuou o trabalho de mutirão e começamos a ver como tinha que fazer reunião. Primeiro, a gente fez reunião como esposa. Depois, a gente viu que não funcionava, porque mulher é mulher, não é mesmo? Então, a gente começou a se organizar mulher sem ser casada mesmo. Aí o CETRA deu apoio aos nossos grupos, cursos de capacitação. Logo depois da desapropriação, a gente pensou em criar uma associação. E a gente ainda vive na luta. Porque a gente descobre que, onde tem muita gente, é muito difícil de trabalhar e que todo mundo siga uma linha só. A gente falava muito em organização, mas a gente precisa se organizar mais para levar a gente onde a gente quer chegar.

Eu decidi entrar para a política. Só que, aqui, o processo político é diferente. A gente faz uma prévia e vê quem tem mais voto para poder investir. Aí, no 1992, eu fui escolhida pela comunidade, disputei a eleição e eu deixei de ser eleita por conta de oito votos. Quando foi no ano de 1996, eu tentei novamente e fui eleita, pelo PT. Assumi os quatro anos de mandato. De um lado foi muito bom, de outro não foi, porque a gente não conseguiu tudo aquilo que a gente queria. Eu pensei que fosse mais fácil, mas quando a gente defende a importância dos projetos populares, a gente não tem maioria, então, não consegue. Principalmente, quando a gente é oposição. E não é oposição por conta do partido, é porque a gente sofreu durante tantos anos e a gente descobre que é aquele objetivo que a gente tem que defender, é lutar pelo direito de moradia, de projetos que beneficiam a vida daqueles de baixa renda. Foi uma experiência muito boa.

Em 2000, eu me candidatei de novo, fui eleita, mas aconteceu um probleminha, e eu não assumi. Deu problema com um outro candidato, foi anulado votos, mas a gente tá tentando ver se resgata isso aí. E é isso, companheira. A gente tem muita história para contar. Tem história de tristeza, mas tem coisas. Mas é o desafio da vida. E hoje a gente tem terra para morar, terra para plantar e nenhum patrão batendo o pé, dizendo que isso aqui é dele. Graças a Deus, a gente está vendo aqui como enfrentar o desafio de conseguir mais terra para estes outros que estão nascendo, que estão crescendo. Estamos vivos na luta.”

*Vera Lúcia Teixeira de Souza, 49 anos, agricultora, 7 filhos, 14 netos.*

*Foi agente de saúde, assentamento Maceió.*

*Conseguiu se eleger vereadora pela comunidade de Maceió  
pelo Partido dos Trabalhadores (PT).*

*E, hoje, espera uma decisão da Justiça para assumir seu segundo mandato.*



*O sentimento de emancipação é uma cultura que tem passado de pais para filhos, como é o caso da professora Ivanise, que, ainda menina, assumiu a casa enquanto a mãe lutava, e vem se revelando uma respeitável liderança comunitária.*





*Ivanise*

## “Enquanto a mãe saía para as lutas,

eu era quem ficava tomando de conta da casa. Era ela uma das que o pessoal dizia que tinha que matar porque eles achavam que matando ela, tirando a vida da Chica Louvado, acabava toda luta. Porque eles tinham certeza de que era ela quem incentivava o povo. Na percepção do pensamento deles. Eu cansei de tá aqui em casa e os pistoleiros perguntar se aqui era a casa de dona Chica Louvado. E eu dizia que não. E ele dizia que era e completava “agora, você vai me dizer onde é que está ela”. E eu dizia que ela não tava aqui, que tava em Itapipoca. E ele ficava insistindo querendo saber se eu sabia o endereço da Itapipoca que ela tava. E eu dizia que não sabia dizer. E eu cuidando daquele monte de menino. Quando eles saíam, e eu chegava pra dentro de casa, era todo mundo chorando. Cansou de chegar policial e perguntava a mesma coisa.

Em uma tarde, chegou um pistoleiro armado com o revólver na mão. E ele disse ‘a Francisca Louvado tá?’. E eu disse ‘Tá não’. Mesmo assim, ele entrou pra dentro de casa e foi olhar até embaixo da cama, procurando em tudo canto. Ela tinha viajado à meia-noite para Itapipoca. Foi a sorte. Ela viajou a pé. Acho que uns 21 quilômetro de pé. E foi porque tinha vindo um aviso antes que eles estavam tudo por aí decidido a matar ela e o Zé Louvado. Aí, então, ela foi sem pensar.

Como eles não conseguiram capturar ela nem o Zé Louvado, eles saíram atirando. A gente colocou todo mundo pra dentro de casa, as crianças menores chorando, nós começamos a gritar para eles irem embora. E eles atirando aí nas estradas. Lembro que, neste dia, a gente tinha um encontro de jovens marcado para noite. Aí a gente se reuniu vizinho à casa do Zé Louvado, lá do outro lado do Córrego. Nós tava todo mundo reunindo lá e um dos temas que a gente tava discutindo era por que nossos pais iam ser assassinados por estarem lutando pelo direito da gente morar naquela terra. Aí todo mundo ainda tava traumatizado devido o tiroteio pela manhã. E aí foi quando a gente ouviu de novo foi

tiro. Tiro mesmo, só que agora em cima da juventude, em cima do mini-posto, um salão bem pequeno que a gente se reunia. Ainda tem as marcas da bala lá. Só não matou ninguém por milagre de Deus. Mas, eles jogaram os tiros foi pra matar tudo.

Nesta época, eu era jovem. Tinha só 16 anos. E aí, hoje, os meus filhos, que são netos da Chica e sobrinhos-netos do Zé Louvado, conseguem através destas histórias que eu te contei e conto pra eles também, eles conseguem dramatizar a nossa história. Eles cantam também sobre a nossa história. Eles saem para cantar em outras escolas do Município. Teve um projeto nas escolas daqui que se chamava 'Itarema, nossa terra, nosso povo'. E o objetivo era resgatar todas aquelas histórias indígenas, das comunidades e, inclusive, da nossa história aqui do assentamento Lagoa do Mineiro, que foi uma história de luta, que morreram as pessoas. Hoje, nossas crianças levam para outras crianças esta história. Só que, agora, só dramatizada. E eles contam toda a história. Nas primeiras vezes, eles diziam que só conseguiam fazer até um ponto, o fato pior, que eram as mortes, eles diziam que não conseguiam fazer porque o coração deles não deixava.

Eu acho que as crianças aqui do assentamento são fáceis de serem identificadas no meio de outras crianças. Por conta da concepção de vida deles, do jeito que eles falam da luta dos pais e dos avós deles, de como eles sabem interrogar sobre o certo e o errado e até de impor quando algo não está dando certo. O sangue puxa. Muitos deles dizem que do jeito que nossa família viveu, esta luta difícil, eles nunca no mundo vão esquecer. Dizem que vão ficar pai, avó, mas nós nunca vamos esquecer. Ela vai permanecer para sempre em cada um de nós.

É por isso que eu acho que a luta jamais acabou. Aconteceu as mortes, foi libertada a terra, botou na mão da gente, mas não acabou. Depois veio a reivindicação por melhores dias de vida, com relação à saúde, à educação. Essas coisas que competem aos direitos da gente. Aí eu fico dizendo que não acabou. E o que a gente puder transmitir dessa história para outras pessoas, para nós ela se realiza de novo. Porque, enquanto não tiver todo mundo vivendo feliz e com dignidade, a nossa luta permanece.”

*Ivanise Martins de Souza, 34 anos, 5 filhos, professora.  
É filha de Chica Louvado, da comunidade Lagoa do Mineiro  
Hoje, coordena a escola da comunidade.  
Na foto, está com Mateus, o caçula de 4 anos.*



*Ela é conhecida pela capacidade de trabalhar. Alvina, de estatura pequena, é uma grande produtora de coco. Orgulha-se de ter participado da conquista da terra e de ter criado os filhos com a mesma fibra que temperou a sua luta.*





*Alvina*

## Cuidando do pomar e das outras companheiras

“A minha irmã, Maria Elibânia dos Santos, foi uma das primeiras a ensinar as crianças e prepará-las para a primeira eucaristia. Ela também sempre lutou muito por este pedaço de terra. Até o nome do grupo é em memória a ela. Escola Básica Maria Elibânia dos Santos. Ela faleceu em 1983. Ela foi uma das primeiras pessoas aqui do assentamento a andar fora e ir nesses encontros, foi aí que ela conheceu a irmã Maria Alice. E trouxe a irmã e o padre Albanir para cá. E aí a irmã começou a dizer que a gente também precisava trabalhar para acabar com as opressões e pra gente se reunir também. E eu lembro que ela falava que uma varinha era muito fácil da gente quebrar, mas um feixe de varas era difícil. E que a nossa reunião seria um feixe de vara. Tudo isso ela explicava. Ela começou assim e fez fazer reunião com as mulheres no salão. Chamava a reunião das mulheres. Depois entrou um pessoal do Maceió. A gente ia ou elas vinham até aqui.

Destas reuniões, a gente começou a ir no grupo Imperatriz, em Itapipoca, para as comemorações do dia 8 de março. A gente fretava um carro e ia. Chegava lá tinha os cantar de mulheres, tinha também explicação dos direitos de mulher e daquela história de gênero e deste negócio de previdência social. Tinha apresentação, a gente fazia e levava música. E foi assim que a gente começou a trabalhar juntas.

E aí as mulheres começaram a ir para as ações da luta mesmo. E, ainda hoje, se precisar a gente ainda vai. Umas, né? Porque nem todas queriam enfrentar. No começo, eram mais. Da conquista da terra, a gente trabalhava, ia nas reuniões em Itapipoca, a gente chegou a enfrentar o homem que se dizia dono da terra. A minha irmã, nesta época, já não estava mais viva e nem à frente do grupo. Quem ficou à frente foi a minha filha, a Valneide Ferreira de Souza. E, hoje, como ela já tinha cursado até curso superior, o prefeito deu a ela o cargo de diretora de escola. Desse grupo que eu falei que leva o nome da minha irmã.

Aí veio a organização para o grupo de produção das mulheres. A gente cuidou de pomar. Não sei bem o que foi, acho que foi uma emergência de dinheiro que nós, mulheres, recebemos uns bem R\$ 750,00. Com isso, a gente iniciou o nosso pomar. Compramos coco, plantemos outras coisas como acerola, maracujá, mamoeiro, bananeira, cajueiro. Tudo nós plantou lá. Era um lugar alto; então não produziu muito. Só temos os coqueiros que estão grande, mas ainda não deu pra gente colher. Isso é de um terreno que a gente comprou de um homem chamado Tito, lá da Sabiaguaba, que a gente comprou uma parte com dinheiro e a outra a gente vai pagar com a produção. Tá bem ali (ela aponta para frente). É aquele cercado do grupo. A gente fez uma derruba de mais de mil coco. Cercamo tudo e está tudo sob o nosso comando.

Era mais de 20 mulheres. Tinha aquelas que não pensava no coletivo, pensava de trabalhar só para o eu. A gente mostrava que era importante trabalhar até mesmo para pagar a gente, mesmo as associações. Outras falavam que o marido achava ruim que elas trabalhavam na barraca de praia que vendia nosso bolo, bombom, guaraná, laranja, umas coisinhas... Todo domingo, a gente vai levar as nossas coisinhas. Aí, muitas foram se afastando. Ainda existe o grupo com 11 mulheres e eu ainda faço parte dele. Estamos ainda trabalhando. Tá ali os coqueiros, quem quiser ver, a gente entra e mostra. A gente tem dinheiro que a gente chama de dinheiro de emergência, que a gente não bole.

A gente vê pessoas que estão afastadas, que acham que não tem sentido, são pessoas que não tomam gosto da luta, não se organiza. Nós 11 não somos muito organizadas, mas se as outras imitasse nós, tava tudo melhor. Não dá para forçar uma pessoa que não ache que não tem sentido no trabalho. Hoje, acho que elas não voltam mais não.”

*Alvina Ferreira de Souza, 65 anos,  
tem 3 filhos, 8 netos e participa  
do grupo de mulheres de Sabiaguaba.*



*A intuição feminina foi um grande instrumento na defesa da vida.  
O depoimento de Luisa revela o estratagema usado pelas mulheres para  
despistar as ameaças de grileiros e fazendeiros.*





*Luisa Souza*

## A mãe não viu a luta, a filha seguiu nela

“Eu me lembro que tudo começou com aquele monte de papel com um bocado de assinatura. Tudo começou a gente fazendo abaixo-assinado, para pedir solução para as autoridades. A gente se reunia aqui nessa casa, que era da mamãe (a Maria Virgínia de Souza), e eles tinham muita vontade de derrubar essa casa. E a violência era demais, então, a gente reunia só as mulheres e deixava os homens acomodados em casa mesmo, com medo que houvesse uma morte. Porque homem tem a cabeça mais quente. E nós, como mulher, podia ir defender as nossas causas com um pouco menos de perigo de morte. E a gente tinha muito que defender porque eles vinham desmatando os matos da gente, botando cerca, devorando as roças que a gente tinha plantado, queimando tudo. E quem ia pra luta era só as mulheres e as crianças, porque era mais seguro.

O pior de toda a luta foi em 1983. Nós arrisquemos muito a vida para defender a causa. E a gente defendia porque não tinha para onde ir mesmo. A gente não queria ir para as favelas de Fortaleza. O primeiro que foi enfrentar nós foi um tal de Hermenegildo Firmeza. Ele viu que não ia conseguir tirar a gente daqui, aí entregou a terra para o Raimundo Osvaldo. E aí era polícia todo dia na nossa porta. Teve prisão das criaturas daqui. Um dia, até levaram três pra secretaria de Segurança em Fortaleza. Mas, o doutor Pinheiro não deixou eles nem fecharem a porta e eles não ficaram preso.

Aí, ameaçaram nós de morte, ameaçaram até matar a mamãe porque tinha muita reunião daqui. A gente passou bem uns três meses sem poder dormir. Só nas confusões com o gerente, que era um bicho, por isso ele era chamado de Cobra D'Água. Eles apagavam a luz e ficavam atirando por cima da casa. E nós, todos nervosos. Foi uma grande dificuldade. Foi um dia, em que só tinha mulher reunida dentro de casa, que veio até trator para derrubar a casa. Aí nós saímos para enfrentar.

Quando a gente chegou no terreiro, eles recuaram. Teve dia que o gerente entrou até dentro de casa para matar o meu irmão, o Pedro de Souza. Aí nós ficamos no ponto de reagir. Só que ele temeu e não fez o que tinha que fazer. Graças a Deus, que com o jeito das mulheres não houve morte aqui na comunidade do Salgado.

Eu acho mais ruim depois que desapropriou porque as lutas são outras, mas o povo de hoje é muito devagar. Eu digo para os meus filhos e para os meus sobrinhos que se o povo de hoje fosse o mesmo povo da luta, hoje, tinha muita coisa nesta terra. Muita coisa tinha mudado. Naquela época, quando a gente dizia que tal hora tinha reunião, tava todo mundo aqui no cercado da mamãe. Hoje, não. Por isso, não dá nem mais ânimo de lutar por outras coisas. A terra parece que bastou pra eles. Mas, mesmo assim a terra é importante, que se não tivesse conseguido nem isso, não sei onde é que a gente estaria uma hora desta porque não tinha quem desse morada pra nós.

Hoje, eu ainda sou a mesma na luta. Ainda não cansei nada, só que depois que a terra foi desapropriada o grupo de mulheres ficou muito fraquinho. Minha mãe morreu faz 11 anos, ela nem chegou a ver o resultado da luta, a ver a terra desapropriada, ser dela mesma. Ela vivia dizendo para o doutor Pinheiro que não ia alcançar o fim da luta. E ele respondia que sim. Mas, ela não alcançou. Uma pena.”

*Luiza de Souza Severiano, 54 anos, 6 filhos e 4 netos  
Hoje, faz parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Trairi.*

## Os caminhos ainda a percorrer

Final dos anos 90. Nas beiradas do século XXI. Uma olhada no contexto estadual. O Brasil, que crescera nas últimas décadas, vinha persistindo, porém, nas desigualdades sociais e, principalmente, regionais. Instituições diversas apresentam dados que nos colocam entre os países detentores dos piores índices de distribuição de renda. A proporção de pobres é ainda maior na zona rural - cerca de 58% - acentuando-se ainda mais no Nordeste - por volta dos 69% - e, em particular, no semi-árido - onde residem 18% da população brasileira e 55% do total nacional dos indigentes.

Segundo o último relatório proposto pelo CETRA, a intervenção governamental no semi-árido, nos últimos tempos, primava pela construção de grandes barragens, pelo reforço à infra-estrutura produtiva das fazendas e pelo assistencialismo. A política de açudagem resultou em obras de discutível qualidade, com rápida evaporação das águas represadas e subutilização das reservas hídricas, destinadas à pecuária, sem alterar a agricultura praticada no sertão. Tais medidas, por serem emergenciais e não atenderem às necessidades da população afetada pela seca, agravam os danos ambientais, a dependência do trabalhador rural, a concentração de terra, renda e poder.

Só para esclarecer os dados e fazer um recorte mais preciso, vamos fazer uma pequena avaliação da realidade do Ceará, nos últimos anos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado cearense, com 147 mil km<sup>2</sup>, tem a quase totalidade do seu território no semi-árido e uma vasta faixa litorânea, representando 17,1% da costa nordestina. A maioria dos 6,8 milhões de habitantes morava nas cidades e vilas (70%), era jovem (50% menor de 20 anos) e do sexo feminino (51%). No Ceará, que se destacou nos anos 90 como modelo de um novo Nordeste, 65% dos 3 milhões de trabalhadores recebiam menos de um salário mínimo e sobreviviam em condições de

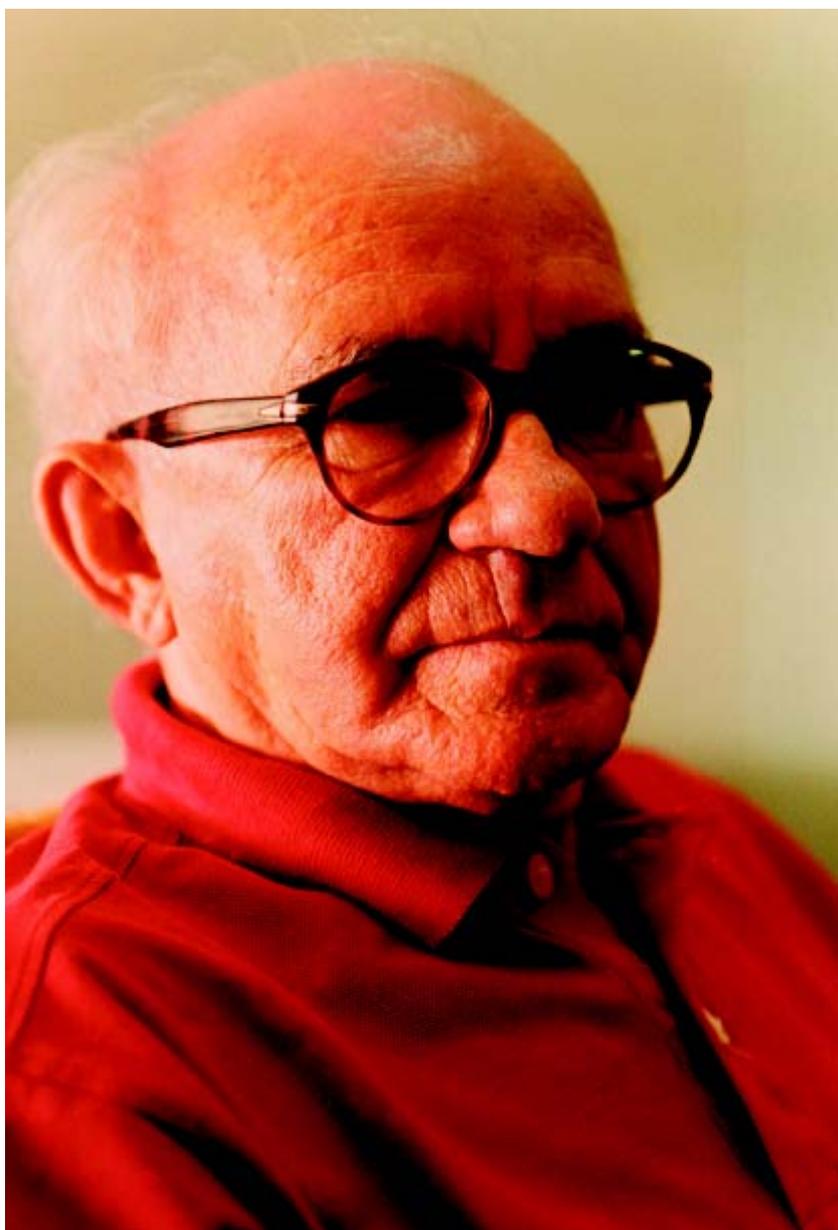
pobreza, desnutrição e analfabetismo. No campo, a realidade ainda era pior. Segundo o SINE-CE, 84,4% dos trabalhadores rurais auferiram um rendimento inferior ao salário mínimo, apesar de que a agropecuária ter sido o setor que mais gerou emprego neste mesmo período. A raiz da pobreza no campo, porém, está na sua estrutura fundiária concentrada: 76,6% dos trabalhadores rurais não possui terra e 78,7% dos proprietários têm menos de 100 ha. e ocupam 25,3% da área, segundo o INCRA.

Diante destes números, coletados nos últimos anos da década de 90, e a partir do redirecionamento estratégico (voltado mais para a qualidade do que para a abrangência geográfica, o CETRA redefine sua missão. Estaria, a partir de então, contribuindo para o fortalecimento da organização política, econômica, cultural e social do público beneficiário, visando ao desenvolvimento local sustentável.

O público preferencial eram mulheres e homens, jovens e adultos dos assentamentos Escalvado, Maceió, Sabiaguaba e Várzea do Mundaú. Estes constituíam a unidade básica do planejamento consolidado nas seguintes linhas de ação: educação para a cidadania; gênero, meio-ambiente, juventude, gestão de associações e cooperativas e assistência técnica agroecológica.

*Ao completar 20 anos, o CETRA mais uma vez senta  
para traçar os caminhos a percorrer.*

*Depois da experiência de conquista da terra, de organização de associações, grupos de mulheres, movimentos de jovens e outras ações mobilizadoras, o CETRA se renova estimulando a criação de mecanismos capazes de atender às demandas que crescem e se transformam por consequência da elevação da auto-estima e da qualidade do desejo individual e coletivo.*



*Antônio Pinheiro*

## COOCREDI – uma alternativa para a convivência com o semi-árido

A preocupação em trabalhar o desenvolvimento da organização sociopolítica dos assentamentos e da produção, através de acompanhamento e assistência técnica, sempre permeou o trabalho do CETRA. Depois de anos de evolução dessa experiência, chegamos à conclusão de que era necessário dar mais ênfase na discussão temática a respeito do crédito rural.

A proposta da COOCREDI começou a ser pensada em meados de 1999, quando o CETRA conheceu melhor a experiência e os resultados com o cooperativismo de crédito na região de Feira de Santana/BA, através do MOC (Movimento de Organização Comunitária) .

O Brasil é um dos países com as menores taxas de poupança interna e de cobertura da rede bancária. Estima-se que cerca de 70% da população não tenha acesso a serviços bancários e 30% dos municípios brasileiros, chegando a 69% na região Norte e 79% na região Nordeste, não são cobertos por atendimento bancário. Em dezembro de 2002, dos 5.658 municípios brasileiros, 1.665 não contavam com nenhum atendimento de serviços financeiros.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras com grande importância para a promoção do desenvolvimento local sustentável. A gestão das finanças locais e de serviços financeiros pelas cooperativas de crédito é componente fundamental da economia solidária. A ampliação do acesso aos serviços financeiros para pessoas de baixa renda e para populações de regiões pouco atendidas por serviços bancários, a captação de poupança local, o financiamento de iniciativas locais e a redução do custo da intermediação bancária das linhas de crédito são ações de grande impacto para o desenvolvimento local.

O acesso restrito aos mecanismos financeiros oficiais apresenta exigências que quase sempre agricultores/as familiares têm dificuldades em atender. É necessário tratar o crédito rural não apenas como um elemen-

to financeiro dentro de uma realidade desfavorável, e sim como um instrumento alavancador de processos de desenvolvimento local. Assim, criaram-se as condições indispensáveis à discussão e busca de alternativas viáveis para o semi-árido que atendessem às expectativas e necessidades de pequenos/as produtores/as da região de Itapipoca.

Essas condições apontaram para a natureza jurídica das cooperativas de crédito rural. De base local, com amplos poderes de decisão dos/as associados/as e com normatização e fiscalização do Banco Central, as cooperativas de crédito podem desencadear (e é o que têm demonstrado as experiências das cooperativas de crédito de Feira de Santana/BA e as do Sistema CRESOL, no Paraná, por exemplo) processos de discussão e participação efetivas no semi-árido nordestino, contribuindo com o desenvolvimento local de forma sustentável.

Nesse contexto, o CETRA promoveu em Itapipoca uma discussão sobre o cooperativismo de crédito, com assessoria técnico-política do MOC. Das discussões, ocorridas no final de 1999 e ao longo do ano 2000, avançou-se para passos mais concretos no que diz respeito à constituição da cooperativa em si. Assim, no início de 2001, realizou-se em Itapipoca um seminário promovido pelo CETRA em parceria com o MOC, que favoreceu na discussão da temática de forma ampliada, contando com a participação de aproximadamente 200 pessoas.

A partir desse evento, outros foram programados, culminando com a realização da Assembléia Geral. Em 23 de abril de 2001, nasce a COOCREDI - Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca Ltda., a primeira a atuar no Estado do Ceará com o objetivo principal de oferecer crédito a pequenas e pequenos trabalhadores/as rurais de forma acessível. No entanto, o início de suas operações apenas se deu em janeiro de 2002.

A viabilização do início das atividades foi obtida com apoio e solidariedade, além do MOC e do CETRA, da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Salvador/BA), que garantiu a aquisição de equipamentos e móveis, e do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, para realização de parte dos eventos de capacitação da equipe de funcionários e de dirigentes da cooperativa.

Os primeiros financiamentos começaram a ser liberados em maio. Durante 2002 foram viabilizadas 46 operações de crédito, num volume total de R\$ 48.000,00, oriundos somente dos recursos próprios dos

associados. A limitação de recursos (ainda não operamos com repasse de créditos oficiais), reduz a capacidade de atendimento da cooperativa pela impossibilidade de suprir as demandas historicamente reprimidas. A proposta está, todavia, consolidada na prática, comprovando a possibilidade de expansão da COOCREDI.

As expectativas de implantação de PAC (Posto de Atendimento Cooperativo) surgem com concretude em pelo menos dois municípios da região. O engajamento de novas pessoas nos Conselhos de Administração e Fiscal apresenta resultados positivos, uma vez que essas pessoas começam a assumir, de fato, seus papéis e a ocupar seus espaços na cooperativa.

O trabalho de base sinaliza para perspectivas animadoras. Os eventos de capacitação (oficinas, cursos, seminários e intercâmbios) promovidos permitiram a assimilação, por parte de dirigentes e associados, de conhecimentos e informações, gerando motivação significativa nas pessoas.

As estratégias pensadas para intensificar a ampliação da base social da COOCREDI são várias. As discussões começam a fluir mais frequentemente entre as pessoas e a cooperativa firma o seu espaço na região.

A demanda para implantação de PAC em alguns municípios surge naturalmente, em função, sobretudo, da distância desses municípios em relação a Itapipoca, alguns deles localizados a mais de 100km. Os STRs surgem como parceiros nessa empreitada, principalmente pela capilaridade e pela estrutura que possuem nos municípios.

Paralela a isso, a realização de campanhas de integralização de quotas está sendo trabalhada, com o sorteio de prêmios entre os/as associados/as. No primeiro momento, realizado em julho, 70 pessoas foram incluídas, elevando para 250 o número de sócios.

Em 2003, a meta é a incrementar o quadro social em mais 300 associados/as e, com isso, ampliar o Patrimônio Líquido da cooperativa. Neste sentido, os esforços em promover momentos de sensibilização, capacitação e formação de novos quadros serão intensificados.

As articulações institucionais também estão mais bem definidas, a partir do planejamento para ações conjuntas com outras organizações da região. Associações comunitárias, conselhos municipais, ONGs, sindicatos, cooperativas e os poderes públicos locais começam a demonstrar mais empatia pela proposta e pelas ações da COOCREDI, na medida em que estas ficam mais claras e transparentes.

No seu processo de expansão, a COOCREDI planeja investir na formação de agentes de crédito nos municípios para atuar como suporte na concessão de crédito da cooperativa. A prioridade é trabalhar com jovens, filhos e filhas de agricultores/as e inseri-los nesse processo.

De modo geral, o futuro da COOCREDI nos parece promissor e nos estimula a continuar empreendendo esforços com o objetivo de consolidar sua proposta como alternativa concreta, viável e acessível a agricultores/as familiares da região de Itapipoca e torná-la um instrumento financeiro alavancador de processos de desenvolvimento local, integrado e sustentável.

*Antônio Pinheiro de Freitas, 63 anos, é advogado, fundador do CETRA e presidente da COOCREDI desde a fundação em 2001 até fevereiro de 2003.*

## Visão de futuro e estratégias

As perspectivas do CETRA para os anos que vêm baseiam-se nas orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual permitiu ao CETRA aprofundar a discussão sobre suas estratégias de atuação no campo do desenvolvimento rural sustentável (DRS), redefinindo a missão de forma consistente com o DRS, no qual se destacam três grandes vertentes articuladas que integram uma variada temática de trabalho: a econômico-produtiva, a socioambiental e a político-social e de gênero.

Há uma vontade política de realizar ações na perspectiva do DRS e de conformidade com a missão institucional. A missão: “Promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário *através de ações nos domínios ambiental, econômico, político-social, cultural e de gênero voltados para pequenos produtores e famílias de baixa renda*”.

No processo de reinvenção de novos caminhos institucionais, novos programas temáticos são incorporados na visão do desenvolvimento rural sustentável e da missão institucional. Projetos voltados para a agroecologia, “Unidades de Produção Agroflorestal para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar”; para a educação ambiental, “Saber Cuidar”; para mulheres, “Construindo Uma Vida Melhor” e “Mulheres do Mar”; para jovens e adolescentes, “Jovens e Adolescentes rompendo mitos e tabus na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis”; para questões relativas à socioeconômica solidária, Apoio às Organizações Produtivas no Meio Rural”. Esses projetos serão implementados nas áreas de atuação da entidade, devendo expandir-se para outros cinco municípios da região, ampliando-se os territórios e o público.

Entre os projetos estruturantes, encontram-se o da sede própria e do CRF – Centro Regional de Formação, igualmente considerados desafios tanto quanto a atração de novas parcerias e fontes de captação de fundos públicos, privados e da cooperação internacional.

Outro ponto importante para a Entidade é na realização de projetos temáticos, estabelecer metodologias mais integradoras das ações, que seja flexível e com utilização de técnicas e instrumentos que permitam um aprender mais contínuo da equipe e de lideranças comunitárias.

É de grande importância criar condições para o fortalecimento e desenvolvimento institucional, inclusive com a produção de conhecimentos a partir de estudos e pesquisas, intercâmbios e, principalmente, da sistematização das experiências. A comunicação é um elemento fundamental para a visibilidade do CETRA e que será considerada já no próximo ano.

O desenvolvimento de um sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), deverá ser impulsionado de forma mais sistemática, a fim de que tenha condições de verificar os impactos das ações implementadas.

A realização de parcerias com outras organizações da sociedade civil e a aproximação com o poder local serão da mesma forma buscadas a fim de dar maior visibilidade e complementaridade às ações desenvolvidas. Será implementada uma política de recursos humanos que contemple a contratação de estagiários/as e a busca de cooperantes.

A capacitação da equipe técnica em temas específicos, prevista e realizada em parte, será implementada, iniciando-se com a temática Gênero, que deverá envolver, também, associados/as e lideranças de base e entidades afim.

No decorrer do processo, poderão surgir projetos contingentes e específicos, a serem realizados pela Entidade dentro ou fora de suas áreas de atuação, devendo, contudo, não comprometer o andamento dos projetos prioritários.

*Margarida Pinheiro, coordenadora geral.*

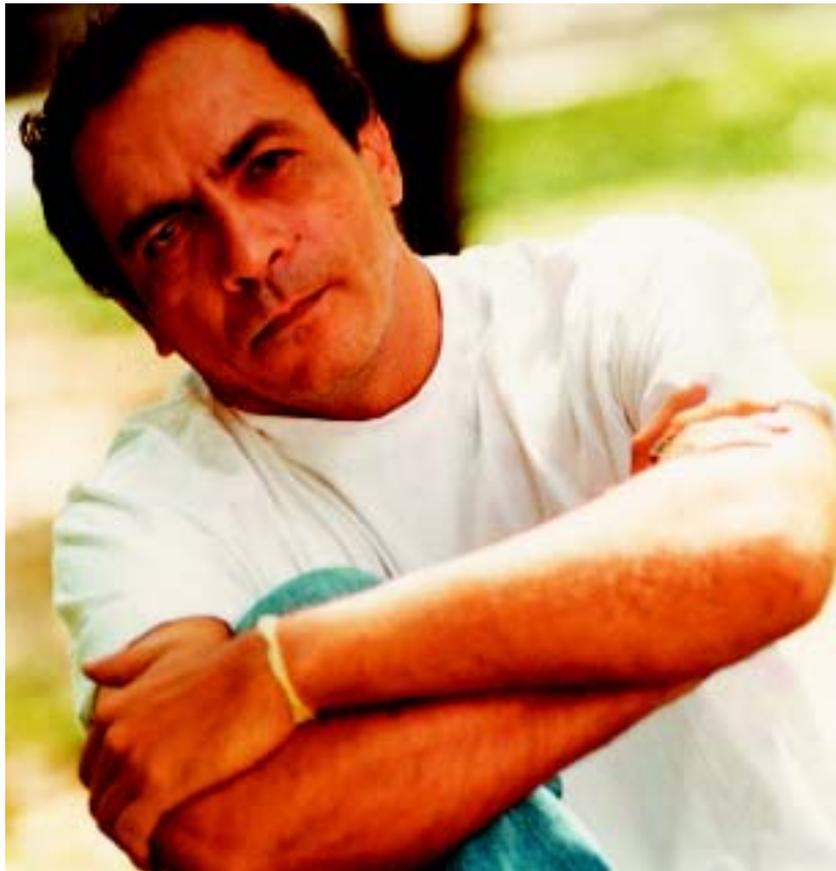
*Aqui termina essa história de luta por emancipação. Termina para  
recomeçar mais madura. Muitas conquistas foram alcançadas, mas os  
problemas no campo continuam graves. A disposição de superá-los é um  
imperativo dos que sonham com uma vida melhor. Sentimos-nos felizes de  
agora também fazer parte desse grande álbum de família chamado  
Terra Feita de Gente.*

## Acerca da a autora



**Ana Naddaf** nasceu em São Paulo, em 1975. É jornalista graduada pela Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo. No Ceará, atuou como repórter no jornal O Povo, onde foi indicada ao prêmio Ayrton Senna de Jornalismo por duas vezes. É co-autora do livro *Moda Brasil – Fragmentos de um Vestir Tropical*, publicado pela Universidade Anhembi-Morumbi. Atualmente, é editora-adjunta do Núcleo de Comportamento e Cultura do jornal O Povo, em Fortaleza.

## Acerca do fotógrafo



**Cláudio Lima** nasceu em Fortaleza, em 1959. É fotojornalista e artista plástico. Trabalhou como fotógrafo-gráfico, laboratorista, arte-finalista e produtor gráfico em agências de publicidade, gráficas e fotolitos. Agraciado com diversos prêmios, teve divulgação de seu trabalho em jornais e revistas brasileiras, européias e norte-americanas, através de sua caixa de postais *Sol no peito, luz encarnada*. Atualmente é repórter-fotográfico no jornal O Povo, em Fortaleza.



“As conquistas históricas do CETRA têm beneficiado milhares de trabalhadores/as e servem de referência no apoio e assessoramento às comunidades rurais, especialmente na luta pela reforma agrária, mas com ênfase no desenvolvimento humano de jovens e mulheres do campo e melhoria da qualidade de vida do nosso povo. É, portanto, uma das mais respeitadas entidades de nosso Estado”.

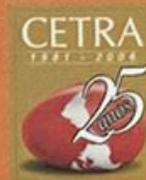
*José Guimarães,  
deputado estadual (PT)*

“Este livro é um reconhecimento ao trabalho sério, responsável, que o CETRA vem fazendo ao longo de todos esses anos e talvez não tenha tido ainda o merecido reconhecimento”.

*Isolda Castello Branco,  
psicóloga, professora da UFC  
e conselheira do CETRA.*

“O processo de luta pela libertação da terra e afirmação da dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras no Ceará deve ser visto, na minha opinião, sob dois aspectos: 1) o da superação dos limites locais que se expressam pela falta quase total de apoios, tanto públicos como privados, e de recursos. Neste sentido, os avanços alcançados podem ser vistos como epopéias de grupos que enfrentaram tudo e todos, especialmente as políticas contrárias e, em algumas regiões, o clima adverso, para se afirmar como sujeitos de direitos e, através da conquista da terra, colocar os primeiros alicerces de afirmação de sua dignidade; 2) o da presença de uma cultura da elite local que continua arraigada nos seus direitos adquiridos de prepotência e exigibilidade da subserviência, a qual se afirmou nos período escravagista e que o Ceará em geral não conseguiu até agora extinguir. Por isso, refletir sobre o processo de conquista de direitos sobre a terra neste Estado é também contar a história de heróis que acreditaram em si mesmos e de grupos de apoio social que lamentavelmente, ainda está bem distante”.

*Daniel Rech,  
advogado, sócio do CETRA  
e consultor do Centro de Estatística Religi-  
giosa e Investigações Sociais, CERIS.*



**Banco do  
Nordeste**



“*Terra Feita de Gente*, da jornalista Ana Naddaf, com fotos de Cláudio Lima, é o amálgama do encontro da sensibilidade da autora com a sagacidade de um povo. Ana Naddaf se permitiu olhar, ouvir e resgatar falas e trajetórias, fazendo das reminiscências e lembranças de suas personagens, o conteúdo do quadro de desigualdades e exclusão social presentes no cotidiano do mundo rural cearense. Fugindo de explicações banais, o livro constrói uma abordagem que permite análises e questionamentos. Sua leitura inscreve-se como obrigatória para elucidar o sentido do trabalho e a permanência da vida na constante (re)construção do espaço cearense, onde luta e terra mesclam-se para explicar a sobrevivência”.

**José Borzacchiello da Silva**, geógrafo, professor da UFC e conselheiro do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador, CETRA.